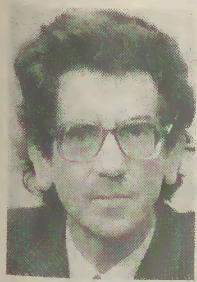


Fatal como o destino



Agora em torno da moeda única, prossegue a troca de papéis e de truques entre PS e PSD. Mas nenhum trocou de política.

■ Vítor Dias

Pág. 18

Deputados acima da lei?

A propósito das incompatibilidades.

■ António Filipe

Pág. 19

«Autoridade Nacional de Segurança»

Ministro

assume o ónus da responsabilidade

■ Carlos Gonçalves

Pág. 23

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



PCP apresenta projecto de lei

Penalizar as infracções do patronato às normas laborais.

Pág. 10

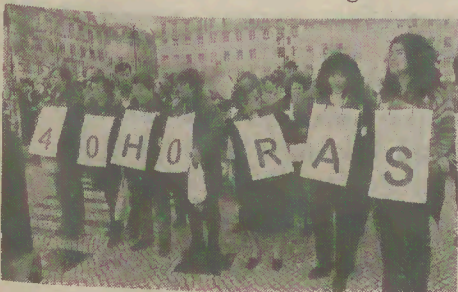
TRABALHADORES

Trabalho

sem inspecção

Sindicatos de Lisboa e Évora acusam a IGT de inoperância e passividade, por responsabilidade do Ministério do Emprego.

Págs. 20 e 21



INTERNACIONAL

Albânia:

A revolta dos espoliados

Pág. 14

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Janeiro de 1997 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1209 • Director: Carlos Brito

Comício em Setúbal com Carlos Carvalhas



No comício realizado em Setúbal, no sábado passado, com o Teatro Luísa Todi cheio a transbordar e uma numerosa participação juvenil, Carlos Carvalhas voltou a reclamar o referendo sobre Maastricht.

Págs. 5 e 6

CONTRA MAASTRICHT

CDU anuncia cabeças de lista

Já teve início a apresentação das candidaturas da CDU às próximas eleições autárquicas. Divulgamos hoje os cabeças de lista de Matosinhos, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde

Pág. 12



EXPO 98

A derrapagem continua

Longe das guerras PS/PSD sobre a «paternidade» da obra está o PCP. E também as suas organizações e eleitos nos concelhos onde a Expo está a ser erigida. Preocupados estão em zelar pelos interesses das populações. E também pelo interesse nacional.



Centrais

EDITORIAL

Cuidado com o oásis!



Encontro com o PC da China

RESUMO

22

Quarta-feira

A direcção do PCP encontra-se com a do PSD na Assembleia da República, pela primeira vez em 16 anos... ■ ... e com a de «Os Verdes», também em Lisboa ■ Os alunos do ISCAL fecham o estabelecimento a cadeado e protestam em frente ao Ministério da Educação contra «os problemas do Instituto» ■ Os trabalhadores da Companhia do Cobre cortam a estrada da Circunvalação, no Porto, reivindicando o pagamento dos salários em atraso ■ O Presidente da República inaugura o Ano Judicial ■ Os deputados russos aprovam na generalidade uma resolução pedindo a demissão do presidente Jeltsin ■ Surge a notícia que Jonas Savimbi poderá vir a ser o «conselheiro principal» de José Eduardo dos Santos ■ O novo presidente búlgaro entra em funções ■ Uma investigadora luso-sul-africana anuncia um novo medicamento contra a Sida.

23

Quinta-feira

O primeiro-ministro escolhe Torres Campos para substituir Cardoso e Cunha no lugar de comissário da Expo'98 ■ Presumíveis consumidores e traficantes de droga são agredidos e perseguidos por milícias formadas pela população de Francelos ■ A polícia marítima destrói uma centena de redes de malha apertada, no valor de 30 mil contos, no estuário do rio Tejo ■ Apesar dos protestos da população, o Governo da Albânia extingue várias sociedades de aforro ■ No Peru, o presidente Fujimori recusa mais uma vez iniciar negociações com o MRTA ■ O exército zaireense retoma a cidade de Walikale.

24

Sexta-feira

Cerca de 200 agricultores concentram-se em Estarreja protestando contra as dificuldades no ramo e reivindicando apoios ■ José Mattoso anuncia que as actas do Conselho de Estado desaparecidas não se encontram na Torre do Tombo ■ O presidente argelino acusa «forças estrangeiras» de apoiarem grupos armados islamitas ■ O primeiro-ministro israelita é acusado pela comunicação social de ter obtido apoio de um partido religioso ao acordo sobre a retirada de Hebron a troco da concessão de um cargo de conselheiro jurídico no Governo ■ A oposição jugoslava aceita um compromisso para a resolução do conflito em Kragujevac, no sul do país ■ As autoridades sul-africanas suspendem os testes com o medicamento que supostamente combate a Sida.

25

Sábado

Carlos Carvalhas participa num comício do PCP, em Setúbal ■ Em Vale do Ave, os trabalhadores têxteis saem à rua, exigindo o cumprimento da lei das 40 horas semanais ■ A Comissão Europeia reitera «grande preocupação» com a sardinha ■ O exército sudanês lança uma ofensiva contra tropas etíopes, no leste do Sudão ■ Na Albânia, os manifestantes incendeiam edifícios do centro de Berat e atacam o ministro dos Negócios Estrangeiros ■ Segundo um relatório da ONU, a poluição, o aquecimento global e a sobreexploração dos recursos estão a colocar a Europa sedenta.

26

Domingo

A população de Francelos volta a cortar a estrada contra o roubo e alegado tráfico de droga praticados no acampamento da comunidade cigana ■ O Governo albanês promete devolver o dinheiro aos cidadãos que perderam as suas economias com a falência das sociedades de aforro ■ A França defende um alargamento contínuo da NATO ■ O cardeal Augusto Vargas Alzamora, o nº 1 da Igreja católica no Peru, visita a embaixada do Japão ocupada pelos revolucionários do Tupac Amaru... ■ ... que libertam um general peruano por motivos de saúde ■ Os combates no Zaire continuam a fazer centenas de mortos.

27

Segunda-feira

O PCP encontra-se com uma delegação do PC da China ■ Os guardas prisionais entram em greve, registando-se uma adesão de 99 por cento ■ O julgamento dos skinheads que assassinaram o cabo-verdiano Alcindo Monteiro é adiado ■ Realizam-se eleições legislativas e presidenciais na Tchetchénia ■ O Governo albanês convoca uma «manifestação anticomunista» para amanhã ■ O presidente búlgaro propõe que se realizem eleições em Maio ■ A Igreja ortodoxa sérvia promove uma procissão em Belgrado, pondo-se do lado da oposição.

28

Terça-feira

Assinala-se o dia D, uma jornada de reflexão contra a droga ■ Realiza-se sessão solene de abertura do Ano Europeu contra o Racismo ■ Ministro da Ciência e Tecnologia defende recurso aos dinheiros públicos para o desenvolvimento do sector científico ■ O Greenpeace inicia acções de protesto em vários países europeus contra a utilização de organismos geneticamente alterados ■ Cinco jovens assassinam a tiro o líder da central sindical UGTA, Abdelhak Benhamouda, apoiante do presidente Liamine Zerour.

O

primeiro-ministro, António Guterres, voltou à Assembleia da República para o debate mensal com os deputados. No entanto, nem o país nem o parlamento lucraram grande coisa com as várias horas que foram dispendidas para ouvir o principal responsável do Governo.

Com efeito, Guterres não hesitou em, mais uma vez, copiar o seu antecessor, Cavaco Silva, conferindo à sua

prestação um carácter puramente propagandístico.

Não prestou contas, nem sequer informações minimamente objectivas, sobre os grandes problemas que afectam o país no plano social, económico, da educação, da segurança, da justiça, nem sobre as mais importantes questões comunitárias, como a marcha das conferências intergovernamentais para a revisão do Tratado de Maastricht ou sobre o chamado «pacto de estabilidade», que assinou em Dublin, à revelia da Assembleia e da opinião pública nacional.

Em relação à situação económica pintou um quadro tão cor-de-rosa que o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, lhe observou, com pertinência: «teve o cuidado de dizer que não é o oásis, mas corremos o risco de nos vir falar dele na próxima vez que aqui vier».

Não foram só os deputados das oposições que se mostraram incrédulos aos números confortáveis de que o primeiro-ministro se muniu. Também a generalidade da imprensa mostrou bastante cepticismo face ao optimismo governamental. O «Diário de Notícias» observou mesmo na sua crónica, referindo-se ao discurso de Guterres: «Não falou em oásis, mas andou lá perto.»

Esta preocupação com o oásis tem uma especial significação. O oásis foi o embuste propagandístico lançado pelo cavaquismo para rejeitar os alertas das oposições e disfarçar o desastre da sua política económica, quando este já era evidente. O optimismo artificial do actual Governo recorda-o e deve merecer, por isso, a maior desconfiança.

O discurso do primeiro-ministro dá razões de sobra para se ter o maior cuidado com o oásis. Na bancada parlamentar do PS também afloraram sintomas de delírio na mesma direcção. Foi o caso do jovem e impetuoso deputado Zorinho que lembrou no debate que um jornal italiano já chamara ao Portugal de Guterres «a estrela do Sul». Será a estrela para substituir o oásis?

A grande maioria dos portugueses é que não se revê de certeza neste Portugal da retórica do PS.

O que os portugueses sentem ou vêem à sua volta é o número dos desempregados a aumentar, como aconteceu ao longo de 1996; novas empresas a fechar as portas; mais salários em atraso; cada vez maior precarização; incumprimento da lei sobre a redução do período semanal de trabalho; aumentos generalizados dos preços, alguns muito acima da inflação anunciada; reduções actualizações dos salários e das pensões.

Com toda a justeza, Carlos Carvalhas salientou, ao discursar no importante comício do PCP, em Setúbal, no passado sábado: «Venderam-nos a ideia de que rapidamente ascenderíamos aos níveis salariais, de protecção social e de bem-estar dos países mais desenvolvidos, mas o que vimos e sofremos foi a aproximação em termos de preços e de

impostos e a continuação da degradação dos salários e de um baixo nível de vida.»

O primeiro-ministro voltou a insistir na tecla de que, ao contrário do que aconteceu noutros países da União Europeia, o seu Governo aumentou, embora pouco, os trabalhadores da administração pública. Mas voltou a esconder o fosso que separa os salários que se praticam no nosso país e os que vigoram nos outros países, como na vizinha Espanha, onde são mais do dobro, ou na França, onde são o triplo, ou na Alemanha, onde são quatro vezes mais.

Na forma como falam os dirigentes do PS até parece que desejariam manter para todo o sempre esta afrontosa desigualdade salarial em que o nosso país se encontra relativamente aos restantes países da comunidade.

Até que enfim que o primeiro-ministro foi forçado a pronunciar-se em público sobre a lei da flexibilidade e da polivalência que estipula a redução do período semanal de trabalho. Fê-lo por pressão da interpelação da deputada do PCP, Odete Santos.

Foi um momento particularmente deplorável da prestação parlamentar de António Guterres, tanto à luz das altas responsabilidades de que está investido como da «consciência social» de que se reclama.

Primeiro, porque usou um sofisma, dito aliás com um ar muito solene, para enganar os menos informados na matéria, que são a grande maioria das pessoas.

Ao afirmar que «quando acabar o período de transição nenhum trabalhador português trabalhará efectivamente mais de 40 horas», Guterres, parecendo que estava a dar uma

garantia aos trabalhadores, estava a dar sim uma garantia ao patronato e a inclinar-se para a sua interpretação da lei.

Na verdade, jogando com a palavra efectivamente, quis pôr o assento no trabalho efectivo e deixar a ideia de que as pausas só contam para o trabalho efectivo se o trabalhador estiver, no decorrer delas, à disposição da empresa, como aliás explicitou noutro momento.

É assim que, nesta tendenciosa interpretação, uma lei que se proclama de redução do período semanal de trabalho pode reter o trabalhador na empresa durante tantas ou mais horas do que antes da sua entrada em vigor.

Segundo, porque, ao mesmo tempo que subscrevia a interpretação dos patrões, pretendeu, com outro malabarismo verbal, atacar o PCP por ter desmascarado e combatido os aspectos mais negativos da lei, o que, para ele, deu argumentos ao patronato para interpretações mais desfavoráveis aos trabalhadores.

Por detrás desta acusação esconde-se mal o sonho de Guterres de ver o PCP, a CGTP e o movimento dos trabalhadores calados e de braços caídos a ver passar a ofensiva patronal contra os direitos laborais através das chamadas concertações, sejam estratégicas, de curto ou médio prazo, que o Governo apadrinha e a UGT acolita.

É tempo do primeiro-ministro acordar para a realidade.

É evidente que, pelo caminho que segue o Governo, não haverá nenhuma concertação efectiva, mas sim aumento da conflitualidade e intensificação da luta, como se anuncia para os próximos dias.

O oásis foi o embuste propagandístico lançado pelo cavaquismo para rejeitar os alertas das oposições e disfarçar o desastre da sua política económica. O optimismo artificial do actual Governo recorda-o e deve merecer, por isso, a maior desconfiança.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)		EUROPA
50 números: 6 750\$00;	25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA		EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00		50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00		
* IVA e portes incluídos		
Nome _____		
Morada _____ Telef. _____		
Código Postal _____		
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.		

Os «boys» e as rapaziadas

A crise da Expo-98 não trouxe verdadeiramente nada de novo. Mas ilustrou com algum colorido um deplorável estilo de governar e de fazer política que se instalou no PS e no PSD e repercute nas influências de que ambos dispõem na comunicação social. É o estilo dos «boys» e das rapaziadas.

As picardias e provocações ministeriais ao todo poderoso e arrogante Cardoso e Cunha, que acabaram por conduzir ao seu pedido de demissão, apareceram à opinião pública não como o alegado esforço para clarificar as contas da Expo, mas como um faccioso assalto ao lugar e mais um episódio da «luta pelos tachos» para os «boys» do PS.

A nomeação de Torres Campos, um fidelíssimo «boy» (que os anos não contam nesta categoria), para mais amigo pessoal do primeiro-ministro, só veio confirmar as suspeitas.

Em política os factos contam muito.

Quem não tem nenhuma moral para protestar contra a nomeação do novo Comissário da Expo é precisamente o PSD.

A escolha do governo PS, que recaiu num gestor das finanças do PS (segundo a im-

prensa), pode ser apelidada de tendenciosa e sectária. Não se esqueça, no entanto, que o anterior comissário, Cardoso e Cunha, nomeado pelo governo do PSD também é uma figura destacada do PSD, tendo desempenhado, inclusive, os mais altos cargos na sua direcção. De modo que em matéria de facciosismo, a diferença é nenhuma. Mas o lamentável é que também aqui prevaleça a continuidade...

Há também aqueles que acham que os «tachos» para os «boys» «até que nem estão mal», mas deviam ser repartidos pelos do partido do governo, pelos do «principal partido da oposição», como dizem, e pelos que ora estão com um ora com o outro. A isto reduzem Portugal.

Imperando esta mentalidade não admira que a acção política seja muitas vezes transformada numas tantas rapaziadas no género das graçolas a que o Ministro António Vitorino se entregou numa audição parlamentar a propósito do então comissário da «Expo», no seguimento das tiradas de mau humor e das impertinências em que este tinha incorrido.

Não é outro o estilo da polémica entre esses partidos e no interior de cada um deles, como no conflito do deputado Campos com o Ministro da Agricultura, Gomes da Silva, ou na quezília entre os deputados do PSD, Pacheco e Meneses.

Assim, na vigência da «nova maioria» que queria reabilitar o diálogo, o discurso e o debate políticos descem aos níveis mais rasos.

O pior de tudo é que o mau exemplo parte do próprio Governo. Em dificuldade para explicar por que faz sua a política de direita que vinha de trás e por que não cumpre e abandona de facto inofensíveis promessas eleitorais, os governantes do PS tendem a buscar refúgio na tirada demagógica, na manipulação dos números e na piada fácil e de mau gosto. Foi como procedeu em muitos momentos, o primeiro-ministro, António Guterres, na Assembleia da República, especialmente quando foi interpelado sobre a semana das 40 horas.

■ Carlos Brito

Há muitos "D"ês para reflexão

De droga. Foi esta semana assinalado (e bem!) um "Dia D", de reflexão sobre a toxicod dependência. Reflexão tanto mais necessária quando o flagelo da droga se sintetiza na frase "cada vez mais, cada vez mais jovens". Quando o número de toxicod dependentes acompanhados por serviços estatais de apoio é já superior a 41 200 - numa pequena minoria no universo dos atingidos: só na zona metropolitana do Porto são diariamente comercializadas 20 mil doses de heroína e cocaína (Lusa/Agosto 96) e 3 mil pessoas vão diariamente ao Casal Ventoso para consumir droga (DN/28-01-97).

De dinheiro. O consumo da droga gera em Portugal lucros que sobem de 250 mil contos a um milhão (DN/28-01-97). A escala mundial os lucros são avaliados entre 300 mil a 500 mil milhões de dólares (o equivalente a mais de 20 ou 30 vezes o Produto Interno Bruto de Portugal). A extensão deste negócio acompanha a "mundialização" da economia e da "liberalização do mercado", assumindo múltiplas funções. Serve de lubrificante ao sistema financeiro capitalista e, até, de suporte financeiro ao terrorismo de Estado (caso das armas dos Estados Unidos para os "contra" da Nicarágua). O poder dos senhores da droga investiu em todas as esferas da vida económica, atinge o poder político (e militar: tráfico de armas), abala os alicerces sociais.

De delinquência (e desespero). "A toxicod dependência é o principal factor de aumento da delinquência" - proclama-se. Mas com isso (sem se pretender simplificar o complexo problema da toxicod dependência) não se pode desresponsabilizar um sistema que atrai cada vez mais trabalhadores para a rua e mais pobres para o desespero, e no qual o único direito sagrado é o do lucro (a qualquer preço). Uma sociedade em que os jovens pobres sofrem a perturbante contradição entre o obsessivo

incitamento ao consumismo e uma realidade que lhes proíbe um acesso aos bens. Uma sociedade em que o pequeno roubo diz respeito ao Código Penal e a operação financeira fraudulenta é do domínio da "iniciativa privada".

De direitos. A "democracia de mercado" reconhece a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Mas como podem os cidadãos marginalizados aproveitar as liberdades que lhes são reconhecidas e fazer valer os seus direitos? Quando a vida económica e as estruturas da sociedade escapam a qualquer controlo e estão nas mãos das "leis" secretas da concorrência, do mercado, do lucro? E são leis que agravam os desequilíbrios económicos e sociais, submetem a cultura e a informação, asfixiam a democracia?

De derrapagem. Também tem estado na ordem do dia. Serão 25 milhões a mais, na Expo? Ou 55 milhões, como já se anunciou esta semana? "Nunca houve a preocupação de apresentar um orçamento consolidado, tanto da Sociedade Parque Expo como da própria Exposição", diz-se agora (D. Económico/28-01-97). E o ministro Sousa Franco confirma: "a falta de controlo foi o pecado original da Expo 98" (27-01).

De democracia. Qualquer luta eficaz para que os direitos não sejam palavra vã exige um outro modelo de sociedade que não deixe a sua gestão ficar subordinada às "sociedades anónimas" dos especuladores, da banca e da indústria. Passa pela integração dos problemas sociais numa outra política económica e social. Democrática, realmente. Para dar tradução prática ao lema do dia D: "a Vida não é uma droga".

■ Aurélio Santos

Pela memória única

Com a arrebatada proclamação de que "ninguém poderá negar a justeza da ambição do nosso Governo de cumprir o grande designio nacional: ser Fundador da Moeda Única!"; incitando magnificamente os portugueses "Pela Europa! Pela Moeda Única! Com o Governo, por Portugal!"; sublinhando a fortíssima "determinação política" de António Guterres "colocar Portugal no centro do processo de integração europeia", que só encontra paralelo histórico no ímpeto com que D. Sebastião partiu para Alcácer Quibir e donde ainda não voltou; - está a ser enviado pelo correio para a casa dos portugueses um desdobrável através do qual o PS pretende convencer-nos de que "Portugal (está) no caminho certo".

Ora, como um número cada vez maior de portugueses estão a observar, o cumprimento dos critérios de convergência de Maastricht, condição para a participação na Moeda Única, tem vindo a traduzir-se em políticas de austeridade e de profunda regressão social. O aparelho produtivo do país está cada vez mais enfraquecido. E tem sido travado o ritmo de crescimento económico indispensável para criar emprego e para nos aproximarmos da média dos rendimentos europeus.

Ao insensato e ridículo entusiasmo do Governo pela Moeda Única não podem deixar de ser contrapostas as posições que, apenas há três anos, quando estava na oposição, o mesmíssimo António Guterres assumia na moção de orientação estratégica por si apre-

sentada à Convenção do PS, onde afirmava que "alguns dos actuais critérios de convergência da UEM representam uma vitória do monetarismo a nível europeu" e que "se não forem revistos contribuirão para o agravamento da recessão e do desemprego".

Preocupações que o professor do ISEG e actual ministro da Economia Augusto Mateus desenvolvia, há menos de dois anos, numa entrevista a uma revista económica, ao sustentar que "no plano técnico é preciso reavaliar os critérios de convergência" pois "se tivermos duas realidades parecidas e dissermos que vão evoluir de forma parecida, mantêm-se parecidas", "mas se tivermos duas realidades diferentes e dissermos para evoluir de forma parecida, mantêm-se diferentes". Concluindo "não

fazer muito sentido, por isso, que os critérios sobre o orçamento existam independentemente do nível de desenvolvimento dos países", que "Portugal terá de gastar mais em infra-estruturas que os restantes países" e que "é possível rever os critérios tanto do ponto de vista do valor como do prazo para os atingir".

É um facto conhecido, desde o episódio do PIB, que António Guterres é um homem atreito a sérios lapsos de memória.

Mas a generalização desse tipo de dificuldades a todo o Governo e a todo o discurso político que foi apresentado aos portugueses durante a campanha eleitoral, não constitui motivo de profunda inquietação nacional?

■ Edgar Correia

CLINTON II o Híbrido

Há poucos dias, Clinton II tomou posse como Presidente dos EUA. O desempenho de Clinton I não foi brilhante. Um júri de 32 conceituados historiadores e políticos norte-americanos, apreciando o elenco de todos os presidentes desde Washington, o fundador, deu-lhe nota de "mediano baixo", segundo o Público de 21/1. No mesmo dia, Luís Delgado no DN retrata-o: "O homem é de borracha e insuflável."; e J.M. Fernandes, no seu editorial do Público, aponta-lhe a "sua falta de coluna vertebral". As depreciações podiam multiplicar-se, dos mais variados quadrantes, todas apontando para a virtude da hibrididade. E todavia, ou também por isso mesmo, Clinton ganhou.

Teve de bater vários recordes dos EUA. Sem falar na colecção variegada de escândalos, bateu o recorde dos gastos numa campanha eleitoral que, recorde também, foi notoriamente massacrante e estupidificante. E nas urnas, igualmente com uma abstenção recorde de 51%, alcançou o "sim" de apenas 49% dos 49% dos recenseados que votaram - ou seja, o "sim" de apenas muito menos de 1 em cada 4 americanos, já que uma enorme massa destes nem sequer está recenseada. E todavia, ou também por isso mesmo, Clinton ganhou.

Mas ganharam também os Republicanos. E duplamente. Porque renovaram a sua sólida maioria no Congresso. E porque, em vez de um débil Dole, é um inegavelmente hábil e já experiente Republicano ou Demopublicano, como lhe chamam já indiferentemente, que vai ocupar nos próximos 4 anos a Casa Branca. O qual se apressou a nomear para o novo governo a famigerada falcão Madeleine Albright (Departamento de Estado) e o republicano William Cohen (Pentágono). Mantendo Bob Rubin no Tesouro, e chamando Bill Daley para o Comércio e Gene Sperling para chefiar o Conselho Económico Nacional, Clinton II fica com "uma equipa económica que é considerada a mais próxima de Wall Street de quantas já passaram por Washington", como com conhecimento de causa escreve o correspondente, na capital dos EUA, do DN (20/1/97).

À primeira vista, poderia falar-se em empate ao centro, depois de tacticamente se ter posto a prazo a extrema-direita off side e estrategicamente fora do jogo do poder, uma vez mais, a maioria das massas populares - que nem sequer votaram, como se viu. Erro. Os grandes financiadores e mandantes comuns de ambos os partidos (releia-se a esclarecedora peça do Washington Post, resumida no DN de 25/8/96, sobre "os maiores contribuintes das campanhas eleitorais") jogaram pelo seguro simultaneamente nos dois campos para garantir antecipadamente o resultado: uma viragem à direita. O "consenso" na "coabitação" é nesse claro sentido que aponta - sem descartar os inevitáveis atritos futuros, porque esta vida, mesmo na mítica América, é muito complicada...

No pseudo bíblico discurso de posse de Clinton II, Naltissonante e vago, estão ausentes alguns dos mais difíceis problemas dos EUA e são escandalosamente omissos os grandes e graves problemas que, nos finais do século XX, afligem a maioria da Humanidade. Mas a tão badalada "ponte para o século XXI" tem, no discurso, um sentido bem determinado: como agora os EUA são "a única nação incontornável do mundo", essa "maior democracia do mundo deve liderar um mundo de democracias", feitas, se preciso for pela força, à sua imagem e semelhança. Albright no Senado fala ainda mais pão pão, queijo queijo: "Rejeitando as tentações do isolacionismo e apoiando todos os que no mundo partilham os nossos valores, faremos avançar os nossos interesses", pelo que os EUA devem estar prontos a intervir no estrangeiro, mas "nós não somos nem uma instituição de caridade nem um serviço de bombeiros".

Pois não! E por isso, que "Deus abençoe a América", mas que nos livre a todos do agressivo imperialismo dos "seus interesses" (os da Wall Street) e da sua pretensa divina "missão" hegemónica mundial. Os povos do mundo que se cuidem! Cuidar-se-ão, ninguém o duvida.

■ Carlos Aboim Inglez

SEMANA

«Dia D» contra a droga

Realizou-se na passada terça-feira um «Dia Nacional de Reflexão Sobre as Txicodependências», baptizado como «Dia D», onde estiveram envolvidos todos os órgãos de soberania, partidos políticos com representação parlamentar, autarquias, escolas, numerosas instituições públicas e privadas e as mais diversas individualidades, no sentido de sensibilizar os cidadãos e o País para o combate a este flagelo. Particularmente relevante foi a participação e envolvimento na iniciativa de mais de mil escolas em todo o território.

Uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP, ao mesmo tempo que apoia e assinala a iniciativa, sublinha que «não se pode inverter a situação se não se der de facto uma grande prioridade a este combate

nomeadamente em meios humanos, técnicos e financeiros, na organização das respostas da sociedade, na prevenção, tratamento e reinserção sociolaboral de toxicodependentes, na eficácia e coordena-

ção do combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento dos respectivos capitais», concluindo que «neste «dia de reflexão» o importante é que fique clara a ideia que todos os dias são escassos para reflectir

e que todos os dias são poucos para agir, para que se tomem as medidas necessárias e inadiáveis para que os jovens sejam livres de construir um futuro sem a ameaça do flagelo social da toxicodependência».



Guardas prisionais em greve

Com uma adesão rondando os 100%, segundo fontes sindicais, os guardas prisionais fazem uma greve de um dia em protesto, nomeadamente, contra «a perda sistemática de regalias», apresentando de novo uma reivindicação antiga, a atribuição de um subsídio de risco acrescido, devido à perigosidade inerente à sua profissão. Os 3500 guardas prisionais portugueses queixam-se da indiferença de sucessivos governos para os seus problemas e reivindicações. Se, passados 30 dias sobre a paralização desta semana não forem satisfeitas as suas reivin-

dicações, os guardas prisionais voltam à greve, mas por dois dias, segundo uma moção aprovada em assembleia geral promovida pelo Sindicato Nacional do Corpo de Guarda Prisional. Esta é a segunda greve dos guardas prisionais em 10 anos, tendo a primeira, de três dias, tido uma adesão de 90%. Os guardas em greve apresentaram-se todos no seu local de trabalho, concretizando a sua paralisação através da recusa em cumprir as tarefas normais, garantindo apenas os serviços mínimos, nomeadamente as refeições e a segurança.



Editora Dom Quixote passa para grupo espanhol



Através de um negócio que envolve um milhão de contos, o controlo accionista das Publicações Dom Quixote vai passar para o grupo espanhol Anaya, o segundo maior do país vizinho (a seguir à Planeta Agostini), que controla 22 empresas de edição em todas as línguas hispânicas. No quadro deste negócio, a editora espanhola divulgará

nos seus mercados os autores portugueses representados na Dom Quixote, enquanto a editora portuguesa receberá de Madrid um catálogo com qualquer coisa como 17 mil livros e 7 mil autores. A Dom Quixote facturou o ano passado cerca de meio milhão de contos, resultado sensivelmente idêntico ao obtido no ano anterior, fechando as suas

contas com um lucro que se aproxima dos 10 mil contos. De acordo com a Associação Portuguesa de Editores e Livrários (APEL), a Dom Quixote figura nas 10 primeiras posições ocupadas pelas editoras portuguesas com maior volume de vendas, sem contar com as multinacionais como o Círculo de Leitores e as editoras escolares.



Expo/98: de «derrapagem» a «investimento estratégico»

Discursando na Assembleia da República, num debate com a oposição, o Primeiro-Ministro António Guterres afirmou estar convencido de que a EXPO/98 «não dará lucro», após admitir que a «questão central» na crise surgida entre o Governo

e o Comissário Cardoso e Cunha - que desembocou na demissão deste - foi, exactamente, a derrapagem orçamental verificada na EXPO. Acentuando a novidade destas declarações, António Guterres acrescentou que «mesmo que a

EXPO não dê lucro, ela é um investimento estratégico», tornando assim irrelevante, para o Governo, o que há duas semanas foi motivo suficiente para impor a demissão do Comissário que o Executivo do PS reconduzira no cargo.

«Netanyahu-gate»

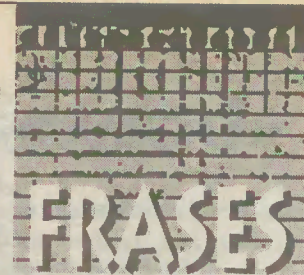
Rebenta um escândalo de grandes proporções em Israel, envolvendo directamente o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu. Segundo denunciou o Canal Um da televisão estatal, o actual chefe do governo israelita terá obtido o apoio parlamentar do partido fundamentalista Shas para a viabilização do acordo de Hebron a troco de um «negócio»

pendem sobre Arye Deri, permitindo que este regressasse ao governo. Recorde-se que o líder do Shas foi ministro do Interior do governo de Isaac Rabin, tendo sido forçado a demitir-se há três anos para poder ser julgado num processo de corrupção que ainda não está concluído.

Os três implicados no escândalo já desmentiram o seu envolvimento, tendo Benjamin Netanyahu defendido a privatização da televisão estatal - que denunciou o escândalo -, pois entende que esta está «ao serviço da oposição, esquecendo-se do seu dever de objectividade.



proposto pelo líder do Shas, Arye Deri, que consistiria na nomeação de Roni Bar-On (membro do Shas) para o cargo de procurador-geral. Com um pormenor: o novo procurador-geral trataria de retirar parte das acusações de corrupção que im-



«A actual direcção do partido é aquela de que eu me sinto mais próximo do ponto de vista estratégico, mesmo até em relação à direcção do professor Cavaco Silva»

(Pacheco Pereira in «Grande Júri» da TSF, 25/1/97)

«Marcelo permitiu uma coisa importante, a verdade do próprio partido. O PSD tem menos militantes, mas tem os militantes verdadeiros»

(idem ibidem)

«O intelectual não se confunde com o cerebral. O cerebral é insensível. Há muitos intelectuais que não são cultos, são eruditos. E o erudito não sabe digerir aquilo que aprende. [No PSD] não há militantes de primeira e de segunda»

(Marcelo Rebelo de Sousa in Diário de Notícias, 27/1/97)

«[Marcelo Rebelo de Sousa] É capaz de estar a ver uma telenovela e, por dá cá aquela palha, telefonar à Rita a perguntar-lhe se viu esta ou aquela cena. Só visto, porque contado ninguém acredita!»

(«Repórter T & Q», Tal & Qual, 24/1/97)

«Talvez assim se compreenda a hipótese que o próprio Marcelo já admitiu publicamente - a de entrar para uma ordem religiosa: «Com os meus filhos casados e se a Rita morresse, admito entrar num mosteiro para acabar os meus dias»»

(idem)

«Almeida Garrett foi deputado em quase todos os círculos por onde também me candidatei»

(Lucas Pires, no acto da sua adesão oficial ao PSD, in Diário de Notícias, 27/1/97)

«[Quero] morrer como alguém que ajudou a dar nobreza à política portuguesa»

(idem ibidem)

«[Quero] deixar de ser um clandestino no porão do PSD»

(idem ibidem)

«Custa-me ver o Porto ser utilizado para fazer uma política que diminui a cidade. Uma política provinciana»

(Pacheco Pereira in «Grande Júri» da TSF, 25/1/97)

«O dr. Pacheco Pereira já me atacou mais de 32 vezes desde que se demitiu da vice-presidência da Comissão Política Nacional. É um hipócrita e vai ter uma resposta»

(Luís Filipe de Menezes, presidente da Distrital do Porto do PSD, in Diário de Notícias, 26/1/97)

«Os nossos adversários estão lá fora, não estão cá dentro. Devemos saber, com urbanidade, discutir e debater, pois ninguém nos respeitará nem nos dará a sua confiança se não estivermos unidos, solidários e coesos»

(Marques Mendes, líder da bancada parlamentar do PSD, in Diário de Notícias, 27/1/97)

«O estalinismo está em todos os partidos. De todos os partidos, o menos estalinista é o PC, é provavelmente aquele onde mais se discute e há mais ideologia. Nos outros, muito pouco ou quase nada. Actualmente, a política e o poder estão cheios de adeptos do estalinismo. Quem combateu o estalinismo fui eu, não foram estes tipos que estão agora no governo.»

(Manuel Alegre in entrevista ao Diário de Notícias/DNA, 25.1.97)

O comício em Setúbal



Mais vitórias nas autárquicas

Tá cheio, disse ao repórter uma das arrumadoras do Teatro Luísa Todi, na tarde do passado sábado, em Setúbal. Elas tentavam gerir a entrada para a zona da plateia, procurando em vão que as centenas de pessoas que tentavam arranjar lugar, não se aglomerassem nas coxias, convidando-as a subir ao balcão. Mas o balcão também já estava cheio, e muita gente enchia o átrio e, lá fora, eram muitos os que desejavam aguardar a chegada de Carlos Carvalhas a este primeiro comício após o Congresso, iniciativa da Organização Regional em que participou o Secretário-geral do Partido.

Os jovens eram centenas, vindos de vários pontos do distrito, e animavam os momentos que antecederam a primeira parte da iniciativa em que actuou a Banda do Andarilho, que repegou nas músicas de José Afonso para cantar que "o que faz falta é avisar a malta". O repórter, que já assistiu a várias iniciativas partidárias - e outras - nas instalações do Luísa Todi, não tem memória de tal enchente. Nem da animação com que esta ali decorreu desde essa primeira parte preenchida pela actuação de Jorge Patrício e seus companheiros de andarilho, que terminaria num mar de bandeiras. O actor Fernando Casaca, que apresentou a iniciativa, antes de iniciar o comício, convidou os presentes - enquanto o palco era arrumado para dar entrada aos dirigentes do PCP - a visionar, nos vídeo-wall instalados de cada lado da cena, um curto filme sobre o 75º aniversário do Partido, cujas seqüências foram muitas vezes interrompidas com aplausos dos participantes.

Odete Santos, deputada comunista por Setúbal, membro da Concelhia e da DORS, foi a primeira a intervir, após ter apresentado a "mesa" do comício, chamando os camaradas a tomar lugar no palco - militantes de células de grandes empresas do distrito, membros da Comissão Concelhia de Setúbal, da Comissão Distrital da JCP e dos organismos executivos da DORS. Por fim foram apresentados os camaradas dos organismos executivos do Comité Central do Partido - Carlos Humberto, Virgílio Azevedo, Jorge Pires, Octávio Teixeira e Francisco Lopes - e o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Ao trabalho!

"Como é possível ter-se 75 anos e ser-se tão jovem!", exclamou Odete Santos na intervenção introdutória, referindo-se à participação juvenil no comício que, lembrou, constituía uma verdadeira rampa de lançamento do trabalho definido pelo Congresso.

O primeiro discurso que se seguiu foi, de resto, proferido pelo jovem Paulo Raimundo, membro do Comité Central e da Direcção da JCP. "Entramos em 1997 com uma JCP reforçada, com força e confiança na luta", disse, reafirmando o com-

promisso dos jovens comunistas no desenvolvimento desta e na contribuição para mais e novas vitórias da CDU nas eleições autárquicas deste ano.

Vicente Merendas, do CC e da DORS, acentuou a sua intervenção sobre a necessidade de uma alternativa à política de direita prosseguida pelo Governo do PS, caracterizada pelo aprofundamento da reconstituição dos velhos e de novos monopólios, pela fusão do poder económico com o poder político, por uma política a favor dos interesses da grande burguesia, por uma intensa campanha coerciva contra os trabalhadores, a sua dignidade e os seus direitos.

O discurso de Carlos Humberto, da Comissão Central de Controlo do CC e membro da DORS, incidiu especialmente sobre o Poder Local no distrito - que apresenta um dos mais elevados índices de qualidade de vida em consequência da gestão maioritária da CDU, que se encontra à frente de 63 das 82 freguesias e de 12 das 13 câmaras municipais. Manter e reforçar tais maiorias, conquistar a Câmara de Setúbal, é agora o objectivo dos comunistas e dos seus aliados, portadores de um projecto de futuro.

Jorge Pires, da Comissão Política do CC, interveio sublinhando a importância do reforço do Partido. "A grande participação no comício", disse, referindo-se também ao entusiasmo e alegria que ali se verificava, "são a garantia de que o PCP está preparado para conquistar os objectivos anunciados." O dirigente comunista, que falou sobre a necessidade de se vir a desenvolver, nas próximas autárquicas, "uma campanha pela positiva", que chamasse a atenção para a obra realizada, referiu, por outro lado, a necessidade de denunciar "que o PS e o PSD são os mesmos que, no poder ou na oposição, escolhem sempre servir os interesses dos grandes senhores".

Era a última intervenção antes do discurso de Carlos Carvalhas, de que publicamos excertos. A referência que Jorge Pires fez aos cerca de 500 novos membros do PCP, que aderiram, no distrito, no âmbito da Campanha que veio a terminar no Congresso, e a composição que revelou - 48 por cento de jovens e 41 por cento de mulheres -, provocou os aplausos vibrantes dos participantes no comício. Que terminou como começara. Em festa!



Intervenção de Carlos Carvalhas

Contra Maastricht

Um pequeno exercício de reflexão

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, interveio, no final do comício, com um discurso de que publicamos os excertos mais significativos. Em tom irónico, que os participantes seguiram atentamente, sorrindo da metáfora que o dirigente comunista usou para criticar a política seguida pelo PS no Governo, Carvalhas propôs "um pequeno exercício de reflexão", que no texto vai em *itálico*. Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção.

(...)Proponho que neste Comício façamos também um pequeno exercício de reflexão em conjunto.

Imaginemos que na campanha eleitoral para as legislativas o Partido Socialista tinha tido a certa altura um rebate de consciência, tendo então começado a dizer nos palcos dos comícios:

Portuguesas e Portugueses, o que nós temos dito até aqui, no palco dos comícios, tem sido puro marketing político para angariar votos, mas a verdade é outra.

De facto, nós temos dito que vamos aumentar os salários e as pensões e reformas, mas como a política neoliberal que vamos seguir e com os critérios de Maastricht que queremos cumprir religiosa-

mente, o que vamos ter é o congelamento e até a sua diminuição em termos reais, a que chamaremos moderação salarial.

Nós temos dito que com o PS no governo haverá uma melhor redistribuição do rendimento nacional, uma melhor justiça tributária, mas a verdade é que os senhores da banca estão a financiar a nossa campanha eleitoral e têm um peso cada vez maior na imprensa e na sociedade.

Por isso, os trabalhadores assalariados vão continuar a pagar no essencial os impostos e teremos que aumentar até os benefícios fiscais ao capital financeiro, prevendo que estes atinjam 190 milhões



O comício em Setúbal Contra Maastricht

de contos em 1997, que bem falta farão na habitação, na saúde e no ensino.

Nós temos dito que vamos trabalhar para diminuir as assimetrias regionais e travar a desertificação e o atraso do interior do país e temos dito também que iremos implantar um plano de emergência para o Alentejo, mas a verdade é que com a política que temos planeada as diferenças vão-se continuar a acentuar. E para o Alentejo não estamos a pensar em nenhum plano de emergência. Estamos a pensar sim em dar 60 milhões de contos de indemnizações aos grandes agrários e em iniciar algumas obras no Alqueva para ver se conseguiremos assim calar um pouco a voz dos comunistas...

Nós temos dito em nome do PS que conosco as pensões serão sagradas e que a segurança social será melhorada, mas a verdade é que em nome da escassez dos recursos, tudo faremos para entregar a parte mais choruda às seguradoras privadas deixando apenas um pequeno patamar a cargo do Estado para os pobrejinhos.

Nós, também por causa dos comunistas que temos à ilharga, temos prometido a lei das quarenta horas, mas a verdade é que estamos a pensar negociar uma vigiarce com o Nogueira Simões da CIP e com o "fradesco e jesuíta" Proença da UGT, de modo a que, descontando as pausas, tudo fica na mesma e ainda obrigaremos os trabalhadores à flexibilidade e à polivalência.

Nós PS temos dito que governaremos à esquerda, mas os nossos acordos serão com o PP e na revisão constitucional, diremos que dialogamos com todos, mas, tal como no passado, negociaremos com o PSD por baixo da mesa, nomeadamente uma lei eleitoral que nos dê mais eleitos com menos votos.

Nós PS temos dito que conosco haverá lisura e transparência, mas a verdade é que estamos a pensar em abafar o acordo de milhões com o Champalimaud, a pôr uma pedra no assunto no escândalo da privatização da Petrogal, em arquivar o inquérito ao SIS sobre a vigilância dos partidos da oposição, em tentar fazer passar um totonegocio e, no caso do nosso camarada Campos, que é sempre imprevisível, levantar algum caso duvidoso no Ministério da Agricultura daremos sempre cobertura ao ministro. O governo não pode perder a autoridade...

Nós PS temos prometido a Regionalização até para contentar o Narciso de Matosinhos e o Gomes do Porto, mas se o PSD fizer oposição cederemos e atrasaremos tudo quanto pudermos...

Nós PS temos afirmado que a Segurança das populações será uma das nossas grandes prioridades, mas com o aumento do desemprego, a falta de saídas profissionais, a liquidação das esquadras de bairro e a continuação da venda da droga à luz do dia, apesar de dizermos que a droga é o nosso inimigo número 1, a insegurança continuará.

Bom, nós temos dito que queremos preservar as gravuras de Foz Côa e isto, com a dimensão nacional e internacional que já atingiu, isto sim será para cumprir. Também cumprimos com a promessa do rendimento mínimo garantido, às pinguinhas, mas cumprimos até porque conjuntamente com a sopa dos pobres e os bancos contra a pobreza será uma almofada de contensão do protesto social em relação à nossa política... Quanto ao discurso, esse também será o mesmo, com muitas palavras, muita conversa, muitas promessas de diálogo e muitas referências ao social e à caridade ao gosto do Padre Melícias.

O país precisa de outra política

Poderíamos continuar com este exercício se as questões não fossem suficientemente graves. Os exemplos não faltam e a conclusão é clara: se o PS tivesse dito a verdade é certo e sabido que não tinha tido os resultados que teve.

O país precisa de outra política.

Começámos o ano com a barafunda e o desnorte do chamado caso dos polícias; com o lavar de roupa pouco limpa no Ministério da Agricultura e com sucessivos aumentos (que continuam) disfarçados com médias, como no tempo do cavaquismo... Depois como se já não bastasse, tivemos aquelas prestações na Assembleia da República do Comissário da Expo e do Ministro da Defesa (este com piadas de mau gosto e de duvidoso sentido de Estado). Terminando com a demissão do 1º e com a nomeação de mais um membro do PS...

Ao contrário de outros, o PCP não deu qualquer contribuição para o clima de tensão e para as atitudes irresponsáveis que marcaram este processo em torno da Expo 98.

Pelo contrário, sempre adoptou uma posição caracterizada por um grande sentido de responsabilidade, pela defesa do interesse público e pela correcção no debate com os responsáveis da Expo, como a dimensão e importância deste projecto plenamente impunham.

Mas a verdade é que estamos a assistir às mesmas querelas e aos mesmos procedimentos com que fomos brindados no passado recente.

Aumenta o desemprego, sobe em flecha o trabalho precário, aumenta o número de empregados por conta própria, mais de 60 mil trabalhadores regressam à agricultura mas o Governo tem a lata de vir dizer que está a combater a situação...

Infelizmente o que a realidade nos mostra é que o desemprego tem continuado a aumentar e que a maioria dos empregos criados por este Governo são empregos do tipo "MacDonald" e "Pizza Hut", isto é, empregos mal pagos e com vínculos precários.

Para alemão ver tem-se sobrevalorizado artificialmente o escudo, sem correspondência com o

desenvolvimento da economia, com o 1º Ministro a sublinhar que Portugal com um escudo forte tem de ter lugar na fundação do Euro.

Resultado: as exportações sofrem as consequências. Sem o material de transporte (Ford-Wolkswagen) a variação das exportações já teria sido negativo no 1º semestre de 1996...

Mas se dermos credibilidade aos discursos do Governo tudo corre pelo melhor: aumentam os salários, aumentam as reformas e o crescimento económico é fulgurante... Temos uma economia de sucesso e aproximamo-nos da alemã, diz o 1º Ministro... Mas onde é que já ouvimos coisas destas? É por isso que alguém já disse que o actual Primeiro-Ministro imita cada vez mais o seu antecessor num tom "um pouco mais doce e com mais jeito para as relações públicas"...

O que o país precisa é de desenvolvimento com a sua vertente social e ambiental, da criação de empregos com direitos, estáveis e justamente remunerados.

Menos propaganda e mais respostas

O que o país precisa é de menos propaganda e mais concretizações e medidas que dêem resposta aos graves problemas com que estamos confrontados.

O PS que na oposição dizia que os portugueses estavam primeiro, coloca agora primeiro que tudo, antes de tudo e à frente de tudo, a sua política o cumprimento dos critérios de convergência nominal de Maastricht e coloca como absoluta prioridade nacional a participação de Portugal na 3ª fase da UEM e na marcha forçada para a moeda única, com manifestos sacrifícios para os trabalhadores e o emprego e manifesta secundarização da aproximação de Portugal aos outros países da UE em termos de desenvolvimento real, salários, nível de vida e bem-estar social.

No passado, venderam-nos a ideia do fácil acesso da produção nacional a um mercado de mais de 300 milhões de consumidores com alto poder

de compra. Mas o que vimos e sofremos foi a crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira, com a liquidação e a ruína da nossa agricultura, das nossas pescas e de importantes sectores industriais.

No passado, venderam-nos a ideia de que rapidamente ascenderíamos aos níveis salariais, de protecção social e de bem-estar dos países mais desenvolvidos, mas o que vimos e sofremos foi a aproximação em termos de preços e de impostos e a continuação da degradação dos salários e de um baixo nível de vida.

A verdade é que, como o PCP tem afirmado sem contestação possível, o cumprimento acelerado dos critérios de Maastricht, significará não apenas acrescidos sacrifícios e dificuldades no ano de 1997, mas também nos anos de 1998 e 1999, até à criação da moeda única, e também depois da sua criação.

A verdade é que, como o PCP tem afirmado sem contestação convincente, é que o facto de Portugal vir a participar no núcleo inicial da moeda única, longe de lhe dar qualquer especial papel, peso ou influência na construção europeia, torna-o sim ainda mais prisioneiro da política neoliberal e mais amarrado e atado às inspirações, ditames e interesses dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

A verdade é que, como o PCP tem afirmado sem refutação, é uma profunda insensatez supor que passar a ter, de forma absolutamente artificial, uma moeda forte, é o grande remédio para um país com uma economia fraca e atrasada do ponto de vista relativo.

É um acto de cegueira política não querer perceber que a sujeição às políticas únicas e cambial já impede hoje, e impediria no futuro, que a economia portuguesa cresça a um ritmo substancialmente mais rápido que a da média comunitária, o que significa o abandono de qualquer perspectiva séria de convergência real.

Por isso o PCP continuará a lutar sem desfalecimento contra este projecto de aprisionar Portugal nas teias de Maastricht e travará uma grande batalha política pela realização de um referendo nacional sobre a moeda única. (...)



Aveiro

Conflitos laborais agravam-se

As irregularidades confirmadas pelo PCP requerem urgente investigação e tomada de medidas por parte da Inspeção Geral do Trabalho

A Concelhia de Aveiro do PCP chama a atenção para o agravamento da conflitualidade laboral citando o caso da metalúrgica Boia e Irmão, onde o incumprimento da lei da 40 horas por parte da administração que insiste em descontar as pausas no tempo de trabalho, tem motivado o protesto e paralisações na empresa.

Na fábrica da Renault em Cacia, na sequência da aplicação da flexibilidade de horários, surgem casos de perseguição aos trabalhadores que não se submetem às arbitrariedades da admi-

nistração. O exemplo mais recente envolve um membro da subcomissão de trabalhadores que chegou a ser mudado para uma secção, onde é alvo de «inqualificáveis provocações» por parte do chefe. A situação vivida nesta empresa já motivou a apresentação de um requerimento ao Governo, através do deputado João Amaral.

As dificuldades atingem ainda os trabalhadores da Casal, que têm quatro meses de salários em atraso, enquanto o pessoal da Metalomecânica, para além de ter sido atirado

para o desemprego, tem ainda por receber oito meses de salários e 4 anos de subsídios de férias e de Natal.

A Concelhia de Aveiro denuncia ainda a violação dos mais elementares direitos no hipermercado Feira Nova, onde os repositores de produtos são obrigados a executarem todo o tipo de tarefas, sem horários máximos, em claro incumprimento da lei que obriga as grandes superfícies a encerrarem aos domingos de tarde para descanso do pessoal. O PCP refere que estes trabalhadores para além de estarem a recibo verde, não são contratados do Feira Nova mas sim das empresas fornecedoras de produtos.

Ovar

Também a concelhia de Ovar constata que muitas empresas, sobretudo no sector têxtil, não estão a cumprir as 40 horas, impedindo que as pequenas pausas há muito consagradas, sejam contadas.

Solidarizando-se com a justa luta dos trabalhadores, a Concelhia do PCP realça em particular a gravidade da situação na empresa Cordez, em Esmoriz, onde o administrador «recorreu a todo o tipo de ameaças e insultos e em desespero de causa procurou limitar o exercício dos direitos sindicais de informação e esclarecimento».

Ainda na área laboral, a estrutura comunista refere o caso paradigmático do julgamento da impugnação do despedimento colectivo na EFACEC, movido pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, o qual passados mais de quatro anos continua sem qualquer conclusão jurídica. Recorde-se que o despedimento teve objectivos claramente políticos visando a destruição das ORT's na empresa.

PCP comenta ameaças de Jardim

Em nota divulgada na terça-feira, o gabinete de imprensa do PCP condena firmemente «as ameaças de indiscutível teor separatista lançadas publicamente pelo presidente do Governo Regional da Madeira e vice-presidente do PSD» considerando que estas não podem deixar de causar indignação na opinião pública nacional. A nota refere:

«A circunstância de Alberto João Jardim ser um notório reincidente em afirmações e atitudes de desrespeito pela Constituição da República e descarada afronta ao 25 de Abril e à unidade nacional, longe de poder servir de atenuante para as suas declarações, antes constitui uma clara agravante. Seria mau hábito que a democracia portuguesa e as suas instituições se habituassem às afrontas e ameaças do presidente do Governo Regional da Madeira.

«Para a pequena história de demagogia política, deve entretanto registar-se que a principal consequência da ameaça ontem feita pelo PS de retaliação sobre o PSD em sede de revisão constitucional foi a realização esta manhã [terça-feira passada] de mais uma reunião bilateral, ao que parece muito cordial e frutuosa, entre os dois partidos, para prosseguimento da negociação em que há muito estão envolvidos.»

Almada

Governo usurpa território do concelho

A consideração dos terrenos da Lisnave como área industrial foi durante muito tempo «o óbice para a aprovação» do Plano Director de Almada pelo anterior governo.

Ultrapassados todos os prazos legais, tornaram-se públicos os compromissos assumidos com os Mellos para a criação naquela área de uma zona ribeirinha urbanizável. A Câmara de Almada sempre se opôs a esta solução argumentando que a zona ribeirinha seria tapada por um muro de betão e que o concelho veria diminuir a capacidade industrial instalada, com gravíssimas consequências sociais.

Esta situação foi de resto reconhecida após a tomada de posse do PS, que assumiu o compromisso de levar o PDM a Conselho de Ministros com a maior brevidade. Após inúmeros atrasos, o Governo acabou, de facto, por aprovar o Plano mas amputou-o das áreas da Margueira (Lisnave), Plano Integrado de Almada e Arsenal do Alfeite.

A Comissão Concelhia do PCP considera que esta decisão foi motivada por negócios de terrenos que irão levar a um crescimento urbanístico selvagem e fora de qualquer controlo municipal. Contudo, estranha que o Arsenal do Alfeite tenha sido

retirado do PDM até porque estava definido pela autarquia como zona militar, não se conhecendo quaisquer projectos para que o deixe de ser.

Reagindo a esta «usurpação do território de Almada» para «inconcebíveis negociações entre o Governo e entidades privadas», a Câmara já apresentou uma queixa-crime em tribunal contra o Estado português por perdas e danos resultantes deste atribulado processo, tendo recebido o apoio e solidariedade unânime da Junta Metropolitana de Lisboa, onde para além de comunistas estão eleitos socialistas e sociais-democratas.

Todavia, igual compreensão não foi demonstrada pelos representantes do PS na Assembleia Municipal de Almada, que numa atitude de subserviência ao poder central, optaram por se colocar ao lado do Governo e votar contra a moção apresentada pela CDU, aprovada entretanto com os votos das restantes forças políticas presentes.

O PCP sublinha que «é legítimo que os almadenses condenem o Partido Socialista por ter transformado os seus eleitos nos órgãos autárquicos do concelho em comissários políticos do Governo» mesmo quando estão em causa decisões que prejudicam gravemente Almada.

Violência sobre mulheres discutida no Parlamento Europeu

Adelaide Pereira Alves, membro do Comité Central do PCP e do Secretariado Nacional do MDM, participou na Audição Pública sobre «violência contra as mulheres», recentemente promovida pela Comissão dos Direitos da Mulher no Parlamento Europeu.

Na origem desta audição esteve a necessidade sentida pelas organizações femininas de desenvolvimento de uma campanha europeia pela «tolerância zero» na violência contra as mulheres, tendo nela participado peritas de vários países, designadamente da Alemanha, Suécia, Reino Unido e Portugal.

Através das mais de duas dezenas de perguntas feitas pelos deputados europeus, nomeadamente pelos portugueses Sérgio Ribeiro, do PCP, e Helena Torres Marques, do PS, e das respostas e questões colocadas pelas representantes das organizações femininas transpareceram as principais preocupações de uns e de outros.

A informação entretanto fornecida pelas presentes sobre as leis vigentes nos respectivos países, o número de organizações femininas existentes e as iniciativas que desenvolvem levou à pergunta de

um deputado alemão sobre qual então a razão da sua falta de êxito.

As desigualdades que reinam nas sociedades ocidentais, diziam umas, a falta de uma campanha de sensibilização da opinião pública para o problema da violência e a necessidade de modificação da atitude do homem, diziam outras.

Muitas intervenções punham, aliás, a tónica neste ponto - na responsabilidade do homem. Não era essa, contudo, a posição da dirigente comunista Adelaide Pereira Alves, para quem o problema tem as suas origens nas desigualdades económicas, sociais e culturais que o sistema capitalista aprofunda, por um lado, e no incumprimento das leis nacionais, por outro. No que se refere à legislação portuguesa, Adelaide Pereira exemplifica a situação com a lei «Garante protecção às mulheres vítimas de violência» aprovada em 1991 que, seis anos depois, continua a aguardar regulamentação. O combate à violência é, assim, uma batalha de homens e mulheres que defendem uma sociedade desenvolvida neste virar de século e passa pela resolução dos grandes problemas dessa sociedade.

Viseu

PS promete mas não cumpre

A Direcção Regional de Viseu regista, a propósito do PIDDAC/97, que o PS tem uma «actuação dúplice: promete mas, quando se trata de passar das palavras aos actos, não cumpre».

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a verba solicitada pelo PCP para a restauração do Convento de Salzedas, «larga e repetidamente referida como em ocasiões anteriores como uma necessidade premente, até pelo próprio Primeiro-Ministro», mas que, à seme-

lhança das restantes propostas de alteração do PIDDAC, foi recusada pelo PS com a cumplicidade do CDS-PP.

A recente reunião da DORV comentou igualmente as declarações do líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, que, em visita ao distrito terá apoiado os protestos contra a subalternização e esvaziamento de serviços na região, esquecendo porém que este processo ocorreu «exactamente no auge do cavaquismo, quando o PSD detinha maioria absoluta e uma

colecção de deputados eleitos pelo distrito».

Lamentavelmente, a anunciada reestruturação dos serviços regionais da RTP, que «mais uma vez discrimina e subalterniza Viseu», mostra que «o Governo mais não faz do que continuar a política laranja, quer no conteúdo que no método».

A DORV solidariza-se com os trabalhadores do Hospital Distrital de Viseu, que exigem medidas de reforço da segurança dos trabalhadores e dos utentes no serviço de urgência. A actual falta de condições é razão suficiente para o PCP reivindicar a abertura de um novo Hospital.

Ainda no sector da saúde, a estrutura comunista manifesta preocupação pela possibilidade de alterações do Estatuto Jurídico dos Hospitais abrindo caminho a uma muito maior precarização laboral e quebrando um vínculo hierárquico técnico-profissional, nomeadamente nas carreiras médica e enfermagem.

Na reunião, a DORV aprovou o calendário de iniciativas para 1997 e um plano para a campanha nacional de fundos. Além de actividades como as comemorações do aniversário do PCP, a Festa do «Avante!», estão previstos um plenário regional de quadros e um encontro da CDU, entre outras tarefas ligadas à preparação das eleições autárquicas.

Catamarans esgotam estacionamento no Seixal

O reforço das carreiras fluviais entre o Seixal e Lisboa é uma medida positiva e satisfaz uma antiga reivindicação do PCP, salienta a Comissão Concelhia local, que alerta, no entanto, para a necessidade de medidas urgentes que minimizem os inconvenientes causados à população do concelho.

Designadamente, o PCP chama a atenção dos potenciais utentes das carreiras para o facto de no Seixal não haver espaço para estacionamento, o que cria sérias dificuldades a todos os que utilizam transporte próprio. Ao mesmo tempo, é reclamado um reforço das carreiras rodoviárias bem como a rápida conclusão do interface da Quinta da Trindade.

Mas como os novos barcos apenas resolvem parte dos grandes problemas das acessibilidades e transportes, os comunistas insistem na concretização da estrada alternativa à EN10, da via L3, das passagens desniveladas em Corroios, Cruz de Pau e Casal do Marco e do Metro Sul do Tejo

SESIMBRA Pescadores em luta

A Concelhia de Sesimbra manifesta o seu apoio à luta dos trabalhadores da pesca pela aplicação do contrato individual de trabalho e denuncia as cedências feitas pela Comissão Europeia no acordo com Marrocos, que se traduzem na paragem biológica de dois para quatro meses. Os comunistas exigem que o Governo reveja o acordo comercial com aquele país, que expira em 1999 e sobre o qual Marrocos já manifestou a intenção de não renovar. A nota condena ainda o aumento dos preços registados no início do ano, e qualifica de «incompreensível» o voto contra dos deputados do PS que inviabilizou uma série de importantes propostas do PCP para o concelho (a via variante à EN 379, ligação de Santana ao Porto de Abrigo; o plano de ordenamento e alargamento da Praia de Sesimbra; o centro de saúde da Quinta do Conde; e os quartéis da GNR em Sesimbra e Quinta do Conde).

VILA REAL Deputado em visita

O deputado José Calçada integrou uma delegação do PCP que sexta-feira da passada semana efectuou uma visita à cidade de Chaves, onde foi recebida pela administração do Hospital Distrital, pelo conselho directivo da Escola Secundária Júlio Martins e pela direcção da Cooperativa Agrícola de Chaves. Nos encontros, foi chamada a atenção para vários problemas e carências, de que ressalta a falta de pessoal médico, a instalação de um ventilador no internamento de pediatria, um TAC e a renovação e reforço do parque automóvel do estabelecimento hospitalar.

A necessidade de formação e aumento do quadro de pessoal de acção educativa, administrativo e de limpeza, a adaptação e ampliação das instalações, a construção de um pavilhão de criação de espaços cobertos foram os principais aspectos salientados na visita à escola.

Por seu turno, a direcção da cooperativa agrícola insistiu na necessidade de uma fiscalização eficaz sobre os produtos que invadem diariamente o país, de apoios ao escoamento da batata e criação de subsídios às sementes e adubos.

A delegação encontrou-se ainda com a direcção do Grupo Desportivo de Chaves com quem abordou a questão da criação das sociedades desportivas.

SEIXAL Aprovado Plano/97

Reunida para aprovar o plano de actividades para o ano em curso, a Concelhia do Seixal do PCP aponta com objectivos fundamentais o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das populações, o reforço orgânico da estrutura partidária e o êxito nas eleições autárquicas. Neste sentido, a Comissão Concelhia marcou um plenário de eleitos e activistas da CDU já para o próximo dia 8 de Fevereiro, e um Encontro da CDU para o mês de Junho. Entretanto, o 76º aniversário do PCP será assinalado com um almoço-convívio em 9 de Março.

A nota divulgada debruça-se também sobre vários problemas laborais do concelho, referindo a continuação da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores na Siderurgia Nacional, Indelma, Continente e Tranemo, entre outras.

Os comunistas do Seixal condenam igualmente o chumbo das propostas do PCP de alteração do PIDDAC/97, alertando que ficam comprometidas obras fundamentais ao concelho, quer na área dos transportes e vias de comunicação, quer no âmbito da recuperação dos núcleos urbanos, históricos e ribeirinhos de Arrentela, Amora e Seixal, quer ainda a construção do centro de saúde de Corroios, centro de dia de Arrentela e a ETAR do Seixal.

ARRAIOSLOS Medidas de reforço

A Comissão Concelhia de Arraiolos reuniu recentemente para debater o reforço da organização, tendo decidido marcar para o próximo dia 22 de Fevereiro a sua 4ª Assembleia. O balanço efectuado, revela a adesão de novos militantes, sobretudo jovens, durante 1996, e regista o efeito positivo das medidas tomadas para aumentar a difusão da imprensa do Partido, «Avante!» e «O Militante».

Entre as actividades programadas destaca-se as comemorações do 76º aniversário do PCP, em 15 de Março, e a realização de festas convívios em Santana do Campo, S. Pedro da Gafanhoeira e Sabugueiro, bem com a participação na Feira de S. Boaventura, em Arraiolos.

Na análise da situação social, a concelhia aponta o agravamento do desemprego, apontando como solução a necessidade de incentivos e simplificação de procedimentos às empresas que pretendam instalar-se no parque industrial do concelho; a definição de uma política de obras públicas, nomeadamente a construção de duas barragens, uma ponte, melhoramentos nas rodovias, um quartel para os bombeiros voluntários e o aumento da capacidade dos lares de Arraiolos e Vimieiro.

A concelhia encara com confiança as próximas eleições autárquicas, salientando o bom trabalho e a honestidade dos eleitos da CDU que, cumprindo o princípio de que, no exercício de cargos públicos, não se deve ser prejudicado nem beneficiado, entregaram ao Partido, em 1996, mais de três mil contos dos excedentes dos seus salários e senhas de presença.

Toxicod dependência DORBA recorda propostas chumbadas pelo PS

A propósito da jornada de reflexão sobre a toxicod dependência, realizada na passada terça-feira, a Direcção Regional de Bragança do PCP recorda em comunicado que o PS, pelo segundo ano consecutivo, chumbou a proposta do PCP no sentido de dotar o distrito de uma comunidade terapêutica.

Entretanto, o Governo avançou recentemente com obras num edifício de Bragança para aí criar um centro de atendimento, já anteriormente proposto pelo PCP e chumbado pelo PS. Contudo, a DORBA lamenta que a construção da comunidade terapêutica, para a qual o PCP propôs uma verba de 30 mil contos, tenha sido inviabilizada sublinhando que para além de um imperativo legislativo, se trata de uma infra-estrutura imprescindível e urgente.

Qualificando de importante a jornada de reflexão, os comunistas de Bragança consideram que as forças políticas que têm contribuído para irradiar o flagelo deviam participar nas iniciativas programadas, sob pena de a jornada se transformar numa «mera campanha mediática e num exercício de hipocrisia por parte das instituições oficiais envolvidas».

Manifestando a sua disponibilidade para participar em qualquer debate ou acção dis-

trital no âmbito da jornada de reflexão, a DORBA refere a destacada actividade do PCP na apresentação de propostas concretas sobre a toxicod dependência.

Minorar prejuízos

A Comissão Concelhia de Bragança do PCP denunciou a impreparação e inoperância dos serviços oficiais para enfrentarem as consequências da intemperie que atingiu recentemente a região.

Destacando o meritório papel desempenhado pela Associação Distrital de Agricultores e pela Associação Comercial e Industrial de Bragança, o PCP regista, em contraste as declarações

«algo patéticas quer do Governador Civil quer do Presidente da Câmara Municipal». O catastrofismo exagerado que levou a mencionar a iminência da intervenção das Forças Armadas, até declarações como «não podemos adivinhar que isto possa ocorrer de 30 em 30 anos», são criticados pelo PCP que refere como exemplo da impreparação a «acção atrapalhada do Serviço de Protecção Civil».

Por seu lado, a Comissão Concelhia está a recolher todos os elementos disponíveis sobre os danos causados para através da Assembleia da República e do Parlamento Europeu promover iniciativas que minorem os prejuízos verificados.

Mafra Quadros comunistas discutem autárquicas

Com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, realizou-se, no passado sábado, em Mafra, um Encontro de Quadros comunistas dos concelhos do Norte e Oeste do distrito de Lisboa abrangendo os municípios do Cadaval, Lourinhã, Torres Vedras, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Alenquer, onde foram discutidas as propostas do PCP para estes concelhos e aspectos relativos à preparação das eleições autárquicas deste ano.

Como grandes problemas daquela área do distrito, foram apontados, entre outros, os de desemprego, trabalho precário, ofensiva aos direitos dos trabalhadores e degradação da agricultura e da produção industrial. Uma reclamação saída deste

encontro foi a da definição de uma visão estratégica de planeamento e desenvolvimento para a região, capaz de assegurar a fixação profissional e impedir o crescimento urbano de dormitórios.

Prometendo uma «intervenção activa para a melhoria das condições de vida de quem trabalha» nestes concelhos, os comunistas e os seus aliados na CDU defendem uma política de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural, designadamente com a instalação de pólos tecnológicos para qualificação de mão-de-obra, a concretização de novas acessibilidades, a electrificação e modernização da linha ferroviária do Oeste, a conclusão da rede de esgotos e estações de tratamento em todos os concelhos.

Ilha Terceira Teatro Alpendre deve manter instalações

O PCP, através de uma proposta enviada à mesa da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, exige que a autarquia tome medidas urgentes no sentido de que o teatro Alpendre possa continuar a usufruir das instalações que actualmente ocupa.

Os comunistas colocam-se deste modo ao lado do Grupo de Teatro rejeitando qualquer devolução do edifício à Direcção da Cozinha Económica Angrense, e lembram que o Alpendre teve acesso às instalações, depois daquele organismo as ter deixado ao abandono.

Ao longo de 20 anos, o Grupo tem desenvolvido um trabalho relevante, que se traduz em 52 peças teatrais, mais de cerca de 400 espectáculos realizados em praticamente todas as ilhas açorianas, no continente, América do Norte, Canadá e Brasil, a que assistiram cerca de 300 mil espectadores.

Lembrando que o Alpendre é, desde 1987, considerado de utilidade pública, o Secretariado do PCP da Terceira não pode aceitar que «interesses mesquinhos venham matar o esforço e o trabalho cultural» privando-o de um espaço próprio ideal para a sua actividade.

CAMARADAS FALECIDOS

Ana do Carmo Coelho

Faleceu recentemente, vítima de brutal acidente, a camarada Ana do Carmo Coelho, que contava 52 anos de idade. Era natural de Castelo, no concelho da Sertã, e residia em Corroios, onde militava na organização local.

António Júlio

Faleceu António Júlio, que contava 80 anos de idade. Membro do Partido desde 1974, fez parte do organismo da Construção Civil, pertencendo actualmente à organização local de Gâmbia, no concelho de Setúbal.

Jorge Francisco Nobre

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 14 de Janeiro, com 63 anos, Jorge Manuel Francisco Nobre. Natural de Alcanena, desde novo que residia em Águeda, onde estava organizado. Militante do Partido antes do 25 de Abril, era reconhecido antifascista e granjeou muito prestígio junto da população.

José Maria da Silva

Faleceu no passado dia 14, José Maria da Silva, que completaria 81 anos em 28 de Janeiro. Militante comunista desde muito novo, foi preso aos 17 anos e entre 1933 e 1950 conheceu as cadeias do Aljube, Angra

do Heroísmo e Peniche. Actualmente, estava organizado na freguesia de Arroios, em Lisboa.

José Guerreiro Júnior

Faleceu com 86 anos, José Diogo Guerreiro Júnior, militante do Partido há mais de 50 anos, organizado no sector bancário. Fez parte dos corpos directivos da Caixa Geral Económica Operária durante vários anos e, depois de reformado, deu apoio na contabilidade central do Partido. Ultimamente estava ligado à organização da freguesia da Parede, onde residia.

Pedro Rebelo

Faleceu, em 23 de Dezembro transacto, Pedro Rebelo, de 86 anos de idade. Era natural da freguesia de Alenquer e residia em Campolide, no Bairro do Tarujo, onde militava activamente.

Rosária de Jesus Madruga

Faleceu no passado dia 1, Rosária de Jesus Madruga, que contava 72 anos de idade e estava organizada na freguesia do Prior Velho, concelho de Loures.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

PLENÁRIO DA CGTP

Foi convocada para ontem, em Lisboa, uma reunião do plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN. Na análise da situação político-sindical iria ser debatida a acção face à forma como está a ser aplicada a lei 21/96, a dinamização da luta reivindicativa em torno dos aumentos salariais e outros aspectos da contratação colectiva, bem como as posições sindicais no que respeita ao acordo de concertação estratégica.

SIEMENS DE ÉVORA
QUER DESPEDIR

Enquanto anuncia novos investimentos que proporcionarão mais postos de trabalho no futuro, a administração da Siemens em Évora «lança o pânico sobre os trabalhadores do sector SRK Hermético, tentando desactivar no dia 22 de Janeiro mais de 130 postos de trabalho», denunciou a União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Em carta-aberta enviada aos ministros do Emprego, da Economia e do Planeamento, a USDE/CGTP afirma que a Inspeção do Trabalho «não intervém na solução dos conflitos» e questiona os governantes sobre os apoios oficiais que continuam a ser dados à multinacional, que registou em 1996 mais de 4,6 milhões de contos de lucro em Portugal.

POLÍMEROS DO AVE

Foi convocada para ontem, quando devia reunir a assembleia de credores da Polímeros do Ave, uma nova greve, em defesa dos postos de trabalho ameaçados. O Sindicato dos Químicos do Norte convocou para o Tribunal de Famalicão uma concentração dos trabalhadores da empresa, esperando uma posição «clara e inequívoca» do gestor judicial e uma intervenção do Governo para repor a legalidade.

COMPANHIA DO COBRE

Em luta pela viabilização da Companhia Portuguesa do Cobre e pelo pagamento de quase quatro meses de salários em atraso, os trabalhadores da CPC têm efectuado vários plenários e concentrações. Na semana passada, cortaram o trânsito na Estrada Interior da Circunvalação.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, ao anunciar novo plenário para anteontem com o objectivo de definir as próximas acções de luta, afirma que «todas as tentativas junto das entidades oficiais resultaram num desinteresse por parte das mesmas» e alerta para o facto de tal atitude poder significar que a viabilização da CPC está em perigo. «Não basta dizer que estão criados os mecanismos para a sua recuperação, nomeadamente o Plano Mateus», sublinha o sindicato, exigindo que tais mecanismos seja urgentemente accionados «de forma que a agonia desta empresa e dos seus trabalhadores não se transforme numa morte súbita». O sindicato aponta a Caixa Geral de Depósitos (principal credor), o Governo Civil e a Câmara Municipal do Porto como entidades que poderiam ter um papel importante na resolução do problema.

MATERIAL ELÉCTRICO

Para exigir que a ANIMEE negocie a revisão salarial com as estruturas que representam a esmagadora maioria dos trabalhadores do sector, os delegados sindicais das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico concentraram-se ontem junto à sede da associação patronal, em Lisboa. A concentração foi precedida de um plenário em que poderia ser decidida a realização de uma greve a 14 de Fevereiro.

José Machado, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, disse à Agência Lusa que a associação patronal do sector se tem recusado a negociar a revisão salarial. De acordo com o sindicalista, a Associação Nacional de Industriais de Material Eléctrico e Electrónico não respondeu à proposta da FSTIEP, limitando-se a enviar o texto do contrato assinado em 1996 com um sindicato da UGT.

José Machado acusou a ANIMEE de «arrogância e ilegalidade» por não respeitar a obrigatoriedade da negociação da contratação colectiva e não reconhecer o contrato colectivo de trabalho assinado em 1975 para o sector. «Para nós este é o único contrato válido», disse.

CRIME NA EMIMOLD

O Governo deve intervir para que na assembleia de credores da Emimold, a 7 de Fevereiro, seja aprovada a continuação da gestão controlada, exigiu segunda-feira o Sindicato dos Metalúrgicos dos Distritos de Coimbra e Leiria.

Esta empresa de moldes da Marinha Grande, com 60 trabalhadores, «é viável, não havendo razões para ter dificuldades», disse à Lusa o coordenador do sindicato, lançando a suspeita de haver património desaparecido da Emimold, numa «encenação do crime mais que perfeito».

EFACEC

Pelas 40 horas semanais, os trabalhadores de um dos turnos da Efacec-Ovar estiveram em greve no passado sábado, dia em que, segundo o calendário da empresa, deveriam trabalhar para perfazer o horário de 42 horas. Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro, a paralisação teve a adesão de 98 por cento dos trabalhadores, seguindo-se a uma greve, no mês passado, de todos os trabalhadores do turno anterior.

Resultado de uma luta persistente
Está finalmente revogado
o decreto dos disponíveis

Os sindicatos da Administração Pública exigem que seja dado cumprimento ao acordo de 1996 e acusam o Governo de não ter relógio nem calendário.

A publicação dos decretos-lei 13 e 14/97 veio finalmente revogar o diploma que permitia a criação de disponíveis e quadros de excedentes na Função Pública. Esta revogação «vem culminar, com êxito, uma prolongada luta dos trabalhadores», regozija-se a federação sindical do sector. A FNSFP/CGTP nota que a publicação daqueles decretos, com data de 17 de Janeiro, é concretizada «com muito atraso em relação ao previsto no acordo subscrito pelos sindicatos em Janeiro de 1996», mas considera-a «uma vitória de anos de luta».

Os diplomas agora publicados, refere um comunicado de anteontem da comissão executiva da federação, apontam uma série de medidas que vão ao encontro das exigências dos trabalhadores e dos sindicatos, nomeadamente:

- a revogação definitiva do DL 247/92, com a extinção do Quadro de Effectivos Interdepartamental e a definição de um prazo de 180 dias para o seu completo esvaziamento;

- a criação de um departamento para colocação em actividade dos trabalhadores que

tenham adquirido o direito de ingresso nos quadros da Função Pública;

- o critério de passagem à actividade, em oposição ao conceito anterior de permanência indeterminada num quadro de excedentes inactivos ou colocados apenas temporariamente.

A luta persistentemente desenvolvida pelos trabalhadores deu força às propostas levadas pelos sindicatos aos órgãos do poder e acabou por tornar possível a publicação destes diplomas - realça a FNSFP.

Reanimar o acordo

Assinalando a passagem do primeiro aniversário do acordo de 1996, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (que integra as organizações mais representativas dos diferentes sectores) deu sexta-feira uma conferência de imprensa na Praça da Figueira, em Lisboa, para protestar contra a falta de concretização, pelo Governo, dos «compromissos de curto e médio prazo» então assumidos.



Activistas sindicais assinalaram sexta-feira o aniversário do acordo que o Governo assinou em Janeiro de 1996 com a Frente Comum da Administração Pública, protestando contra atrasos e recuos por parte do executivo

No local esteve patente uma exposição sobre as principais reclamações dos trabalhadores do Estado e durante todo o dia activistas sindicais distribuíram à população folhetos denunciando a continuação dos problemas.

O balanço feito para a comunicação social começa por apontar «o enorme atraso de que enferma toda a concretização» do acordo subscrito a 24 de Janeiro de 1996. Previstas para o primeiro trimestre de 1996, as medidas «imediatas» demoraram um ano para ser aprovadas (e ainda continua por publicar a regulamentação do regime de instalação, uma das mais impor-

tantes); as medidas «de curto prazo» estão por negociar e aprovar, em 10 das 13 mesas parcelares já foram ultrapassados os prazos acordados e em cinco delas o atraso é superior a seis meses.

A Frente Comum protesta também contra «a difícil, ou inexistente, aplicação de muitos dos conteúdos positivos já traduzidos em medidas aprovadas», citando os casos do combate ao trabalho precário e da redução da semana de trabalho para 38 horas a partir de 1 de Janeiro, bem como a criação de órgãos consultivos com participação sindical.

Os sindicatos apontam ainda «o impasse verificado na negociação e concretização de algumas das mais relevantes matérias de fundo», como negociação colectiva, emprego, carreiras, formação profissional, subsídio de risco, onde se verifica um «pelo menos aparente» recuo do Governo em relação aos conteúdos constantes do acordo.

Nestas condições, a Frente Comum considera «imperioso reanimar o acordo de 96, cumprindo o que foi acordado e concretizando o que já está decidido».

Prosseguir em unidade
nos Bancários do Sul e Ilhas

Os candidatos e os objectivos da lista apoiada pela corrente unitária e pela tendência socialista para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que serão eleitos em Abril, foram ontem apresentados em conferência de imprensa na sede do sindicato.

Uma ala socialista, encabeçada pelo actual presidente do SBSI, Barbosa de Oliveira, firmou recentemente um acordo para a formação de uma lista com a tendência social-democrata. O vice-presidente do sindicato, Sebastião Fagundes, contactado pelo «Avante!», imputou àquela ala a responsabilidade pela rompimento da coligação que derrotou os defensores do cavaquismo no SBSI, lembrando que, «já nas eleições de 1994, Barbosa de Oliveira tentou ressuscitar a aliança com os TSD» e, ao longo do mandato, defendeu posições que nem sequer correspondiam ao programa apresentado pela lista que encabeçou.

Para a corrente unitária, disse Sebastião Fagundes, esta é uma tentativa de «restaurar a tendência social-democrata» na direcção do sindicato, retomando uma aliança que provocou «grandes prejuízos para o SBSI e os SAMS, e para toda a actividade sindical no sector».

Mantendo a fidelidade às ideias que estiveram na base da lista de unidade que afastou os TSD

dos órgãos dirigentes do sindicato, houve eleitos socialistas que recusaram alinhar com as manobras de Barbosa de Oliveira e trabalharam com comunistas e outros eleitos unitários para a constituição de uma lista para as eleições de Abril próximo. A sua composição e objectivos foram ontem divulgados, mas em seu apoio tinha já sido lançado um manifesto subscrito por 100 activistas sindicais unitários e outros 100 socialistas.

Têxteis de Santo Tirso
marcharam pelas 40 horas

Centenas de trabalhadores de várias empresas têxteis do Vale do Ave participaram no passado sábado numa marcha a pé, entre Vila das Aves e Santo Tirso, em defesa da redução do horário de trabalho.

A marcha, promovida pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles, contou com a participação do coordenador da CGTP e terminou frente à Câmara Municipal de Santo Tirso, onde uma comissão de trabalhadores foi recebida pelo presidente da autarquia, Joaquim Couto.

Além de exigirem dos órgãos de poder medidas para a redução efectiva dos horários de trabalho, com o objectivo das 40 horas semanais e o fim do trabalho ao sábado, os promotores da marcha reclamaram o respeito pelos direitos consagrados nos contratos colectivos de trabalho e apelaram para a solidariedade da população e dos autarcas.

A marcha partiu de Vila das Aves cerca das 9 horas e prolongou-se por toda a manhã.

Em plenário geral de sindicatos convocado para terça-feira à tarde, a Fesete/CGTP-IN ia fazer o balanço da luta desenvolvida nos últimos dias e definir iniciativas para esta semana.

Malhas Iver

Os trabalhadores da fábrica de malhas Iver, de Guimarães, desfilarão dia 22 pelas ruas da cidade reclamando o pagamento dos salários em atraso e medidas urgentes para a empresa. A manifestação realizou-se quando os cerca de 150 trabalhadores entraram no quinto dia de greve pelo pagamento dos salários de Dezembro e subsídio de Natal.

«Revoltados com o facto de os administradores não terem encontrado, ao fim de cinco dias de luta, uma solução que ponha fim ao conflito, foi decidido avançar com uma manifestação», disse à Agência Lusa uma fonte sindical.

TRABALHADORES

Professores exigem revalorização dos salários

Caso o Ministério da Educação não concorde em alterar a estrutura da carreira docente e a sua grelha salarial, a Federação Nacional dos Professores convocará uma concentração e uma greve.

A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional da Fenprof, que reuniu nos dias 23 e 24, em Lisboa e cujas conclusões foram divulgadas por Paulo Sucena. O secretário-geral da Fenprof salientou aos jornalistas a aspiração dos professores a que seja encurtado para 20 anos o tempo necessário para chegar ao topo de carreira.

Quanto à grelha salarial, Paulo Sucena - citado pela Lusa - defendeu a necessidade de revalorização dos índices mais baixos, de forma a tornar os

escalões de entrada na carreira mais atractivos. O Conselho Nacional considerou estas duas questões de tal forma importantes que reivindica que elas sejam consagradas num diploma, «porque não faz sentido ter um Estatuto da Carreira Docente sem isto».

A contagem integral do tempo de serviço para a correcta colocação dos professores nos escalões profissionais é outra das reivindicações que a Fenprof põe como condição para assinar a revisão do Esta-

tuto. Paulo Sucena explicou que, quando entrou em vigor a actual estrutura da carreira docente, os professores foram colocados nos escalões sem que lhes fossem contados todos os anos de serviço, o que os tem prejudicado monetariamente ao longo dos anos.

A Fenprof reclama ainda a vinculação dos professores contratados com dois ou mais anos de serviço, defendendo que esta seria uma forma de acabar com a precariedade de emprego no Ensino, que atinge dezenas de milhar de docentes.

Ensino Superior

A Plataforma Reivindicativa Comum, representativa dos docentes do Ensino Superior, tem agendada para segunda-feira mais uma reunião de negociação com o Ministério, sobre a revisão salarial e carreiras docentes.

Na última reunião, a 20 de Janeiro, os representantes do ME propuseram para 1997 uma actualização salarial que ficasse 3,1 por cento acima da que foi aplicada à Função Pública, mas eliminando o adicional de 2 por cento que vem sendo pago há anos. A PRC, segundo um comunicado que divulgou após aquela reunião, reafirmou as suas propostas: 5 por cento de revalorização salarial; integração do adicional de 2 por cento no índice 100, com retroactivos a Janeiro de 1996; aumento dos índices salariais dos assistentes universitários e dos professores auxiliares dos quadros transitórios dos ISEs e ISCAS.

Naquela reunião, o ME abandonou a proposta de alargamento da carga lectiva máxima para 15 horas, aceitando aplicar também no politécnico os actuais limites do ensino universitário (6 a 9 horas).

Enfermeiros decidem lutar pelo direito a emprego estável

As comissões de jovens do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, reunidas dia 22, decidiram levar a cabo um conjunto de acções de luta em Fevereiro e Março caso o Ministério da Saúde não decida abrir concurso de recrutamento até ao final do mês.

Os jovens enfermeiros querem que o Ministério da Saúde cumpra o que foi acordado em 1996 relativamente à regularização da situação de precariedade em que estão cerca de 3500 enfermeiros, contratados a termo ou a recibo verde, com a abertura de concurso nacional para «contrato administrativo de provimento». Depois da reunião, as comissões de jovens deslocaram-se ao Ministério para dar conta da sua decisão de ali levar a cabo uma concentração amanhã à tarde, se não obtiverem uma resposta

às suas reivindicações. Entretanto, foi agendada para anteontem uma reunião com o Ministério, onde estariam em discussão as matérias constantes do caderno reivindicativo «há muito entregue» pelo SEP, nomeadamente as reformas na Saúde e o emprego dos profissionais de enfermagem.

O sindicato exige, além da abertura do concurso, «medidas excepcionais» para evitar mais despedimentos e readmitir os enfermeiros que estão a ficar sem emprego por terminarem os contratos. Recordando a generalizada falta de pessoal de enfermagem nas instituições de Saúde, o SEP reclama ainda o «início imediato de negociações» sobre um plano de emprego para os enfermeiros - refere o SEP numa nota de imprensa divulgada terça-feira.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Contra as violações de normas laborais Mais penalização para as infracções patronais

Elevar os montantes das coimas e multas resultantes de infracções a normas laborais cometidas pelo patronato, tal é, em síntese, o objecto de um projecto de lei subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP. Entregue na semana transacta na Mesa do Parlamento, o diploma visa essencialmente o desincentivo às práticas de continuado desrespeito e incumprimento que se fazem sentir em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho, trabalho de menores, discriminação em função do sexo, duração de trabalho, trabalho suplementar, pausas e intervalos de descanso, bem como pagamento de retribuições e salário mínimo nacional.

Com esta iniciativa legislativa, incidindo numa área onde são constantes os atropelos à Lei, o Grupo comunista procura inverter essa sistemática violação de normas de protecção dos trabalhadores - o elo mais fraco no âmbito da relação laboral -, alterando no caso vertentes para valores que podem atingir os mil e os dois mil contos as coimas aplicadas às pessoas singulares, respectivamente nos casos de negligência e de dolo.

Este agravamento, como é explicado pela formação comunista no preâmbulo do seu projecto, deve-se ao facto de os actuais valores previstos na legislação (Dec.-Lei 491/85) terem em muitos casos um valor meramente simbólico - alguns o valor da coima é inferior ao proveito resultante do incumprimento -, sendo conhecida a postura de administrações de empresas que não escondem o seu propósito de continuar a agir contra a lei, mesmo que isso implique o pagamento da respectiva coima ou multa sempre que atuados.

Lembradas a este propósito pelos deputados comunistas são as situações verificadas na área da segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente às quais, observam, ocorrem constantes violações das normas que visam proteger a integrida-

de física e psíquica dos trabalhadores, violações essas que estão na origem da taxa altíssima de sinistrados do trabalho e de vítimas de doenças profissionais.

O desrespeito pela legislação em domínios como o trabalho de menores, os salários em atraso, as discriminações em função do sexo e, mais recentemente, o regime de duração de trabalho (nomeadamente no que se refere às pausas e intervalos de des-



É uma constante a violação de normas de protecção dos trabalhadores

canso e ao trabalho suplementar), são outros tantos exemplos que testemunham o alcance e importância das medidas agora preconizadas pela Grupo Parlamentar do PCP.

Entre essas medidas, para além do referido agravamento de coimas e multas, destaque para a criação de um sistema que garanta efectivamente aos trabalhadores o pagamento dos seus créditos, bem como para a actualização anual dos valores a aplicar aos infractores, que serão privados em sanção acessória do direito a subsídio ou a benefício outorgado por entidade ou serviço público.

Hoje, em debate, por iniciativa do PCP Lei Quadro de Apoio ao Associativismo

O Parlamento debate hoje a Lei Quadro de Apoio ao Associativismo. Trata-se de uma iniciativa legislativa da autoria do Grupo Parlamentar do PCP que, por esta forma, procura dar resposta ao que considera ser a «gritante falta de apoio do Estado às associações populares». Entendendo que estas associações prestam um «serviço inestimável às populações e ao progresso cultural», constituindo uma «realidade da maior importância na dinamização cultural, artística, recreativa, desportiva e associativa das comunidades locais», para o PCP, trata-se, por conseguinte, de materializar um «quadro geral de apoio à actividade associativa, através de diversas modalidades, utilizáveis por forma cumulativa ou individualizada».

Nesse sentido, de acordo com o articulado do projecto de lei, é proposta a criação ao nível da administração central de um Instituto dotado de autonomia administrativa e financeira, que conte com a participação de representantes das associações ao nível da respecti-

va direcção e que funcione apoiado em delegações regionais.

No âmbito desse quadro geral de apoio, admitida é, inclusivamente, a possibilidade de, através de protocolos gerais ou dirigidos a determinados apoios previstos na lei, o Instituto do Associativismo assegurar às associações apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transporte em grupo, apoio à aquisição, construção, arrendamento, reparação ou manutenção de instalações, bem como apoio financeiro directo a actividades.

Proposta é igualmente a atribuição ao Instituto do Associativismo da incumbência de «apoiar a realização de cursos e outras acções de formação destinadas a dirigentes, colaboradores e técnicos associativos», e, bem assim, noutro domínio, o «reembolso às associações dos montantes dispendidos com o IVA incidente sobre determinadas aquisições» e a atribuição de «um conjunto significativo de isenções fiscais e outros benefícios com incidência financeira»

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em causa despedimentos na EPAC

PCP denuncia gestão ruinosa

O Grupo Parlamentar do PCP acusou a administração da EPAC de ter uma gestão ruinosa pautada exclusivamente pela preocupação de descapitalizar a empresa e de estabelecer planos de despedimento dos trabalhadores. Estendendo as suas críticas ao Governo, a quem acusou de ser co-responsável por esta estratégia, o deputado Lino de Carvalho considerou mesmo estar em causa "uma gestão irregular e danosa" (ver caixa), exigindo explicações do Executivo e medidas que suspendam de imediato o processo em curso de despedimento de 250 trabalhadores.

A questão foi suscitada na sessão plenária de perguntas ao Governo de sexta-feira passada, com o parlamentar comunista a veicular em breves palavras o estado de inquietação dos trabalhadores perante sucessivos ataques a uma empresa considerada estratégica do ponto de vista do apoio à agricultura portuguesa.

Recordada por Lino de Car-

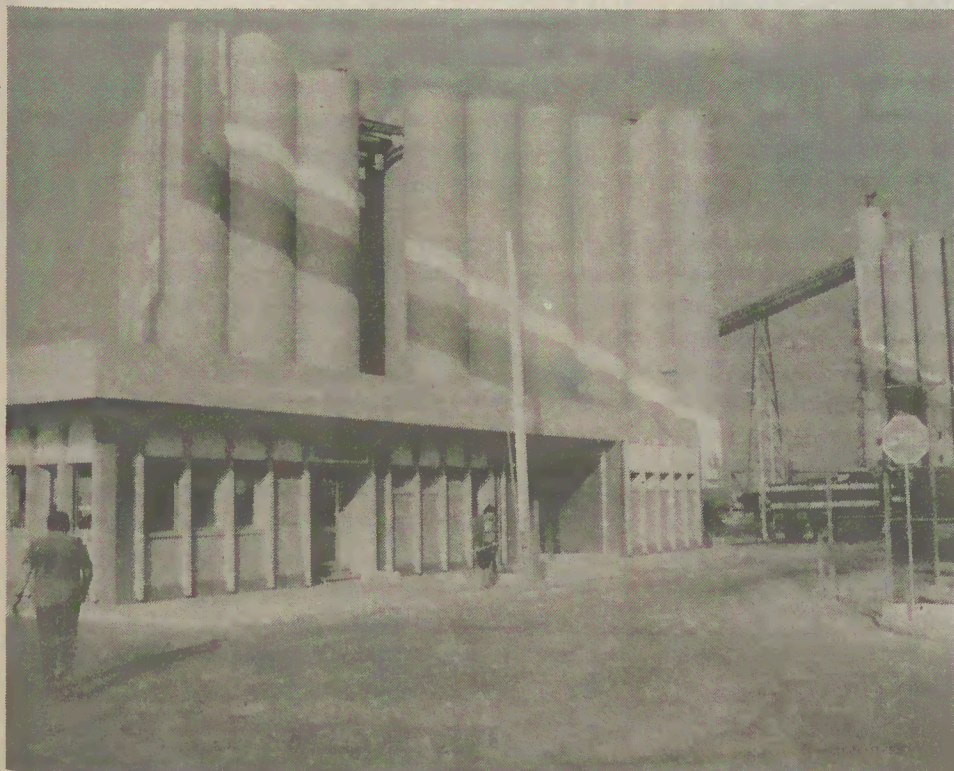
valho foi designadamente a liberalização do mercado dos cereais destinada a facilitar a penetração no nosso mercado das multinacionais do sector, bem como a doação à CAP e à SILOPOR de património e infra-estruturas da empresa no valor de muitos milhões de contos.

Embora manifestando acordo quanto ao diagnóstico do PCP - que não quanto às soluções -, nenhuma destas questões teve resposta satisfatória do secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar, que se limitou a dizer ter conhecimento das acusações de corrupção, mas não foi capaz de ir para além da mera intenção de mandar abrir um inquérito.

Aquele governante revelou ainda a dado momento do debate a sua profunda insensi-

bilidade social ao insistir no propósito de levar por diante o plano de despedimento dos trabalhadores. Só mesmo depois de muito verberado por Lino de Carvalho, que lembrou os 1500 postos de trabalho já desaparecidos na empresa e o anúncio pela administração de levar a cabo mais 250 despedimentos, é que aquele membro do Executivo admitiu ponderar outras alternativas.

Ainda numa referência à importância da EPAC para o sector agrícola, o parlamentar do PCP teceu igualmente duras críticas ao Governo por este nada ter feito no sentido nem de garantir essa importância nem de "redefinir o espaço" que aquela empresa deve "continuar a ocupar nessa relação insubstituível com os agricultores".



A EPAC tem uma importância estratégica no apoio à agricultura

Primeiro-ministro no Parlamento

O regresso da tese do oásis

O primeiro-ministro foi ao Parlamento faz hoje oito dias afirmar que o governo cumpriu em 1996 os objectivos para a moeda única sem pôr em causa o crescimento e o emprego. Socorrendo-se de números, muitos números de alegado sucesso para ilustrar indicadores económicos, em tom quase triunfalista, garantiu que os portugueses podem dormir tranquilos com a evolução da nossa economia, acreditando que esta goza de uma credibilidade tal nos mercados externos que a aproximou de forma sensível da credibilidade da economia alemã, que, disse, é a mais sólida da União Europeia.

Comentando esta visão cor-de-rosa quanto ao estado da economia nacional, Octávio Teixeira não pôde deixar de refrear os ímpetos de auto-satisfação de António Guterres, sublinhando a dado passo que, ao ouvi-lo, parece que "estamos no melhor dos mundos" e, assim sendo, "por este caminho, da próxima vez, já falará do oásis".

Uma afirmação que parece ter incomodado sobremaneira o chefe do Governo, tal a

agressividade que viria a evidenciar no decorrer do debate sempre que interpelado pelo deputados comunistas. Assim sucedeu, por exemplo, na resposta particularmente ríspida que deu a Odete Santos a propósito da chamada lei da flexibilidade e polivalência e da redução do horário de trabalho para as 40 horas. Nesta matéria, em sua opinião, o PCP devia elogiar e não criticar o Governo, porquanto, assinou, "pela primeira vez temos uma Inspeção-Geral do Trabalho dinâmica e activa que não hesita em punir o patronato sempre que este violar a lei".

Ora acontece que um dos aspectos mais contestados é precisamente o de a Inspeção de Trabalho recusar-se a aplicar a lei, tal como a Assembleia da República a aprovou. "E não bastam afirmações vagas e imprecisas, tão ao gosto do Governo, de que a lei será cumprida", como assinou Odete Santos. O que importa saber - e estas foram as questões substantivas por si suscitadas para as quais não foi dada resposta - é se, por um lado, "as pequenas pausas e

intervalos de descanso vão ser contabilizadas no horário de trabalho ou não", e, por outro, se os "trabalhadores terão de permanecer na empresa, à disposição da entidade patronal, 40 horas de trabalho mais o tempo das pausas, ou não".

Lei do Aborto

Debate agendado para 20 de Fevereiro

A conferência de líderes parlamentares agendou para dia 20 de Fevereiro, com debate e votação na generalidade, os projectos de lei sobre o aborto. No centro das atenções vão estar os três projectos de lei (subscritos pelo Grupo Parlamentar do PCP, pelo deputado Strecht Monteiro e por um grupo de deputados da Juventude Socialista) que alteram a actual legislação relativa à interrupção voluntária da gravidez (IVG).

O debate do diploma do PCP sobre a IVG foi agendado ao abrigo do direito potestativo, tendo os comunistas aceite discutir no mesmo dia os outros dois projectos de lei sobre a mesma matéria.

O PSD, recorde-se, tentou ainda fazer um

agendamento potestativo para o mês de Fevereiro, com vista a debater o seu projecto de resolução sobre a realização de um referendo às alterações à lei do aborto, mas o PCP, socorrendo-se do regimento da Assembleia da República, recusou-se a dar o seu consentimento. Os deputados comunistas estavam disponíveis para aceitar o agendamento potestativo do PSD, desde que o mesmo não fosse sobre o projecto de resolução acerca do referendo ao aborto.

Para o PCP não se deve misturar os dois debates. "Pretendemos fazer uma discussão substantiva sobre aquele tema e não misturá-la com questões processuais (referendo)", disse o líder da bancada do PCP, Octávio Teixeira.

Uma vergonha

A importação de cereal sem qualidade, a preços gravosos, apenas a duas multinacionais, o que o leva a ser rejeitado pela indústria moageira, constitui uma das acusações públicas que recai sobre a administração da EPAC reveladora de uma gestão irregular e danosa para o património da empresa. Lino de Carvalho, no decorrer do debate, elencou outros factos, não menos graves, em relação aos quais o Governo tem mantido um estranho e comprometido silêncio (veja-se o caso denunciado na última edição do "Avante!" a propósito do Banco de Portugal).

- Política de transporte de cereal sem qualquer planeamento.

- Retirada do prestigiado laboratório da empresa e risco de perda da riquíssima biblioteca da EPAC.

- Atribuição de viaturas de luxo aos administradores e famílias, para os quais revertem no final do «leasing».

- Promoção de touradas, caçadas e exposições caninas sem nenhuma relação com os interesses da EPAC.

- Cartões de crédito sem limite de despesa, relógios de ouro, etc.



Imprensa regional

A anunciada intenção do Governo de alterar o regime de

porte pago à imprensa regional, obrigando os respectivos órgãos a pagar dez por cento dos custos com os portes de correio, está a motivar uma onda de preocupação face a um acréscimo de custos que pode inviabilizar muitos projectos de âmbito local ou regional. Em requerimento dirigido ao Governo, o deputado Lino de Carvalho expressou também a sua inquietação sobre o assunto e interroga-se quanto ao futuro de muitos órgãos que verão, com esta medida, particularmente agravadas as suas já difíceis condições de existência.

Depois de chamar a atenção para o frequente aumento do custo do papel, a antecipação do pagamento do IVA, os limitados subsídios tecnológicos ou a ausência de apoios na rede de telecomunicações, entre outras dificuldades, Lino de Carvalho pergunta se o Governo fez algum estudo sobre as consequências da sua medida e inquirir sobre as razões pelas quais não opta pela manutenção do esquema actual mas com reforço das acções de fiscalização que evitem o uso indevido e irregular.



Fiscalização do SIS

Realizam-se hoje as eleições dos

representantes do Parlamento no Conselho de Opinião da RTP e na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA). Ainda para hoje, de acordo com a decisão tomada na última conferência de líderes parlamentares, foi igualmente agendada a eleição para o Conselho de Fiscalização do Serviço de Informação de Segurança (SIS).

Durante a conferência de líderes, Octávio Teixeira, presidente da bancada comunista, apesar de reconhecer que PS e PSD reúnem os dois terços de votos exigidos para a eleição dos representantes do Parlamento no Conselho de Fiscalização do SIS, não deixou de criticar as negociações entre socialistas e social-democratas para os nomes dos representantes naquele órgão. "A indicação dos nomes deveria resultar de um debate entre todos os partidos parlamentares", sublinhou.



Transporte de resíduos

A Assembleia da República rejeitou com os votos do

PS e PSD um projecto de lei do Partido "Os Verdes" sobre o transporte de substâncias ou resíduos perigosos em águas da zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa. Com este diploma, que mereceu o apoio da bancada comunista, "Os Verdes" visavam contribuir no sentido de uma melhor aplicação das Convenções e Acordos Internacionais, bem como da própria legislação nacional sobre esta matéria. Recorde-se que ainda muito recentemente o navio "Pacific Teal", carregado com resíduos nucleares com destino ao Japão, atravessou a nossa ZEE, facto que na perspectiva do deputado comunista José Calçado - de quem se ouviram palavras críticas ao silêncio do Governo sobre o assunto - ilustra o "risco potencial de acidentes" face ao "enorme incremento" do transporte destas substâncias por via marítima ocorrido nos últimos anos.

CDU apresenta candidatos

A apresentação das candidaturas da CDU às próximas eleições autárquicas começou um pouco por todo o país, em sessões públicas em que simultaneamente são abordados os problemas mais sentidos em cada concelho e freguesia e avançadas propostas concretas ou orientações mais gerais por parte da CDU.

Matosinhos

O cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Matosinhos é José Cavalheiro, 49 anos, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

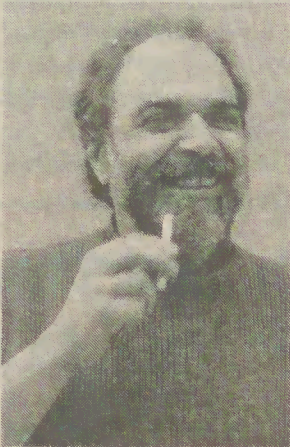
José Cavalheiro participou activamente na luta política desde estudante, nos anos 60. Nas últimas eleições legislativas fez parte, como independente, da lista da CDU para o distrito do Porto.

Participou na fundação de várias empresas ligadas a engenharia de materiais e desenvolvimento do património. No domínio da investigação científica tem-se empenhado no estudo de materiais para aplicação na medicina e de materiais arqueológicos.

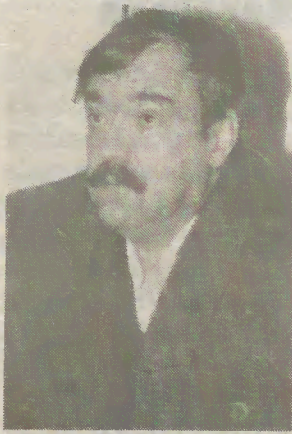
Na sua intervenção, quando da apresentação da candidatura, José Cavalheiro referiu os graves problemas da cidade, em particular ao nível da rede viária, parque industrial, que definiu como "uma espécie de espaço urbano-agrícola-industrial do 3º mun-

do", e porto de mar e centro piscatório, "em regressão acelerada". De par de uma taxa de desemprego que é a mais alta do Distrito do Porto e que, entre Setembro de 95 e Setembro de 96, aumentou de 25,65%.

O candidato da CDU considera essencial definir "dois vectores fundamentais" da cidade - "reasumir a sua personalidade própria ligada ao mar e às pescas" e "criar condições para ordenar a actividade económica, promover a fixação



Arlindo Fagundes



José Cavalheiro

de indústrias e dar prioridade ao desenvolvimento de todos os pólos do concelho" - no quadro de uma estratégia que "dê prioridade às medidas de fundo e não apenas se mantenha uma política autárquica virada mais para as aparências do que para as essências dos problemas do concelho".

Vila Nova de Famalicão

A candidata da CDU à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão é Carla Alexandra, 26 anos, educadora de infância, a terminar licenciatura em Ciências de Educação.

Na sessão pública para a apresentação da candidatura, Carla Alexandra referiu a persistência dos problemas de V.N.Famali-

cão, "que passam pelo saneamento básico (água, esgotos, lixo), transportes colectivos e urbanos, habitação, planeamento e ordenamento do território, cultura, ambiente".

Carla Alexandra criticou a gestão PS, sublinhando que os planos de actividade e promessas eleitorais nunca foram cumpridos, e realçou o trabalho desenvolvido pelos eleitos CDU nos órgãos autárquicos, com destaque para as duas juntas de freguesia de maioria CDU - Riba D'Ave e Armoso Stª Eulália.

Vila Verde

Arlindo Fagundes é o candidato pela CDU à Câmara Municipal de Vila Verde.

Arlindo Fagundes nasceu em Ovar em 1945. Frequentou a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e é licenciado pelo Conservatoire Libre do Cinéma Français.

Os seus bonecos de barro viram a tornar-se uma referência do artesanato do concelho. Para além de pintor, é autor de banda desenhada e *cartoonista*. É particularmente conhecido como ilustrador da colecção "Uma Aventura", colecção de livros juvenis da Editorial Caminho.

JCP denuncia política de educação

"Marçal Grilo e a sua equipa ministerial assumem claramente que não estão interessados em desenvolver o Ensino Superior Público, insistem em esquecer o direito, constitucionalmente garantido, de todos ao acesso a todos os graus de ensino e à sua progressiva gratuidade" - afirma a JCP, em nota da Comissão Política da Direcção Nacional sobre o documento do ME "Autonomia e Qualidade".

A juventude comunista considera ainda que, "ao propor que este Projecto de Lei seja discutido na Assembleia da República em Julho, em plena época de avaliações no Ensino Superior", o governo põe em causa uma política de diálogo.

Também em relação à revisão da Lei da Autonomia Universitária, a JCP sublinha que "não deixa de ser estranho que o anúncio da referida revisão se faça sem a existência de qualquer discussão prévia com estudantes e outros agentes educativos".

Em conclusão, a Juventude Comunista "aproveita para lembrar que, juntamente com o Partido Comunista Português, entregou na Assembleia da República um projecto de lei sobre o financiamento do Ensino Superior que pretende criar o necessário quadro legal para uma boa e efectiva gestão das escolas e que assume o Estado como responsável pelo financiamento das instituições acabando com taxas e propinas e com o crónico subfinanciamento das escolas do Ensino Superior Público".

Aveiro

Tractores na cidade

Agricultores de toda a região de Aveiro, muitos deles conduzindo as suas máquinas agrícolas, concentraram-se em Estarreja, no Largo da Feira, no passado dia 24, para protestar contra a difícil situação que se vive na Lavoura.

A concentração, que juntou principalmente produtores de leite e carne, foi convocada pela Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) e contou com o apoio da CNA.

Intervieram nesta iniciativa vários oradores, nomeadamente Agostinho Lopes, da União dos Agricultores de Ovar, Albino Silva, na qualidade de dirigente da ALDA, e António Casimiro, em representação da CNA.

A importância da produção de leite e carne na região foi particularmente destacada como principal fonte de rendimento das famílias envolvidas na maioria das explorações agrícolas.

Os representantes dos agricultores sublinharam o profundo descontentamento em relação ao escoamento e preços do gado e do leite e evocaram todo um conjunto de factos que contribuem para a

situação que actualmente se vive nos campos. É a União Europeia que cortou parte importante do subsídio à produção de cereais. São os bancos que asfixiam os produtores com juros elevados. É o Estado que não paga as dívidas que tem junto dos agricultores e das suas organizações. São as prestações cada vez mais elevadas para a Segurança Social. Um rol interminável de razões de queixa e de protesto, que, no seu conjunto, tem levado a situações individuais de grande desespero e ao consequente abandono de um número cada vez maior de explorações agrícolas.



Organizou-se depois um desfile de dezenas de tractores e outros veículos, que percorreram os cerca de 20 quilómetros até à capital do Distrito,

para entregar a Carta de Reclamações, aprovada na concentração, ao Governador Civil de Aveiro.

Na sua ausência, o docu-

mento foi entregue ao adjunto do Governo Civil, ficando a promessa dos agricultores de não pararem a luta até que os seus apelos sejam ouvidos.

Carta de Reclamações

A questão da carne e do leite surge à cabeça das reclamações apresentadas pelos agricultores.

Os agricultores exigem: um retirado do gado (em especial de vacas que já estão fora da produção leiteira) a preços compensadores; a criação, com verbas públicas, de um entreposto regional para escoamento, abate e comercialização do gado; o pagamento das dívidas aos Agrupamentos de Defesa Sanitária pelos abates sanitários; a atribuição de verbas, a fundo perdido, para a recolha de leite e criação de um laboratório de análises independente dos compradores.

A ALDA afirma ainda que os agricultores não aceitarão novas baixas do preço do leite à produção pois "os pequenos e médios produtores já só estão a receber entre 40 a 50 escudos por litro, o que é um preço de ruína, considerando, até, que

os preços das rações, dos adubos e dos combustíveis não param de aumentar quando deviam era baixar".

A Carta exige o **desendividamento** da lavoura e sublinha ser urgente "a criação de linhas de crédito para o efectivo desendividamento, com juros a saír do bolso da lavoura a não mais de 3% e por prazos dilatados na ordem dos 20 anos".

Os agricultores protestam ainda contra as elevadas prestações pagas à **Segurança Social** e afirmam que "ou o governo subsidia estas prestações para a Segurança Social ou as reduz bastante", pois, de outra forma, em breve os agricultores "serão excluídos do acesso à Segurança Social e serão atirados para uma situação idêntica aquela que existia aí há 50 anos".

Por último, a Carta refere a necessidade de concretização das **obras de protecção** do Baixo Vouga e da Ria de Aveiro (Ovar).



Concentração e desfile de tractores em Aveiro

UNIÃO EUROPEIA

TELECOM/ITÁLIA

Toma hoje posse a nova direcção da «holding» pública de telecomunicações italiana, Stet, nomeada pelo Governo numa medida considerada como mais uma etapa no processo de privatização da companhia.

A alteração da direcção associa-se à fusão da Stet com a sua filial operacional, Telecom Italia, formando uma nova entidade que deverá ser privatizada no Outono. A Stet, com um valor calculado em 23,4 mil milhões de liras, agrega as principais empresas públicas do sector, entre as quais a Telecom Itália, onde detém uma participação de 64,9 por cento. A sua privatização, considerada a mais importante operação do género realizada em Itália, está a provocar polémica na coligação de centro-esquerda que apoia o governo.

AGENDA

Os ministros da Economia e Finanças dos Quinze, reunidos segunda-feira em Bruxelas, debateram publicamente as suas tarefas para o primeiro semestre de 1997.

De acordo com o calendário previsto, é dada prioridade aos preparativos para a Moeda Única, cuja entrada em vigor continua marcada para 1 de Janeiro de 1999. A ela terão acesso os Estados da União Europeia que durante o presente ano cumprirem critérios de convergência.

O primeiro grupo de países a trocar as respectivas moedas nacionais pelo Euro será seleccionado na Primavera de 1998, em função do comportamento das suas finanças públicas, inflação e taxas de juro de longo prazo.

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, aproveitou o debate para chamar a atenção de certos países para a necessidade de apresentarem quanto antes os «programas de convergência» para a Moeda Única com horizontes temporais mais alargados.

Portugal está entre os seis Estados-membros que ainda não apresentaram programas com metas para as contas públicas, inflação e taxas de juro até ao final de 1999.

CEPTICISMO

O ministro do Tesouro britânico, Kenneth Clarke, em entrevista à BBC, reiterou o cepticismo de Londres em relação ao cumprimento do calendário previsto para o processo de adesão ao euro.

Segundo notícias da Lusa, o ministro afirmou que «embora possível» lhe parece «pouco provável» o arranque da moeda única em 1 de Janeiro de 1999». Kenneth Clarke é considerado o membro do governo com posições mais pró-europeias.

O ministro reafirmou ainda as posições britânicas de «esperar para ver» antes de decidir a sua adesão e defendeu o adiamento de todo o processo, adiantando que, nesse caso, a Grã-Bretanha poderia fazer parte do primeiro grupo de países aderentes, o que iria ao encontro dos interesses britânicos. Os eurocepticos do Partido Conservador exigem a exclusão da Grã-Bretanha do euro até ao final da próxima legislatura (2002).

DEFESA CONCERTADA

A França divulga amanhã o acordo de «defesa concertada» assinado com a Alemanha em 9 de Dezembro em Nuremberga, anunciou o Ministério francês dos Negócios Estrangeiros.

Segundo a Lusa, o documento publicado prevê a promoção conjunta de programas de armamento, orientado para a criação de uma política de defesa comum no seio da Aliança Atlântica e da União Europeia.

Um comunicado do governo francês informou sábado que o documento será divulgado «depois dos parlamentos de ambos os países estarem elucidados».

Vários deputados franceses já criticaram aspectos do acordo de «defesa concertada» alcançado por Alemanha e França, como o abandono da política instaurada pelo antigo presidente francês Charles de Gaulle e a concertação sobre armamento nuclear.

O antigo ministro socialista da Defesa, Paul Quilès, critica o acordo «por não falar da defesa europeia mas sim da NATO».

DOENÇA PROFISSIONAL

Cerca de 600 trabalhadores da Ford Electrónica Portuguesa sofrem de tendinites, uma doença profissional resultante de métodos e ritmos de trabalho existentes naquela empresa da região de Setúbal. Duzentos desses trabalhadores viram já reconhecida a contracção de doença profissional pelos Serviços de Inspeção Médica do Centro Nacional de Protecção Contra Riscos Profissionais. Apesar das diligências efectuadas pelos representantes dos trabalhadores e respectiva organização sindical, nada foi feito ainda para evitar a doença e todos os dias se manifestam novos casos. Acresce que os trabalhadores com doença profissional confirmada, embora sem desvalorização para o trabalho, são impedidos de trabalhar, pelo que os seus rendimentos estão reduzidos à prestação do regime de Segurança Social.

Esta situação, que não é nova, tinha já levado o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro a questionar a Comissão Europeia, em Novembro de 1995, sobre a necessidade de adopção de medidas que protegessem os trabalhadores. Na ocasião, a Comissão remeteu a questão para uma recomendação comunitária, juridicamente não vinculativa, que manifestamente não está a ser seguida.

Face ao agravamento da situação, e tendo em conta que a Ford Electrónica já teve um problema idêntico numa fábrica no Brasil, que «resolvera» despedindo mais de 3.000 trabalhadores afectados por tendinites e transferindo a produção para Portugal, Sérgio Ribeiro voltou a colocar a questão à Comissão Europeia, interrogando «se não se justifica um alerta ao Governo português no sentido da defesa da saúde dos trabalhadores no trabalho e de prevenção de práticas anti-sociais». Aguarda-se a resposta.

Violência contra mulheres
Tolerância zero

A Comissão dos direitos da mulher do Parlamento Europeu organizou a semana passada uma audição pública destinada ao lançamento de uma campanha europeia de sensibilização contra a violência sobre as mulheres.

Trata-se, no essencial, de uma campanha de informação cujo objectivo é a prevenção de toda e qualquer forma de violência, a criação de uma consciência em matéria de crimes contra a mulher, a condenação

deste fenómeno, a prevenção de novos casos e a ajuda às vítimas.

No debate efectuado, para além das experiências em curso em cada país e dos contributos particulares, ressaltou o seguinte:

- A mulher é vítima de diferentes formas de violência (física, psíquica, moral) perpetradas pelos homens no seio da família, bem como na via pública e no local de trabalho; as mulheres são vítimas de violência tanto no Norte como no Sul da Europa, tal como no resto do planeta, e tanto nos meios mais desfavorecidos como nos mais afortunados.

- É necessário que os Parlamentos nacionais sigam mais

de perto o problema da violência contra as mulheres. Devem fazê-lo tanto quanto se trata de legislar sobre o assunto, como quando se trata de vigiar a aplicação da lei.

- Para prevenir a violência é prioritária a educação e sensibilização dos homens. Desta forma, os agentes sociais, os juizes e os polícias de sexo masculino devem receber uma formação profissional adequada.

- Uma campanha eficaz contra a violência passa pela consideração das diferentes sensibilidades que se exprimem face a este problema, quer a nível nacional quer regional.

- Existe uma ligação entre a pornografia e a violência contra as mulheres.

- É necessário desenvolver psicoterapias tanto para as vítimas da violência como para os autores das mesmas.

Em conclusão, é necessária uma campanha europeia de «tolerância zero» face à violência contra as mulheres.



No segredo dos gabinetes

Alterado regulamento dos têxteis

A Comissão Europeia aprovou recentemente um conjunto de alterações ao regulamento relativo aos acordos sobre têxteis, de que resulta uma maior flexibilidade nos dispositivos respeitantes à fixação de quotas de importação pela União Europeia (UE).

A denúncia é feita pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, num comunicado divulgado a semana passada, onde se acusa a Comissão Europeia de pretender «passar a dispor de novos poderes legais» que lhe deixem «as mãos totalmente

livres nas negociações de novos acordos bilaterais com países terceiros, 'oferecendo' de forma eventualmente indiscriminada o sector têxtil como moeda de troca para o estabelecimento de futuros acordos».

Segundo o documento, a Comissão Europeia visará, com as alterações agora aprovadas, «criar os suportes legais necessários e suficientes para impedir a sustentação jurídica de eventuais processos movidos por Estados-membros». Em causa ficarão processos do tipo, por exem-

plo, do que Portugal entregou no Tribunal de Justiça relativamente aos acordos entre a UE e o Paquistão e a Índia.

O comunicado faz ainda notar que a Comissão, para além destas alterações, decidiu ainda não consultar o Parlamento Europeu - em total contravenção daquilo a que está obrigada - sobre a matéria aprovada. Uma tal medida aponta claramente para uma fuga deliberada ao debate com os eurodeputados, deixando a ratificação das alterações ao livre arbítrio do Conselho.

Para os eurodeputados comunistas, a Comissão «pretende, de forma intencional e malévolamente, desvalorizar as alterações aprovadas e fazê-las adoptar no silêncio e segredo dos gabinetes».

Com o objectivo de esclarecer o assunto, os deputados do PCP no PE apresentaram já perguntas escritas à Comissão e ao Conselho, exigindo explicações sobre a metodologia adoptada e reclamando que o novo regulamento não seja adoptado sem prévia consulta ao Parlamento Europeu.

Cooperação

África do Sul/UE

A África do Sul dá primazia ao desenvolvimento da cooperação com a União Europeia (UE), não desejando avançar desde já para a assinatura de um Acordo de Livre Comércio, como pretendia a UE. Um comunicado conjunto divulgado segunda-feira em Pretória anuncia que uma nova ronda de negociações bilaterais está agendada para Fevereiro, em Bruxelas.

Defendendo a necessidade de cimentar as frágeis democracias da África Austral e acautelar os interesses de países como a Suazilândia, Lesoto, Botsuana e Namíbia, cujas economias dependem fortemente da África do Sul, as autoridades de Pretória defendem a plena adesão do país à Convenção de Lomé (vetada pela UE em Março de 1996), e no acesso sem restrições ao pacote de incentivos extensivos aos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

Esta posição é apoiada pela União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), presidida pelo presidente sul-africano Nelson Mandela desde a cimeira de Maseru de Agosto de 1996.

A África do Sul pretende remover os obstáculos colocados às suas exportações para a UE - designadamente a quota de 61 por cento às exportações agrícolas -, e proteger simultaneamente o seu sector industrial na sequência da eliminação das tarifas aduaneiras.

Entretanto, em Bruxelas, a UE faz saber que está disposta a dar à África do Sul mais e maiores contrapartidas comerciais do que as que espera obter de um futuro acordo de liberalização do comércio mútuo.

INTERNACIONAL

Eleições
na Tchetchénia

Com quase 50 por cento de abstenção, realizaram-se na segunda-feira as eleições legislativas e presidenciais na Tchetchénia. Ao fecho da nossa edição, tudo indicava que Aslan Maskhadov seria o novo presidente daquela república, contando com cerca de 60 por cento dos votos. Maskhadov, ex-chefe do estado-maior e ex-primeiro-ministro tchetcheno, assinou os acordos de paz com a Rússia em Agosto de 1996. Depois de 21 meses de guerra, existem na Tchetchénia 30 a 50 mil homens ilegalmente armados, dão-se frequentemente sequestros de civis, enquanto centenas de prisioneiros de guerra russos continuam desaparecidos.

Greve geral
na Grécia

Uma greve geral de protesto contra a política de austeridade económica do Governo socialista paralisou sexta-feira Atenas e as principais cidades gregas. Atenas ficou sem transportes durante várias horas. As ligações ferroviárias foram afectadas e a companhia aérea nacional que assegura as ligações internas parou durante três horas. Os sectores da electricidade, das telecomunicações e dos correios foram igualmente afectados, tendo-se registado também paragens de trabalho nos bancos, na rádio e na televisão. Pela parte dos professores, que cumprem uma greve ilimitada iniciada segunda-feira por aumentos de salários, prosseguem as negociações. Os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por seu turno, iniciaram uma greve de quatro dias.

União da Rússia
e Bielorrússia

De acordo com o ministro russo Aman Tuleev, responsável pelas relações com as repúblicas da Comunidade de Estados Independentes (CEI), a Rússia e a Bielorrússia vão-se unir antes do ano 2000. Isto apesar da pressão dos EUA, que, nas palavras de Tuleev, «faz tudo para que tal não aconteça». A integração arrastará consigo bastantes benefícios económicos para a Rússia, especialmente a redução dos preços do trânsito do gás e petróleo para oeste. Boris Ieltsin já enviou uma mensagem ao presidente bielorrusso para a aceleração do processo, nomeadamente através da realização de um referendo sobre a união. Em Abril do ano passado, os dois países assinaram um acordo que prevê, a médio prazo, o fim das estruturas supranacionais e a adopção de políticas fiscais, orçamentais e financeiras comuns.

Deputados
«anti-Nato»

Um grupo de 120 deputados da Duma, a câmara baixa do

Albânia

A revolta dos espoliados

A tensão continua a crescer na Albânia, apesar de o primeiro-ministro albanês, Alexandre Meksi, ter prometido no sábado que o seu governo vai reembolsar, a partir de 5 de Fevereiro, as milhares de pessoas defraudadas por uma sociedade usurária.

O pânico instalou-se na Albânia na semana passada, quando o governo decidiu intervir e pôr cobro ao negócio de contornos obscuros de uma empresa privada de «poupança» (acusada de usura), cujo proprietário, Rapush Xhaferri - uma espécie de D. Branca albanesa - oferecia juros que chegavam a atingir os 100 por cento pelas poupanças dos seus clientes, na sua maioria pessoas com baixos rendimentos. Um albanês em três tem as suas economias empatadas neste tipo de sociedades.

Segundo a Lusa, pelo menos 118 pessoas foram detidas, os seus bens confiscados e os fundos da organização, no valor de 255 milhões de dólares, congelados, o que levou os pequenos aforradores a perder todas as suas economias.

A população, que quer reaver o seu dinheiro, saiu à rua em violentas manifestações, exigindo a demissão do Presidente, Sali Berisha, e do primeiro-ministro, Aleksander Meksi, e acusando o Partido Democrático, no poder, de lucrar com o negócio.

Meksi garantiu que o governo «está agora empenhado na resolução da crise económica e mantém as suas promessas de reembolsar as pessoas espoliadas».

Mas os ânimos não acalmaram. No sábado, cerca de 20.000 pessoas concentraram-se na praça Skenderbeg, no centro de Tirana, numa acção de protesto contra o presidente Sali Berisha e o governo albanês. A concentração ocorreu pouco depois de um comício organizado pelo Partido Socialista (ex-comunista), que exigiu publicamente a demissão do governo de Alexandre Meksi (formado após um con-

troverso acto eleitoral em Maio de 1996), a formação de um gabinete «técnico» e a realização de eleições gerais antecipadas.

A polícia utilizou canhões de água e disparou para o ar para dispersar manifestantes.

Incidentes ocorreram também em Patos, onde uma bomba de gasolina foi destruída; em Lushja, palco de violentos confrontos na sexta-feira e sábado; em Vloreë, onde sete polícias foram feridos, e ainda em Korçea, onde a câmara municipal e a sede do PD foram parcialmente destruídas.

As manifestações, que tiveram início na localidade de Lushja, parecem estar a estender-se por todo o país.

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros albanês, Tritan Shehu, cancelou a sua visita de trabalho ao Luxemburgo prevista para a passada segunda-feira.

«Em consequência dos acontecimentos na Albânia, esta visita de trabalho foi anulada», informou um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros luxemburguês.

O ministro dos Negócios Estrangeiros albanês, Tritan Shehu, admitiu que a situação que se vive no país é grave, mas previu que em breve acalmará.

Shehu responsabilizou os socialistas (ex-comunistas) pelos incidentes do fim-de-semana, nos quais 84 agentes das forças da ordem ficaram feridos.

Shehu, que é também vice-primeiro-ministro do governo de Aleksander Meksi, congratulou-se com a lei aprovada domingo pelo Parlamento e que confere competências

acrescidas ao presidente albanês, Sali Berisha, nomeadamente a utilização de unidades militares para «impor a ordem» e garantir «a livre circulação» no país.

Uma situação escaldante

A revolta dos albaneses tem raízes fundas numa situação económica e social que as autoridades já não conseguem escamotear. Segundo os dados disponíveis, no final do ano passado, 75 por cento da economia tinha sido privatizada e vendida a interesses estrangeiros: 80 por cento da indústria do cromo, por exemplo, está nas mãos da Alemanha.

A abertura à economia de mercado fez-se acompanhar, com a inflação (15 por cento em 1996) e de novos bens de consumo a preços europeus, de necessidades que o mercado interno de trabalho se manifestou incapaz de satisfazer. O desemprego passou a estar na ordem do dia, sendo comuns as filas de desempregados à porta do consulado grego para tentar obter uma licença de trabalho, mesmo temporário. Estimam-se em mais de 400.000 os que trabalham para a vizinha Grécia, legais ou clandestinos, na agricultura e construção, gerando cerca de 2,5 por cento do Produto Interno Bruto grego.

O Governo justifica a situação dizendo que o país vive «uma fase de transição», e ao invés de políticas de emprego apela à «paciência» dos cerca de 15 por cento de desempregados (num total de 3,3 milhões de habi-

tantes). É esta situação que está na base da crescente emigração clandestina, virada igualmente para a Itália e a Alemanha. O resultado é a constante expulsão de albaneses daqueles países (desde 1992, mais de 4.000 mil foram repatriados de Itália).

Enquanto isso, o desenvolvimento económico interno, aplaudido pelas instâncias internacionais (um crescimento de 13,4 por cento do PIB em 1995 permitiu à Albânia o reescalamento da sua dívida externa, que se eleva a 500 milhões de dólares), continua centrado em três pólos: o turismo de luxo, a agricultura intensiva e agro-alimentar, e as infra-estruturas.

No «País das Águias», as necessidades económicas e a ilusão do lucro fácil juntaram-se no que pode vir a ser um barril de pólvora.

A cólera que ganhou o país após a falência fraudulenta das «fundações» Populli e Xhaferi que se dedicavam à usura, agravada com a decisão governamental de congelar os cerca de 255 milhões de dólares das referidas «fundações», não é mais do que a ponta do iceberg do profundo descontentamento popular. Não será com medidas repressivas, como as recentemente aprovadas pelo Parlamento, que o problema se resolverá.



Milhares de albaneses saem à rua exigindo a demissão do governo

Armamento na ordem do dia

As negociações sobre a revisão do Tratado de redução das forças convencionais na Europa (CFE), a decorrer desde o passado dia 21 em Viena, não conseguiram ainda ultrapassar as divergências entre norte-americanos e europeus.

As negociações, solicitadas pela Rússia, visam adaptar o Tratado, assinado em Novembro de 1990 e envolvendo os 16 países da NATO e os 14 do ex-Pacto de Varsóvia, à nova situação geo-estratégica e à problemática do alargamento da NATO aos países de Leste.

Contrária ao alargamento da NATO até às suas fronteiras, mas aparentemente sem capacidade efectiva de se lhe opor, a Rússia apresentou em Abril do ano passado, em Viena, uma série de

propostas de modernização do CFE, nomeadamente a limitação de armamentos a níveis substancialmente mais baixos do que os actuais para os países integrados numa aliança militar, e a proibição do estacionamento de forças estrangeiras nos Estados onde estas não se encontravam em 16 de Novembro de 1995.

A NATO está a estudar o assunto, estando prevista uma reunião de especialistas para sexta-feira, em Bruxelas.

Segundo fontes veiculadas pela Lusa, os Estados Unidos, empenhados em convencer a Rússia de que o alargamento da NATO ao Leste não constitui qualquer ameaça militar, encaram a possibilidade de propor a Moscovo uma redução considerável dos limites em

armamentos em vigor nos países da zona «central» (Alemanha, Benelux, Polónia, ex-Checoslováquia e Hungria). Por outro lado, os EUA estariam ainda dispostos a concluir, antes da cimeira da Aliança de 8 e 9 de Julho em Madrid (onde serão escolhidos os primeiros «eleitos» entre os 11 países candidatos à adesão), um acordo político através do qual a NATO se comprometeria a não estacionar armas nucleares no território dos novos membros (Polónia, Hungria e República Checa).

Diferente parece ser a posição dos europeus, e em particular dos alemães, para quem as propostas norte-americanas (ainda não oficiais) são inaceitáveis. «Se entrarmos no jogo das concessões sobre os limites (de armamentos), mata-

mos a negociação», disseram as fontes referidas pela Lusa, que preconizam a manutenção dos actuais limites de armamentos nacionais.

As actuais negociações incidem sobre o estabelecimento de limites de armamentos por cada país: um «limite nacional» (armamentos das forças nacionais) e um «limite territorial» (armamentos das forças nacionais mais armamentos das forças estrangeiras estacionadas no seu território ou susceptíveis de o serem).

Terminada a guerra fria, o que cada vez mais está em causa não é de facto o desarmamento, como seria de desejar, mas os jogos de influência e garantia de hegemonias apoiadas, como sempre, pela pressão militar.

INTERNACIONAL

Argélia Ramadão sangrento

A vaga de violência na Argélia, que provocou já mais de duas centenas de mortos nas últimas três semanas, é fruto de uma «conspiração» de «forças estrangeiras» e «personalidades argelinas» apostadas em impedir o processo democrático no país. A afirmação é do Presidente argelino, Liamine Zeroual, que num discurso ao país no final da semana passada disse que os sangrentos acontecimentos fazem parte da «terceira etapa da conspiração que visa humilhar o povo argelino».

Segundo o Presidente Zeroual, que não anunciou medidas concretas para fazer face à onda de violência, a «conspiração», condenada ao fracasso, «é dirigida por forças argelinas e estrangeiras que acreditam ser capazes de impedir a Argélia de concluir o processo democrático e realizar as eleições legislativas», marcadas para o final do primeiro semestre deste ano.

Recorde-se que já por diversas vezes as autoridades de Argel acusaram o Sudão e o Irão como países que apoiam o «terrorismo» na Argélia, onde a violência fez mais de 50.000 mortos desde 1992.

A nível interno, o chefe de Estado argelino responsabiliza directamente pelos massacres os partidos da oposição que assinaram, em Janeiro de 1995, um acordo com a Frente Islâmica de Salvação (FIS), entre os quais se conta a Frente das Forças Socialistas (FFS), de Hocine Ait-Ahmed - que defende uma «solução política» para pôr fim à efusão de sangue.

Reafirmando a determinação do Estado em combater os «bandos de criminosos, de traidores e de mercenários», e prometendo a sua «exterminação», o Presidente garante que «esta tentativa de semear o terror entre a população não poderá abalar a determinação do povo e do seu Estado de liquidar definitivamente o terrorismo».

Comentando a intervenção do Presidente Zeroual, a Frente de Libertação Nacional (FLN) fez notar que «o Estado deve restaurar a segurança das pessoas, dos bens e das empresas no quadro legal».

Também o Partido da Renovação Argelina (PRA), membro da coligação governamental, se pronunciou, afirmando que às palavras se devem seguir «actos concretos para remediar as debilidades do dispositivo de segurança e mobilizar os cidadãos».

O PRA pretende que a Argélia exija da comunidade internacional, nomeadamente do Conselho de Segurança da ONU e das organizações comunitárias, a condenação dos recentes actos terroristas como crimes contra a Humanidade.

O Conselho Nacional de Transição (Assembleia designada) começou entretanto uma sessão extraordinária, convocada pelo Presidente, dedicada à alteração das leis sobre partidos e sistema eleitoral. A oposição rejeitou a proposta do Presidente para participar nesta sessão e criticou os projectos de lei adoptados pelo governo.

A nova lei sobre os partidos proíbe nomeadamente os partidos religiosos e nacionalistas, assim como qualquer referência à língua ou à região.

Barbaridades

O Grupo Islâmico Armado (GIA) prometera uma «intensificação da guerra» durante o mês do Ramadão, e não há dúvida de que está a cumprir a sua ameaça.

Segundo a imprensa, um comando armado assassinou cinco membros da família de um polícia num bairro da capital argelina, na passada quinta-feira. No mesmo dia, o alcaide da localidade de Bacharah, próxima de Argel, foi baleado por desconhecidos.

Outros relatos dão conta de que o comando fundamentalista que matou 15 pessoas na quinta-feira, na região de Argel, tirou o escalpe a dez mulheres antes de degolá-las.

Uma testemunha do massacre, citada pela imprensa, afirma que o comando fundamentalista autor desta barbaridade era composto por cerca de 50 pessoas, armadas com pistolas, espingardas, machados e facas.

Entretanto, vários engenhos explosivos foram desactivados nos últimos dias na região de Argel pelos serviços de segurança argelinos.

Uma bomba foi desactivada em Belcourt, no mesmo local onde recentemente explodiu uma viatura armadilhada provocando 21 mortos e seis dezenas de feridos.

Uma vigília de partidos e associações de mulheres da área democrática em memória das vítimas do atentado, que previa a deposição de uma coroa de flores no local da explosão, foi proibida, tendo as forças de segurança dispersado os manifestantes. A proibição, segundo as autoridades, ficou a dever-se a razões de segurança.

Em Hussein Dey, no Leste de Argel, onde alguns dias antes do Ramadão se registou um atentado num café, foi desactivada mais uma bomba.

Enquanto os populares começaram, um pouco por todo o lado, a montar barricadas procurando impedir o estacionamento de viaturas que possam revelar-se carros armadilhados, o Ministério do Interior argelino lançou um aviso contra certos títulos e tendências da imprensa argelina para «ampliar o número de vítimas e por vezes até inventar actos terroristas que não aconteceram».

A informação sobre questões de segurança está sujeita à legislação especial, que institui um sistema de censura aos artigos que tratam de terrorismo, prevendo mesmo a destruição de exemplares já impressos.

Declaração checo-alemã O branqueamento do nazismo

Diversas organizações da República Checa têm-se vindo a manifestar contra a declaração de reconciliação checo-alemã. «A declaração não salvaguarda os interesses básicos do Estado Checo e dos seus cidadãos e ameaça a sua independência e soberania», lê-se numa petição assinada por milhares de pessoas.

A sociedade checa está contra a declaração checo-alemã, cujo protocolo foi assinado em meados de Dezembro. As manifestações de desagrado multiplicaram-se no último mês, organizadas pelo Partido Comunista da Boémia e Morávia (KSCM), grande parte do Partido Social Democrata, o Partido Republicano, o Partido dos Pensionistas, a Associação dos Checos Fronteirícios, organizações representantes das vítimas do nazismo e um grande número de indivíduos de várias tendências políticas.

A petição contra o documento foi assinada por cinco mil pessoas logo no primeiro dia. Em Praga, na Praça Wenceslas, milhares de pessoas assinaram-na, em menos de duas horas. Muitas pessoas deslocam-se de zonas distantes para demonstrar a sua oposição. O KSCM está a reunir condições para que a petição passe a estar disponível em todas as localidades do país.

Está igualmente programada uma grande manifestação junto ao Parlamento, no dia da discussão do documento.

A declaração tem como objectivo pôr fim ao contencioso entre Praga e Bona sobre a expulsão de três milhões de ale-

mães sudetas da Checoslováquia, em 1945, e a indemnização das vítimas checas do nazismo.

Contudo, os críticos afirmam que o documento «faz concessões ao Governo da Alemanha e às associações dos sudetas alemães» e que vem «modificar os acordos europeus do pós-guerra e as bases legais da Checoslováquia e da República Checa».

Os signatários vão mais longe e defendem que a declaração «compara os crimes fascistas às consequências do pós-guerra» com que a Alemanha teve de lidar.

Além disso, «não assegura compensações apropriadas às vítimas do fascismo e distorce factos históricos. Isto pode ser interpretado como uma abertura a futuras reivindicações dos sudetas alemães e uma ruptura nas relações entre os dois países, com base na igualdade».

As negociações sobre o acordo foram mantidas em segredo durante quase dois anos, não só da opinião pública mas também dos parlamentos dos dois países.

O texto foi publicado primeiro na Alemanha, antes do Natal de 1996, e foi imediatamente divulgado pela comunicação social checa. Segundo o KSCM,

a intenção é clara: «a época e a forma como o documento foi divulgado tinham como fim minimizar a sua discussão e criar a ideia de que o texto estava na sua versão final e que não era possível inserir emendas. Ao mesmo tempo, foi organizada uma campanha que apresentava a declaração como «equilibrada» e «a única possível».

Num comunicado enviado ao *Avante!*, os comunistas checos defendem uma relação de vizinhança estável com a Alemanha. «essa relação deve, claro, basear-se num respeito permanente dos princípios de total igualdade, soberania, integridade territorial, inviolabilidade das fronteiras, entendimento mútuo, estima e tolerância, respeito pelos princípios democráticos e dos direitos humanos e a não-interferência nos assuntos internos de outra nação».

O texto apresentado pelos Governos de ambos os países «reabre questões já estabelecidas e branqueia a política alemã, revendo a história, as características e o resultado do reino de terror nazi, o curso dos resultados da II Guerra Mundial, a política do pós-guerra e o quadro legal internacional na Europa», explica o KSCM.

Entre outras coisas, de acordo com a declaração, a polícia nazi nem sequer foi responsável pelos acontecimentos do pós-guerra; apenas «contribuiu para a criação das condições da expulsão e realojamento forçado» dos sudetas.

parlamento russo, formaram um grupo «anti-Nato», convidando todas as forças políticas do país a criarem uma frente comum. Este grupo, formado por iniciativa dos deputados comunistas (maioritários na Duma), afirma que, depois da dissolução do Pacto de Varsóvia, esperava «no mínimo, uma transformação da Nato numa estrutura paneuropeia de segurança colectiva e com plena participação da Rússia, mas a Aliança Atlântica não mudou a sua natureza e objectivos». Pelo contrário, a Nato «passou a aumentar o seu potencial e a estender a sua zona de acção para as fronteiras russas na Europa de Leste».

Racismo nos EUA

Os cerca de 500 casos de incêndio e atentado à bomba contra igrejas da comunidade negra que se registaram nos últimos dois anos nos EUA foram fruto de racismo e hostilidade religiosa. Segundo um estudo publicado recentemente, em 1995 verificaram-se 328 casos e no ano passado 138. Durante as investigações foram detidas 143 pessoas, das quais 48 foram acusadas e condenadas.

Crise agrava-se na Alemanha

Em 1996, 100 mil trabalhadores da construção civil perderam o seu emprego na Alemanha, de acordo com a Confederação das Empresas da Indústria de Construção Civil. Esta entidade patronal prevê um agravamento da situação para este ano, que, em números, se traduzirá em 60 mil despedimentos. O sindicato do sector já anunciou um aumento de desemprego para 400 mil, exigindo a reintrodução do subsídio de mau tempo.

Transportes franceses em greve

Os trabalhadores dos autocarros e metropolitanos franceses entraram em greve na sexta-feira, reivindicando a redução do horário semanal de 39 para 35 horas e a baixa da idade de reforma para os 55 anos. O governo de Alain Juppé afirmou não aceitar as reivindicações.

Protestos na Turquia

Na semana passada, várias centenas de polícias turcos desmobilizaram uma manifestação de protesto contra a privatização de uma fábrica de pneus, em Kirsehir, levada a cabo por cerca de mil trabalhadores. A privatização da empresa Petlas faz parte do plano de liquidação programado pelo governo conservador islamita. Segundo sindicalistas citados pela Reuter, esta operação salvaguarda só 700 empregos e assegura apenas três anos de funcionamento da empresa.

PCP recebe delegação do PC da China

No dia 27 de Janeiro, na sede central do PCP, realizou-se um encontro de uma delegação do Partido Comunista da China, dirigida pelo camarada Hu Jintao, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PC da China, e uma delegação do PCP dirigida pelo seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas.

A delegação do PC da China, de regresso ao seu país após uma visita à América Latina, incluía ainda os camaradas Xie Shijie, membro do CC e Secretário do Comité Provincial de Sichuan, Li Shuzheng, membro suplente do CC e responsável pelo Departamento de Relações Internacionais do CC, e Hu Guangbao, Subdirector do Gabinete Geral do CC do PC da China.

Da parte do PCP, participaram também no encontro os camaradas Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes, membro do Secretariado do CC e responsável da Secção Internacional, e Carlos Aboim Inglez, membro do CC e da Comissão Central de Controlo.

Num ambiente de cordialidade e franqueza, foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e tarefas actuais dos respectivos Partidos e reafirmado o comum empenho em continuar a desenvolver as relações de intercâmbio e cooperação entre o PC da China e o PCP.



Carlos Carvalhas recebe Hu Jintao, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PC da China

Texto: Margarida Folque
Foto: Jorge Caria

Expo'98

No passado dia 21, Cardoso e Cunha, homem do PSD, ex-responsável pelas secretarias de Estado do Comércio Externo e da Indústria e pelo Ministério da Agricultura e Pescas, respectivamente dos III, IV e VI Governos, demitiu-se do cargo de comissário da Expo'98 para que havia sido nomeado em Setembro de 92 pelo Governo de Cavaco Silva. Falta de condições para «manter a neutralidade política da Expo» é um dos argumentos apresentados; outro é, naturalmente, a notória falta de confiança que em si era depositada pelo Governo PS.

Derrapagem continua

Menos de um ano antes de abrir a Exposição Universal de Sevilha, também o governo de Madrid substituiu o comissário até então por ela responsável. Nove meses depois, Emilio Cassinelo assumiu a paternidade da obra.

Em Portugal, porque tudo se processa a um ritmo diferente, a substituição dá-se 16 meses antes da data prevista para a inauguração da Expo - 22 de Maio de 1998.

O «desconforto» existente nas relações entre Cardoso e Cunha e o Governo PS - que se arrastava praticamente desde a tomada de posse deste último -, tornou-se patente quando em meados de Dezembro passado, as contas do Plano Estratégico Económico-Financeiro entregue ao Governo revelaram, para além da necessidade de um aumento de capital de 6,5 milhões de contos para a Parque Expo, uma derrapagem de cerca de 40 milhões de contos em relação às previsões de custos feitas pelo próprio comissário.

«Apenas de sete por cento», diz Cardoso e Cunha que, compatente com as habituais décalages entre custos orçamentados e custos reais, desdramatiza o facto, exemplificando com o Hospital de Matosinhos cujas obras, atrasadas em dois anos, sofreram já um aumento de 100 por cento. E para refutar qualquer acusação, refere a existência de 11 instâncias de controlo da Exposição, facto inédito no país e que não deixa margem para dúvidas sobre «a transparência do projecto». Onze instâncias que, todavia, parecem não ser suficientes para o Governo, que considera, pela boca do ministro Sousa Franco, que o «pecado original» da Expo'98 reside na «falta de controlo».

Confrontado, pois, com a demissão de Cardoso e Cunha, que cuidadosamente preparou mas cujo ónus não queria lhe caísse em

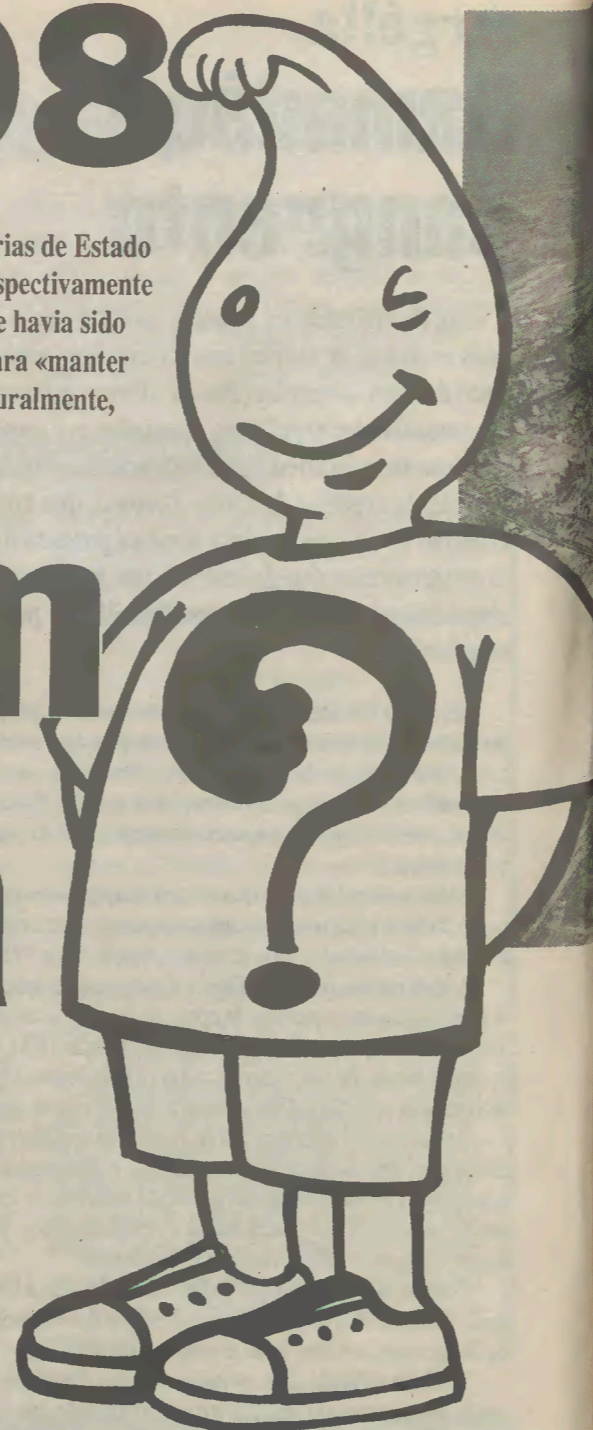
cima, o Governo, na pessoa do primeiro-ministro António Guterres, aceita seraficamente a demissão, lamentando que a mesma tenha ocorrido «num momento em que se estava a fazer a avaliação das contas entre o comissário e o governo». Dois dias depois, o Governo nomeia Torres Campos, ex-secretário de Estado da Indústria e Energia, actualmente na administração do IPE e da Brisa, para onde foi nomeado por António Guterres, de quem é homem de confiança e amigo pessoal.

Em todo este processo o PS perdeu um «bode expiatório» para eventuais desaires mas ganha os louros de uma obra de grande envergadura que «não dará lucro, mas é um investimento estratégico para a imagem de Portugal e para a renovação de Lisboa», segundo palavras do chefe do Governo.

O PSD, por seu lado, perdeu um homem que neste momento já não lhe interessava - e de cujo protagonismo já não beneficiaria - e ganhou ao PS um flanco particularmente exposto, sobre o qual Marcelo Rebelo de Sousa poderá ainda fazer umas flores e dar alguns espectáculos.

Entretanto, abandonado pelo PSD, Cardoso e Cunha aparecerá na história da Expo como o homem da «derrapagem» que entendia merecer uma estátua, não ficando certamente no registo dos acontecimentos as gargalhadas que prometeu dar quando da inauguração do evento.

Mas não termina aqui o episódio da derrapagem. Publicitada inicialmente como de cerca de 40 milhões de contos, ela engrossou, segundo o Diário Económico, de terça-feira passada, referindo fonte governamental, em 25 milhões de contos: 15 milhões de «custos directos imputáveis à sociedade Parque Expo» e entre os oito e os 10 de «gastos de responsabilidade indirecta».



PCP e CDU trabalham

Longe destas guerras estão o PCP, as suas organizações e os seus eleitos nos concelhos onde a Expo está a ser erigida, neste momento mais preocupados em zelar pelos interesses das populações e pelos benefícios que da Expo poderão resultar para elas e para as suas terras.

O PCP, demarcando-se das «atitudes irresponsáveis» que têm enformado o processo em torno da Expo'98, tem adoptado uma posição de defesa do interesse público e da correcção no debate com os responsáveis da Expo, como, aliás, diz o seu Gabinete de Imprensa, «a dimensão e importância deste projecto plenamente impunham».

Assim, face à demissão de Cardoso e Cunha e à nomeação de Torres Campos, o PCP, compreendendo a urgência «em estabelecer a direcção» e evitar «graves perturbações no andamento» do projecto, apenas se manifesta no sentido de esperar que o Gover-

EMOCO



Para a escolha de uma área degradada de Lisboa, para localização da Expo, contou a alteração urbanística que este projecto implicava.

no e o novo comissário entendam que «se mantém intacta a exigência de a direcção da Expo exercer as suas funções com isenção partidária, eficiência, transparência e elevada vinculação ao interesse público».

Antes, porém, logo que começaram a ouvir falar em derrapagens, o PCP e as populações ficaram em «estado de alerta». Chegando inclusive os eleitos comunistas a realizar em Sacavém uma conferência de imprensa onde expressaram as suas preocupações em relação ao perigo de este argumento - derrapagem - poder vir a ser utilizado para inviabilizar obras que haviam estado na base do acordo tácito dado ao local escolhido para a Exposição. Obras que - como foi assumido no âmbito da promoção do seu projecto - iriam «alterar urbanisticamente» a área onde está implantado, ou seja na frente ribeirinha do Tejo nos concelhos de Lisboa e Loures.

Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures, e Rui Godinho, vereador eleito do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, que desde o início acompanham o andamento deste projecto, disponibilizaram-se para falar com o «Avante!» sobre as preocupações que os recentes acontecimentos lhes suscitam.

Entretanto, também Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, município que indirectamente beneficiaria com a realização da Expo no local decidido, considerou, em recente reunião da Assembleia Municipal, que foi desaproveitada uma «oportunidade única» para a valorização do concelho. Na opinião deste autarca comunista, as expectativas criadas pelos vilafraquenses em relação à realização da Exposição Universal têm vindo a ser goradas «por falta de articulação» entre os seus responsáveis.

Demétrio Alves defende

Projectos de interesse para a população são inquestionáveis



Desde a primeira reunião em que participou, em 1990, que o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, se bateu para que a Exposição Universal fosse realizada na zona onde veio de facto a ficar.

Isto porque, para além da realização da Expo propriamente dita, o projecto visava a reabilitação e revitalização da área onde seria implantado, gerando um conjunto de oportunidades e necessidades muito importantes para o município.

Em conversa com o «Avante!», Demétrio Alves lembra que se colocavam então outras alternativas e que a realização da Expo'98 na zona norte/oriental de Lisboa e Loures era uma possibilidade única de propiciar todo o ordenamento urbano.

O que sempre considerou «completamente errado» foi associar a realização da Expo a um mero investimento que geraria lucros para se autofinanciar. É natural, diz, que num empreendimento como este haja despesas com carácter de interesse público, que podem não dar lucros do ponto de vista financeiro mas são inquestionáveis do ponto de vista dos benefícios.

«Sempre entendemos que a realização da Expo implicaria um vasto conjunto de intervenções que de outra forma levariam muitos anos a concretizar, desde as acessibilidades a questões ambientais e urbanísticas.»

Comentando, depois, as suas declarações sobre os recentes acontecimentos relacionados com a Expo, diz que elas não foram expressão de solidariedade para com o comissário demitido, significando sim o receio de que a propalada «derrapagem» servisse para inviabilizar projectos que considera de interesse vital para as populações e o território de Loures. Daí ter deixado uma veemente mensagem no sentido de que tal corte seria «inaceitável».

Aliás - admite o presidente da Câmara de Loures -, o debate e o diálogo com a Parque Expo e em particular com o comissário foi sempre muito vivo, por vezes até duro, no sentido de os levar a respeitar esses interesses, o que nem sempre foi possível a 100 por cento.

Está, porém, convicto que o «empolamento» dado pelo Governo à questão financeira visou fundamentalmente o afastamento de Cardoso e Cunha. E pergunta: «Se é verdade que o Governo está tão preocupado com o resvalamento das despesas então que dizer das despesas extraordinariamente mais elevadas da linha de metropolitano para a Gare do Oriente, da responsabilidade directa do ministro João Cravinho e do secretário de Estado Consiglieri Pedroso?»

Por fim, Demétrio Alves afirma esperar que o Governo cumpra o que directamente lhe transmitiu, através do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, António Costa, de que no concelho de Loures não haveria qualquer corte.

As populações de Moscavide, Sacavém e Prior Velho estão cansadas de sofrer todos os graves inconvenientes das obras que têm estado a ser feitas e isso não pode ser pago só com o facto de terem uma Feira ao pé - diz-nos -, tem que lhe corresponder melhorias substanciais urbanísticas e ambientais.

Rui Godinho ao «Avante!»

Boa gestão permite contracção de custos



O «Avante!» pediu a Rui Godinho, vereador do PCP e presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa, que comentasse as possíveis implicações da demissão de Cardoso e Cunha e recente nomeação de Torres Campos para o cargo de Comissário da Expo'98, e os principais aspectos que, em sua opinião, deverão ser corrigidos ou preservados.

Rui Godinho prestou-nos o depoimento que a seguir transcrevemos.

«Na situação criada com a substituição do Comissário Geral da EXPO'98 há a sublinhar alguns aspectos importantes que interessam ao Município de Lisboa.

De uma forma global, importa manter, e se possível reforçar, os objectivos de requalificação urbanística, ambiental e social da Zona Oriental de Lisboa, no sentido da obtenção de um reequilíbrio da cidade.

«Importa também redefinir alguns aspectos urbanísticos da zona de intervenção, tendo em vista afastar possíveis efeitos especulativos e inadequados impactos na zona envolvente (sublinhe-se que, contrariamente à nossa opinião, o Plano de Urbanização da zona de intervenção da EXPO foi isentado de um estudo de avaliação de impacte ambiental).

«Deve manter-se e, se possível, reforçar a cooperação com a Câmara de Lisboa, tendo em vista a construção de importantes infra-estruturas em curso, que interessam à cidade e à Região muito para além da realização da Exposição. Designadamente as infra-estruturas que virão a passar posteriormente para a gestão municipal (como é, por exemplo, o caso da deposição e recolha de resíduos sólidos urbanos), deverão ser já acompanhadas pela Câmara.

«Do lado da Câmara, é urgente que se ulitem os trabalhos do pelouro de urbanização da zona envolvente da EXPO, tendo em vista a sua aprovação, e dotar o município de um instrumento adequado que estabeleça a relação urbanística entre a zona de intervenção da EXPO e a cidade consolidada.

«Finalmente, deverá haver uma permanente e transparente verificação da situação orçamental e financeira dos grandes projectos, e da EXPO no seu conjunto. Tem-se falado em derrapagem financeira de alguns importantes investimentos; desejo sublinhar que um grande investimento em que a Câmara de Lisboa e a Expo estão envolvidas - a construção e concessão do Sistema Integrado de Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos de Lisboa/Loures/Vila Franca/Amadora - tinha no início uma estimativa de custos de 43 milhões 599.400 contos. Hoje, com as principais adjudicações já concretizadas, a estimativa de custos desceu para 36 milhões 416.900 contos, o que demonstra as virtualidades de um projecto das Câmaras, associadas com outras entidades públicas - entre as quais a EXPO -, e o seu correcto e eficaz dimensionamento técnico e acompanhamento financeiro por parte da VALORSUL (empresa de capitais públicos envolvendo as quatro Câmaras atrás referidas, a Expo, a EGF e a EDP).

«Ao contrário da «derrapagem», uma boa gestão vem permitindo uma contracção de custos.»



Autarquias e utentes continuam sem conhecer os projectos da CP e do Governo para a Gare Ferroviária de Sacavém.



A despoluição do Trancão no fundamental não está a ser feita pela Expo.



Obra do município de Loures.



A construção de importantes infraestruturas interessam a Lisboa e à Região muito para além da realização da Expo'98.

Fatal como o destino

O ESSENCIAL da ideia e da orientação já estavam contidas num artigo que Marcelo Rebelo de Sousa publicara no «Expresso» no início de Janeiro deste ano. Depois disso, outros passos foram dados na mesma direcção através de uma declaração de Teresa Patrício Gouveia, em nome da Comissão Política Nacional do PSD, e do discurso do líder do PSD nas Jornadas Parlamentares em Albufeira.

Mas talvez porque tudo isso tenha ocorrido em dias úteis, a chamada «demarcação» do PSD face ao PS em relação à moeda única só ganharia destaque nos «media» com as declarações feitas no último fim-de-semana, em Viseu e Arcos de Valdevez, por Marcelo Rebelo de Sousa.

Nó essencial, o que o líder do PSD veio agora dizer foi que o seu partido está de acordo com a moeda única mas não com o caminho que o Governo do PS estaria a seguir para lá chegar, que o PSD «não quer a moeda única para construir um país de pobreza», antes a quer «com honra e poder de competição» com os outros países, e que o PSD, diferentemente da intenção que atribui ao PS, considera essencial que o caminho para a moeda única incorpore urgentemente a realização de grandes «reformas» na saúde, no ensino e na segurança social.

A respeito destas «reformas» reclamadas pelo PSD, anotem-se apenas, de passagem, duas observações: a primeira para sublinhar que a sua orientação neoliberal, o seu conteúdo de ainda maior desresponsabilização do Estado e de transferência de maiores encargos para os cidadãos e a previsão da sua imensa impopularidade tem sido transparentemente expostas por muitos dirigentes do PSD, com especial destaque por Pacheco Pereira; a segunda para salientar que o PSD sabe perfeitamente que o PS tem infelizmente planos e projectos de «reformas» nessas áreas precisamente com a orientação geral defendida pelo PSD e que, nesta matéria, a única coisa que verdadeiramente os separa é que o PSD desejará que o PS avançasse rapidamente e em força e o PS, para iludir e desmobilizar a vigilância dos cidadãos e não ajudar a formação de um grande caldeirão de descontentamentos, aposta mais, por ora, na tática dos avanços com «pezinhos de lã».

Regressando ao tema principal, o que estas alegadas «demarcações» do PSD face à moeda única realmente significam é que o PSD quer sol na eira e chuva no nabal, quer a fama e o proveito (para os interesses que serve) da moeda única mas não quer assumir quaisquer responsabilidades pelas gravosas consequências dessa

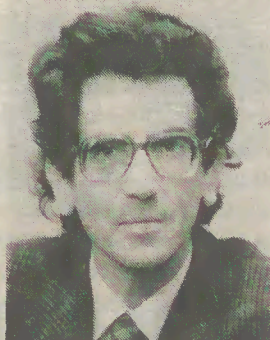
opção em que historicamente é sócio e cúmplice do PS.

Dá vontade de dizer que era fatal como o destino e que só a mania de os responsáveis do PS julgarem que concentram toda a esperteza nacional os podia fazer acreditar que eles, que nunca con-

seguiram dividir com o PSD os custos do «bloco central», iam conseguir dividir com o PSD os custos de uma marcha forçada para a moeda única agora comandada por um governo só do PS.

No fundo, neste como noutros temas, aquilo a que se assiste, desde Outubro de 1995, é a uma troca de papéis e de truques entre o PS e o PSD sem que nenhum deles tenha trocado de política.

De facto, durante os governos do PSD, o PS tornou-se um sofisticado especialista em demarcar-se das consequências e contra elas protestar inflamadamente apesar de ser notório cúmplice das opções essenciais da política de direita que as causavam. E é isso exactamente que PSD, agora na «oposição», já vem fazendo e se propõe intensificar em relação ao caminho para a moeda única e suas consequências sociais e económicas.



VÍTOR DIAS
Membro da Comissão Política

Agora em torno da moeda única, prossegue a troca de papéis e de truques entre PS e PSD. Mas nenhum trocou de política.

Durante os governos do PSD, o PS repetia a toda a hora que os rumos maastrichtianos da actual «construção europeia» não podiam ser responsabilizados pela ampliação do desemprego, pelo agravamento das condições de vida e pela crise e dificuldades do aparelho produtivo nacional, antes se deviam à inépcia e errada política do Governo que conservava margem de manobra mais que suficiente para enfrentar esses graves problemas. E é isso exactamente que o PSD, agora na «oposição», poderá muito bem passar a fazer.

Não será pois necessário acrescentar que esta pretensa e tão badalada «demarcação» do PSD face ao PS é pois apenas mais um episódio de uma longa história de alijamento recíproco de responsabilidades sob o pano de fundo da continuidade e avanço da mesma política.

Assim sendo, não deixa entretanto de ser necessário prestar acrescida atenção ao ainda mais espesso nevoeiro político que esta orientação do PSD pode trazer para o debate em torno da moeda única.

Na verdade, das duas uma:

- ou o PS continua embalado num discurso sobre a moeda única que se ocupa sobretudo a enaltecer as facilidades para os turistas portugueses no estrangeiro, essa nebulosa promessa da baixa das taxas de juro e esse fantasioso objectivo de colocar Portugal no «centro da construção europeia», enquanto o PSD, sem escrúpulos de qualquer espécie, desfiará pungentes palavras de preocupação com o desemprego, a economia real e as concretas condições de vida dos cidadãos;

- ou o PS, receoso de que os descontentamentos com as consequências da marcha para a moeda única lhe caiam exclusivamente em cima, envereda por doses reforçadas de palavreado sobre a sua proclamada sensibilidade e atenção aos problemas sociais e sobre a sua «oposição» (verbal em Portugal) ao neoliberalismo (que apoia, com decisões e votos, na Europa).

O que esta segunda hipótese traz consigo é, nem mais nem menos, que a possibilidade de em Portugal se vir a configurar essa mentira política do tamanho de uma catedral que consistiria em que dois partidos - PS e PSD - continuariam fiéis ao objectivo estratégico da moeda única, mas, em todo o quadro partidário nacional, nenhum partido assumiria em rigor a mais ténue responsabilidade pelas consequências que lhe são obviamente inerentes.

É também à luz destes acrescidos perigos de mistificação e desta procura de imerecidas impunidades, que ganha importância a anunciada campanha do PCP contra a moeda única e pela realização de um referendo sobre esta temática crucial para o futuro do nosso país.

E se escrevemos que era fatal como o destino que, em matéria de integração europeia, o PSD pagasse ao PS na mesma moeda com que o PS lhe pagou no passado recente, a lista das fatalidades iguais ao destino deverá parar por aqui.

Porque, como muitos outros portugueses e europeus de variados quadrantes, não pensamos que seja fatal como o destino que a «santa aliança» do grande capital, dos bancos centrais e dos banqueiros de todo o género, da burocracia comunitária e dos governos nacionais venha a prevalecer eternamente sobre as aspirações e a vontade dos povos.

Porque não pensamos que seja fatal como o destino que a lógica de factos consumados que, pedindo sempre outros e mais graves factos consumados, tem marcado a «construção europeia» não possa ser interrompida a benefício de rectificações e mudanças de rumo cuja urgência é a própria realidade que grita.

Porque não pensamos que seja coisa de somenos que, apesar de na maior parte dos países da União Europeia 80 ou 90% das representações parlamentares e dos «media» ser favorável a Maastricht e à moeda única, ser patente em toda a UE um vasto movimento de opinião popular que expressa reservas, desconfianças e oposição ao caminho (e aos correspondentes golpes e sacrifícios) impostos pelos «vanguardistas» da integração europeia, pelos «círculos dirigentes» a quem, na feliz expressão de um jornalista francês (Dominique Jamet), «nem os fracassos de ontem, nem o desastre em curso, nem as catástrofes que estão para vir lhes dizem nada», de tal forma que «não cessa de se alargar o fosso entre aqueles que sabem (que sabem melhor que nós o que é bom para nós) e aqueles que vivem, entre aqueles que pretendem fazer a nossa felicidade e o que nós pensamos do mundo que eles nos constroem e nos impõem».



A propósito de incompatibilidades

Deputados
acima da lei?

T R I B U N A

Ao deliberar por maioria que Álvaro Barreto e Henrique Neto podem acumular as suas funções empresariais com o mandato de Deputados, a Mesa da Assembleia da República veio demonstrar perante o país que nem todos os cidadãos são iguais perante a lei e que a aplicação das normas do Estatuto dos Deputados que estabelecem incompatibilidades pode ser afastada por maioria quanto estiver em causa o mandato de alguns "notáveis".



■ António Filipe

Esta deliberação, verdadeiramente escandalosa, tem uma história que merece a pena ser contada, para que se veja até onde vai a hipocrisia daqueles que antes das eleições tanto pugnavam pela ética e pela transparência para, no dia seguinte, passarem a chamar de absurda e irracional a lei que eles próprios votaram e cuja aplicação procuram, afinal, impedir.

Alguém que tivesse aterrado em Portugal depois de Outubro de 1995 e fosse confrontado com as críticas, as acusações e os impropérios que muitos Deputados do PS, do PSD e do PP têm, desde então, lançado contra o regime de incompatibilidades e impedimentos vigente, poderia ser levado a pensar que a aprovação de tal acto legislativo se teria devido exclusivamente aos 15 Deputados do PCP.

A verdade é que foi precisamente ao contrário. Os Deputados do PCP foram os únicos a votar contra, na medida em que o regime estabelecido, embora menos permissivo que o anterior, ficou aquém do

assembleia geral, o Governo coloca os seus representantes". Em matéria de incompatibilidades e impedimentos acrescentava Alberto Costa que "o PSD ficou muito longe daquilo que era manifestamente exigível".

Da parte do PSD, defendia-se Silva Marques de eventuais críticas ao regime que veio a ser aprovado afirmando não ser exacto que "os advogados e outras profissões liberais fiquem praticamente impedidos de serem Deputados. É igualmente inexacto que as novas disposições conduzam necessariamente à funcionalização dos Deputados. Do que se trata é que as pessoas são colocadas perante novas opções e obrigações. O que se quis fazer, e será feito, foi pôr termo à situação actual caracterizada por uma permissividade, hoje completamente insustentável". E acrescentava adiante que "sobre este ponto, não houve divergências no PSD".

O coro afinado

Realizaram-se pois as eleições legislativas de Outubro de 1995 num quadro legal de incompatibilidades e impedimentos menos permissivo que o anterior, o que era do conhecimento geral, e por maioria de razão, do conhecimento dos eventuais candidatos. É evidentemente de admitir que vários cidadãos que se poderiam ter candidatado a Deputados o não fizeram por terem consciência de ser abrangidos pelo regime de incompatibilidades em vigor.

Não foi essa porém a postura geral, pelo que, logo no início da presente Legislatura, a comissão especialmente constituída para proceder à verificação da regularidade dos mandatos foi confrontada com diversas situações de compatibilidade duvidosa que estiveram na base da suspensão voluntária de mandatos por parte dos deputados Álvaro Barreto, Henrique Neto e Manuela Moura Guedes.

Iniciada a Legislatura e dissolvida a comissão de verificação de mandatos, a apreciação dessas questões foi remetida para a Comissão Parlamentar de Ética, que havia sido criada por unanimidade, integrando um representante designado por cada um dos quatro maiores grupos parlamentares, cujos membros gozam de independência e em cujas competências foi incluída a verificação de casos de impedimento e, em caso de violação, a instrução dos respectivos processos.

Começou então um afinadíssimo coro de contestação ao regime de incompatibilidades e impedimentos. 25 Deputados do PS impugnaram a sua constitucionalidade. Almeida Santos chamou-lhe disparate, Pacheco Pereira falou em vergonha, Manuel Queiró chamou-lhe uma tristeza. Para Barbosa de Melo a lei devia ser retocada. Henrique Neto zurziu a lei em causa própria. Sílvio Cervan do PP, Pereira Marques do PS, Durão Barroso do PSD, todos estes e muitos mais, vieram a terreiro defender que a lei devia ser alterada por absurda e inaplicável. Mas ninguém até à data assumiu o ónus de propor qualquer alteração, remetendo sempre para futuros e eventuais grupos de trabalho a procura de hipotéticos

"consensos" que conduzissem a soluções que ninguém tem a coragem de assumir publicamente.

Ética a sério

A verdade é que, ao contrário do que alguns esperavam ou pretendiam, a Comissão de Ética levou a sério as suas funções. Se alguém pensou na criação desta Comissão como uma instituição parlamentar de carácter decorativo, destinada porventura a legitimar violações do Estatuto dos Deputados (o que bem poderia acontecer se tivesse prevalecido a proposta do PS de que a eleição do seus membros fosse por maioria de dois terços), cedo terá verificado que se enganou.

Nos meses em que funcionou em pleno, a Comissão de Ética tornou efectivo o Registo de Interesses dos Deputados e dos membros do Governo contrariando interpretações reducionistas do seu conteúdo (vindas designadamente do Presidente da Assembleia da República) e pronunciou-se sobre vinte e cinco questões relativas a incompatibilidades ou impedimentos, envolvendo 84 casos de autarcas, 37 casos de advogados e diversas outras situações envolvendo 34 Deputados.

Ao longo dos seus trabalhos a Comissão de Ética demonstrou que a legislação sobre incompatibilidades e impedimentos dos Deputados pode, em alguns pontos, suscitar problemas e dificuldades de interpretação, mas é aplicável sem conduzir aos resultados absurdos invocados pelos seus detractores. A Comissão pronunciou-se pela existência de situações real ou potencialmente geradoras de impedimentos em 15 casos concretos. De entre estes, 13 Deputados conformaram-se com os pareceres que lhes diziam respeito e, ou eliminaram as situações geradoras de impedimento ou optaram por não as criar. Dois Deputados não se conformaram. Henrique Neto do PS optou por se manter em funções e Álvaro Barreto do PSD retomou-as, contra o parecer da Comissão de Ética e o voto do PCP. Só então a Comissão de Ética, foi desautorizada.

Enviados ao Presidente da Assembleia da República os pareceres da Comissão de Ética sobre ambos os casos, Almeida Santos deu o sinal de partida para a realização de um verdadeiro "eticonegocio" entre o PS e o PSD, visando legitimar a manutenção em funções de ambos os "notáveis".

Numa primeira fase, invocando uma disposição regimental anterior à criação da Comissão de Ética e evidentemente revogada por esta, que atribuía competência em matéria de perda de mandatos à Comissão de Assuntos Constitucionais, o Presidente da Assembleia da República solicitou a esta Comissão que emitisse parecer sobre as questões relativas aos mandatos de Henrique Neto e Álvaro Barreto, que a Comissão de Ética havia já apreciado. Na segunda fase, foi encarregado um Deputado do PSD de emitir parecer sobre o caso de Henrique Neto. Barbosa de Melo desincumbiu-se da tarefa e em parecer aprovado com os votos do PS e do PSD (embora divididos) considerou que a Comissão era competente para emitir parecer e que Henrique Neto não incor-

ria em qualquer incompatibilidade, apesar da opinião unânime da Comissão de Ética em sentido contrário. Na terceira fase, foi encarregado um deputado do PS de emitir parecer sobre o caso de Álvaro Barreto, e Alberto Martins lá se empenhou em demonstrar inevitavelmente que ser Presidente do Conselho de Administração da SOPORCEL é perfeitamente compatível com o mandato de Deputado à Assembleia da República. Na quarta fase, em que a Mesa da Assembleia foi chamada a deliberar, foram compulsados os pareceres contraditórios de ambas as comissões e foi o próprio Presidente - qual "juiz decide" - a propor deliberações que concluem pela irracionalidade da lei e pela mais que previsível compatibilidade em ambos os casos, com os votos contra de João Amaral, Corregedor da Fonseca e a abstenção de Manuel Alegre no caso de Álvaro Barreto.

O escândalo

Após demorada análise de ambos os casos e ouvidas todas as posições em presença, a Comissão Parlamentar de Ética havia considerado:

Por três votos contra um, que Álvaro Barreto, enquanto Presidente do Conselho de Administração da SOPORCEL, sociedade detida maioritariamente pela Caixa Geral de Depósitos, que é por força da lei uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, se encontrava abrangido pela norma legal que considera incompatível com o mandato de Deputado a titularidade de membro de órgão de sociedade de capitais maioritariamente públicos.

Por unanimidade, que Henrique Neto, na qualidade de administrador e detentor de parte significativa do capital social de diversas empresas beneficiárias de apoios do PEDIP, se encontra abrangido pela norma que impede os Deputados de, no exercício de actividades de comércio ou indústria, por si ou por entidades em que detenham participação, celebrar contratos com o Estado e outras pessoas colectivas de direito público.

Não está em causa o direito seja de quem for, de discordar juridicamente destas conclusões; nem está em causa o direito de qualquer dos visados recorrer para plenário de decisões de que discorde. Ao plenário da Assembleia da República competirá sempre a decisão final em matéria de perdas de mandato. O que está em causa e constitui um verdadeiro escândalo é a redução da Comissão Parlamentar de Ética à inutilidade por desautorização, ditada por maioria, a partir do momento em que as suas deliberações, tomadas com independência e ao abrigo de competências nunca antes contestadas, puseram em causa interesses dos chamados "barões" do PS e do PSD.

Resta dizer que, decretada pela Mesa da Assembleia da República a sua "compatibilidade", Álvaro Barreto renunciou ao mandato. É que, apesar de as suas actividades serem compatíveis, não arranjava maneira de as compatibilizar. Fica este facto como epílogo, porque se toda a história tem o seu moral, a imoralidade desta história fica assim bem à vista.



regime de exclusividade que o PCP propôs e defendeu frontalmente.

Mas é bom lembrar que ficou também aquém daquilo que o PS propunha e dizia então defender. Afirmava na altura Alberto Costa em nome do PS que "os Deputados são eleitos para representar os seus eleitores, não são eleitos para representar o Governo ou para serem directa ou indirectamente nomeados para o exercício de cargos, nomeadamente em sociedades de capitais públicos ou de capitais maioritariamente públicos, onde, por interposta

EM FOCO

Trabalho sem inspecção

A IGT está cada vez mais descredibilizada!

— afirma a USL/CGTP

A Inspeção Geral do Trabalho «está a ficar cada vez mais descredibilizada», disse o coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa aos jornalistas, pouco antes de deixar no Ministério do Emprego uma lista de 83 empresas que não estão a aplicar a lei das 40 horas. Destas, 62 já foram denunciadas à IGT, que ainda não interveio nem respondeu aos sindicatos.

Arménio Carlos, acompanhado de diversos dirigentes sindicais do distrito de Lisboa, apresentou aos jornalistas o memorando que uma delegação depois entregou ao cuidado da ministra Maria João Rodrigues. Acusou a IGT de passividade e de ignorar, na generalidade, as denúncias e pedidos de intervenção que lhe têm sido dirigidos.

Ao escolher a porta do Ministério do Emprego para falar com os jornalistas, a USL pretendeu responder às mais recentes declarações oficiais acerca da forma como a Inspeção de Trabalho estaria a zelar pelo cumprimento da lei 21/96, que impõe uma redução dos horários em duas horas semanais, até ao limite das 40 horas, desde 1 de Dezembro passado.

**Reduzir...
ou não reduzir**

«Qualquer redução do horário de trabalho passa obrigatoriamente pela redução do tempo de permanência do trabalhador no local de trabalho, mas não é isto que está a acontecer em muitas empresas», afirmou Arménio Carlos, referindo-se aos casos em que as pequenas pausas laborais deixaram de ser contabilizadas como tempo efectivo de trabalho.

Esta ideia é também afirmada no memorando, que abre com uma citação do parecer emitido pela comissão parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias: «O que a proposta de lei consagra é que os trabalhadores obtenham, para além das interrupções já garantidas por lei ou convenção colectiva, a redução de mais duas horas no seu trabalho efectivo, sem prejuízo das interrupções anteriormente conquistadas.» Esta interpretação, recorde-se, foi dada aos representantes sindicais por todos os grupos parlamentares.

Só que, depois de a lei entrar em vigor, «o patronato mais retrógrado aproveitou para liquidar direitos legais e contratuais dos trabalhadores, designadamente suprimindo as pausas e intervalos até aqui existentes». O memorando refere ainda que «as alterações de horários, que nos termos legais têm que ser antecedidas de consulta aos representantes dos trabalhadores, estão a ser processadas unilateralmente pelas entidades patronais, perante a passividade da IGT».

A USL sublinha que este não é um fenómeno limitado ao Norte ou ao sector têxtil, mas



«ocorre também no distrito de Lisboa e em vários sectores de actividade». Realça ainda que, «em consequência da luta que os trabalhadores vêm travando, existe já um número significativo de

empresas onde os horários foram reduzidos nos termos legais, com observância das pausas», pelo que «a luta vai prosseguir, até que a lei seja cumprida».

Sindicatos de Évora acusam a IGT

Inoperância, falta de rigor e interpretação duvidosa

«Quando a razão está do lado dos trabalhadores, a IGT, com uma actuação duvidosa, procura dificultar a reposição da legalidade, chegando mesmo a fechar os olhos perante ilegalidades reconhecidas», afirmaram cinco sindicatos na semana passada, numa conferência de imprensa conjunta que deram em Évora.

Ao tomarem posição sobre a forma como está a actuar a Inspeção Geral do Trabalho no distrito, os sindicatos das Indústrias Eléctricas, dos Têxteis e Vestuário, da Função Pública, do Comércio, Escritórios e Serviços, e dos Metalúrgicos alertaram para o agravamento da situação social nas empresas; esta tendência, afirmam os cinco sindicatos, «tende a agravar-se face ao incumprimento da legislação laboral por parte do patronato» e, «pese embora as queixas apresentadas à Inspeção do Trabalho, na pessoa do seu delegado, Dr. Carlos Manuel Graça, a inoperância, a ausência de rigor, bem como a interpretação tendenciosa destes serviços começam a ser preocupantes».

De boas declarações...

A actuação da IGT/IDICT no distrito de Évora não condiz com as afirmações mais repetidas do seu director-geral e dos governantes, afirmam os sindicatos. A propósito, apontam três exemplos:

- Em 1996 foi apresentado pela União dos Sindicatos do distrito à IGT/Évora um «plano de intervenção», onde eram citadas 17 empresas; até ao momento a USDE/CGTP ainda não recebeu qualquer resposta escrita e, como é desconhecido qualquer relatório sobre a matéria, ignora-se qual terá sido a reacção da IGT àquela iniciativa sindical.

- «Contrariando as orientações superiores do Director-Geral do IDICT», os serviços eborenses da IGT não informam os sindicatos e os delegados sindicais das suas visitas às empresas, para que estes acompanhem as inspecções.

- A IGT/Évora «fecha os olhos a violações graves dos funda-

mentais direitos dos trabalhadores» e tem uma actuação que os sindicatos consideram «tendenciosa» e «pouco ética».

Esta acusação é fundamentada com alguns casos recentes, nos vários sectores abrangidos pelos cinco sindicatos.

Quando, em Dezembro, a IGT esteve na Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, não viu «arbitrariedades» denunciadas pelos representantes dos trabalhadores, como o desrespeito das leis e da contratação (PRT/96), nomeadamente no que toca a salários e horário (há quem faça 18 horas de trabalho consecutivas e o horário semanal situa-se entre 42 e 45 horas).

Na Lee Confecções de Portugal verifica-se «perseguição a activistas sindicais», houve uma tentativa de impedir a realização de um plenário de trabalhadores e foi desqualificada uma chefe de secção. A intervenção da IGT foi pedida no início de Janeiro.

O maior rol de queixas refere-se à Siemens, onde os sindicatos afirmam haver violação dos horários de trabalho, chegando a atingir-se jornadas de 11 horas, com retirada da pausa de 15 minutos na hora do almoço; há transferência de encomendas e equipamentos para empresas subcontratadas, em simultâneo com a desocupação de trabalhadores da Siemens; verificam-se pressões para que trabalhadores aceitem rescindir os contratos de trabalho; a Siemens tenta ainda violar e retirar direitos sindicais (crédito de horas para reuniões e placard informativo da comissão intersindical), e procura «intervir na actividade sindical, utilizando para tal sindicatos sem representatividade na empresa, mas que assinaram a polivalência e a flexibilidade», permitindo mesmo a entrada na fábrica de «pessoas estranhas, para dividir os trabalhadores e gerar conflitos».

Em «diversas empresas» da metalurgia e do sector automóvel são desrespeitados direitos laborais. Na conferência de imprensa de dia 21 foi denunciada a violação do princípio «a trabalho igual, salário igual» nas empresas Arjal, de Vendas Novas, e na metalúrgica A Barradas e Filho, (verificando-se nesta última «represálias junto dos trabalhadores»). Aqui «a actuação da IGT tem ido no sentido de não resolver estes e outros problemas».

As grandes superfícies comerciais são acusadas de violar o direito ao trabalho e ao salário, de fomentarem a proliferação de recibos verdes, horários parciais e contratos a prazo e de não cumprirem a tabela salarial do contrato colectivo do sector. A actuação da IGT «é nula até ao momento» e o director-geral, numa reunião efectuada dia 17 de Janeiro com a federação sindical do Comércio, Escritórios e Serviços, «veio a confirmar a existência de todas as violações referidas».

Patrão, amigo...

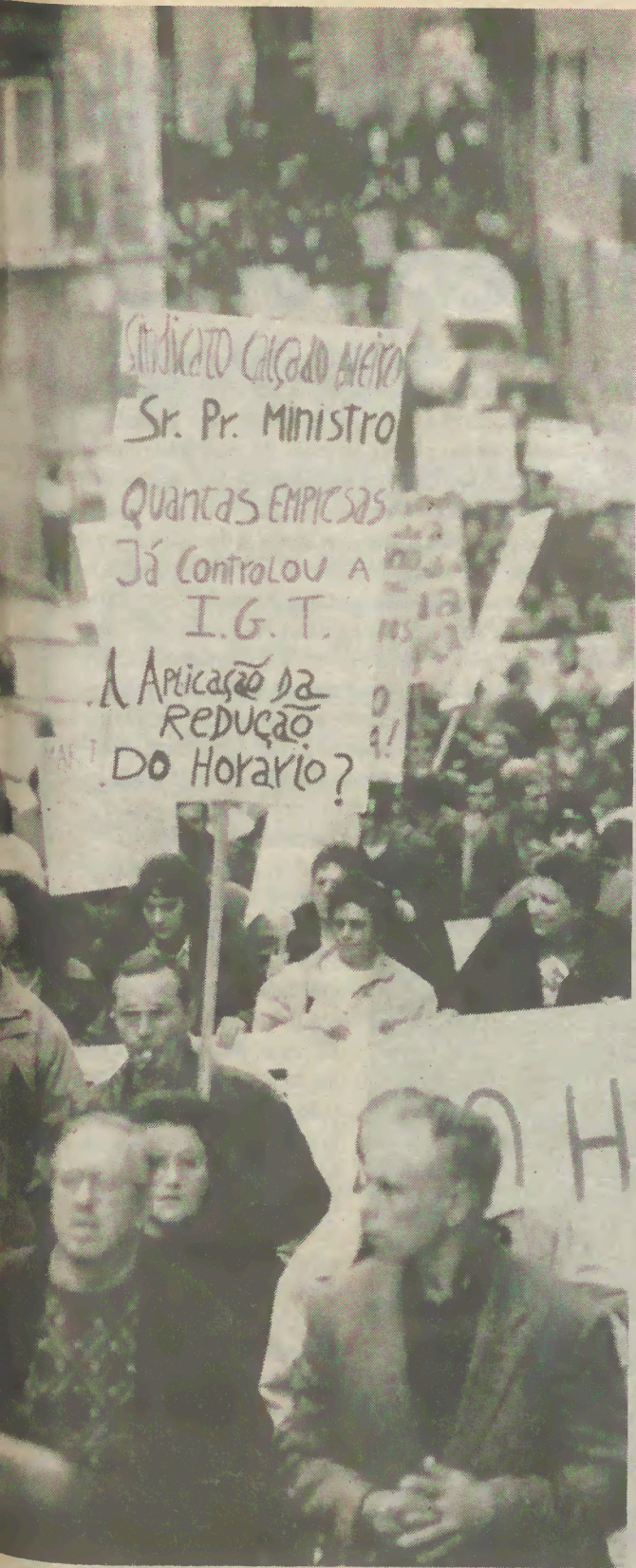
A necessidade de continuar a luta é acentuada pelo posicionamento do Governo, particularmente da ministra Maria João Rodrigues, que a USL responsabiliza pelo facto de a IGT ignorar, na generalidade, os pedidos de intervenção que lhe têm sido endereçados. A estrutura distrital da CGTP acusa a ministra de, publicamente, reconhecer que há patrões que não cumprem a lei e afirmar que «é ilegal» não pagar os tempos de pausa, mas as orientações que dá à Inspeção do Trabalho «vão em sentido contrário».

«Neste como noutros assuntos, o Governo opta por se posicionar ao lado da CIP, contra os interesses e direitos dos trabalhadores», afirma-se no memorando da USL. O documento alargou mesmo o âmbito das críticas à IGT: «A inoperância da IGT é uma constante (a exemplo do que sucedia durante o cavaquismo), não apenas no que respeita à violação da lei 21/96, mas que se manifesta igualmente perante a violação reiterada da restante legislação laboral e das convenções colectivas.»

Registando que a ministra se mostrou disposta a visitar empresas que não cumpram a lei, a USL expressa a sua disponibilidade para acompanhar Maria João Rodrigues «e indicar, *in loco*, as situações de ilegalidade que vimos denunciando».

Realçando que «a democracia não pode ficar à porta das empresas», a União dos Sindicatos de Lisboa exige que o Governo «e em especial o primeiro-ministro» ajam «para que as empresas cumpram a lei» e a IGT actue «no respeito pela interpretação dimanada da Assembleia da República».

EM FOCO



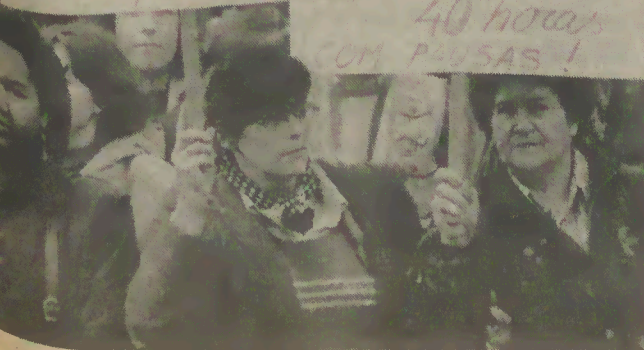
A falta de resposta da Inspeção do Trabalho às queixas dos trabalhadores e dos sindicatos tem sido denunciada em vários distritos e sectores



MELKA

TRABALHADORES DA MELKA EXIBEM ARGUMENTO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES

O Madeira & Melga
Pelos 40 horas na Melga Morgado
com pausas! - horas
40 horas
COM PAUSAS!



Várias empresas de transportes rodoviários procederam a reduções de duas horas, de acordo com a interpretação que a CGTP faz da lei 21/96

Respeitaram as pausas

A União dos Sindicatos de Lisboa, no memorando entregue à ministra, enumera seis dezenas de empresas que procederam à redução do horário de trabalho, respeitando as pausas existentes. Algumas ultrapassaram até o limite mínimo de redução, que a lei 21/96 coloca em duas horas a partir de 1 de Dezembro passado (as 40 horas deverão ser obtidas, no máximo, até 1 de Dezembro de 1997).

Reduziram duas horas as empresas Interdona, SMM Confeccões, Temper, Vida Sã, Rebelo & Filhos, Aníbal Parrochinha, Tadeu & Francesinha, Tavoril, LM Oliveira, Regoto & Velasco, Aissela, Malhas Imperial, Borges Sanches, Dali, Augusto Lauriana, Fernanda Dias (todos do têxtil, vestuário e calçado), as transportadoras Vimeca, Rodoviária de Lisboa e Estremadura, Grupo Barraqueiro, Stagecoach, EIS, Isidoro Duarte e Mafrense, várias

firmas da metalurgia (Santos & Ferreira, JA Mendes, Cetra, Mercauto, Garagem Caravela, C Santos, Auto Monumental do Areeiro), a Colgate, a Previnil, a Cipan, a Pnevita, a Cirer & Silva e a Adreta (todas da química e farmacêutica).

As Malas Rubela diminuíram duas horas e meia.

Passaram de 44 para 40 horas as cervejarias Portugália e Trindade, o Apolo 70, os Pastéis de Belém, o refeitório da TAP, os hotéis Lutécia, Rex, Capitol, Eduardo VII e Executive, a Espequímica e a Alegria (química).

A oposição firme dos sindicatos e dos trabalhadores fez recuar algumas administrações na tentativa de eliminar as pausas. No distrito de Lisboa são registados os casos da Sotanco, da Vimeca e da Dali.



Apesar das promessas eleitorais e das declarações oficiais mais recentes, a actuação do Ministério do Emprego continua a ser definida de acordo com as posições do patronato mais retrógrado

Casos de infracção e impunidade

Crimes sem castigo. Violações sem punições. Injustiças sem reparos. Espertezas com o rabo de fora. Casos em que a lei é infringida mas a Inspeção Geral do Trabalho não actua. Da lista de 83 empresas de 10 sectores de actividade, entregue pela USL no Ministério do Emprego, ficam aqui alguns exemplos.

Reduziram para cima!

Na ELO, empresa de publicidade e artes gráficas, os trabalhadores tinham, em Novembro de 1996, um horário semanal de 41 horas e uma pausa diária de 20 minutos. Com a entrada em vigor da nova lei, foi implantada uma «semana de 40 horas», conseguida à custa da pausa, o que obrigou os trabalhadores a permanecerem semanalmente mais 40 minutos na empresa.

Na ACB, empresa de brindes publicitários, aconteceu o mesmo: a empresa passou de 41 horas para 40, sacrificando as pausas diárias de 30 minutos, o que levou a um acréscimo de trabalho de hora e meia por semana.

A Esquadria (construção, madeiras e mármore) está a exigir mais meia hora de trabalho por semana, para compensar metade das pausas que pretende eliminar.

Reduziram a fazer de conta

Na ES Nogueira de Almeida (têxteis, lanifícios e vestuário) a

redução formal do horário de trabalho foi obtida alargando a hora do almoço, contra a vontade dos trabalhadores, que permanecem na empresa o mesmo número de horas (42,5). Situação semelhante verifica-se em diversas empresas da indústria alimentar, como a Moagem de Vila Franca, a Gonçalves & Fonseca,

Muitas empresas decidiram fazer de conta que reduziam o horário de trabalho e, desde Dezembro, passaram a descontar no tempo de trabalho as pausas. Fica tudo na mesma para os trabalhadores, mas as estatísticas tornam-se mais «europeias». Foi assim na Sprrong, na SIC, na Safal, na Acral, na Têxtil d'Assenta, na Dinis & Cruz, na Melka, na Plúvia, na Triumph, na HF Confeccões, nas Malas Solange, na Doris (calçado), nas Malas Peixota Soares, nos Têxteis Proteu, na Jog Confeccões, na Autosil,

Com estas contas, houve reduções que, anunciadas como de duas horas, se limitam apenas a 20 minutos (como nas confeccões Tebina, com a aprovação da IGT, ou Somates) ou 5 minutos (na Delphi Packard, antiga Cablesa).

Nem se mexeram

Empresas há que, pura e simplesmente, ignoraram a entrada em vigor da lei 21/96, como a Inter-Aves, o Aviário das Cardosas, a Ernesto Ferreira, a Livraria Sá da Costa, os supermercados Pingo D'Ouro, a Francisco dos Santos & Filhos, a sapataria Teresinha Beleza, a Vesticom.

EM FOCO

Laboratórios do Estado

Realidades e expectativas

Nos países que estão na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico mundial e, em geral, nos países desenvolvidos, as instituições públicas de I&DE (a seguir designadas, para simplificar, por «laboratórios do Estado», ainda que a designação «laboratório» nem sempre seja a mais apropriada), constituem uma parte muito importante do conjunto das estruturas, recursos humanos e recursos materiais (equipamentos, instalações técnicas) afectos a actividades de investigação e desenvolvimento.

Os laboratórios do Estado situam-se fora do sistema de ensino superior – não são instituições universitárias, embora, normalmente, colaborem com elas – cabendo-lhes, em primeira linha, realizar trabalho de investigação aplicada, de desenvolvimento experimental e de demonstração de novos produtos e processos; assegurar a prestação, ou o suporte à prestação, de serviços especializados de elevado conteúdo científico-técnico (serviços de saúde; protecção do meio ambiente; previsão do tempo; telecomunicações – para citar alguns exemplos), e, ainda, promover, a *extensão* do conhecimento técnico a utilizadores, individuais e colectivos, a quem esse conhecimento interessa directamente para a execução de tarefas produtivas. Por outro lado, os laboratórios podem e devem ser chamados a desempenhar uma importante função de consultoria, nomeadamente, junto dos órgãos de soberania, Parlamento e Governo, e da Administração Pública em geral. Trata-se de uma função que é indispensável ao estabelecimento e ao acompanhamento da execução de políticas sectoriais; à elaboração ou à transposição para o ordenamento jurídico nacional, de normas e regulamentos; e, no plano internacional, à negociação de tratados e convénios, em variados domínios. Por exemplo, em tudo o que respeita à utilização e à preservação de recursos naturais, seja qual for a sua natureza. Esta função de consultoria, terá, naturalmente, tanto mais importância quanto mais relevante for a componente técnico-científica contida em cada uma daquelas actividades.

Também entre nós foi reconhecida pelo Estado a necessidade de dispor de laboratórios públicos especializados, para a abordagem de problemas com impacto económico e social, entendendo-se, até pelo confronto com o que se passa em outros países, que essa abordagem só poderia ser feita de forma eficaz dispondo-se de corpos profissionalizados de pessoal científico e de pessoal técnico, trabalhando em tempo integral, para os fins próprios dos vários laboratórios. Foram criados, entre outros, a Estação Agronómica Nacional, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os laboratórios da Junta de Energia Nuclear, o Instituto Nacional de Investigação de Pescas (hoje Instituto Português de Investigação Marítima), o Instituto Nacional de Saúde Pública Dr. Ricardo Jorge, o Instituto Hidrográfico, a Junta de Investigações do Ultramar (hoje Instituto de Investigação Científica Tropical).

Ao longo dos anos, a vida dos laboratórios reflectiu, como não podia deixar de ser, as circunstâncias particulares em que o País vivia, nos planos político, económico, social e cultural. Durante a ditadura, as limitações impostas ao debate democrático da situação dos laboratórios, dos objectivos a atingir, da adequação dos meios aos objectivos coarctaram o desenvolvimento das instituições, tornando-as demasiado dependentes das características pessoais e do peso político das pessoas que tinham o encargo de as dirigir. Quando o debate se tornou possível, muitas foram as esperanças surgidas, esperanças que se revelaram, em grande parte, ingénuas, na medida em que o diálogo (ou a ausência dele) com o poder estabelecido se foi mostrando inconsequente.

Entretanto, no decurso dos últimos dez anos, a situação dos laboratórios do Estado, considerada no seu conjunto, agravou-se significativamente. O agravamento decorre essencialmente de três factores: a degradação de meios de trabalho essenciais (equipamentos e instalações); o acentuado envelhecimento do pessoal

investigador e técnico; a progressiva substituição de um financiamento-base, correspondente a dotações inscritas no Orçamento de Estado, pelo financiamento avulso de projectos, mediante concurso, com o consequente aumento do grau de precariedade, das actividades próprias da I&DE. Ao mesmo tempo, mantêm-se vícios velhos, bem conhecidos. Assim, o vício das reestruturações, que, por regra, nada contribuem para minorar as dificuldades com que se debatem as instituições. Assim, também, o vício da nomeação, por razões de confiança política ou de amizade pessoal, de dirigentes sem as necessárias qualidades de gestão, por vezes mais empenhados na defesa de interesses de capela do que na defesa dos interesses da instituição. Diri-



gentes ávidos ao diálogo, incapazes de motivar os trabalhadores (mas também sem a autonomia necessária para pôr em prática medidas dinamizadoras). Assim, o vício da imposição indiscriminada, aos serviços do Estado, de uma camisa de forças burocrática, destinada na aparência a impedir abusos mas incompatível com as necessidades de funcionamento dos serviços. Particularmente grave, neste contexto, é a pouca importância atribuída a uma correcta gestão de pessoal e de carreiras e os atropelos cometidos neste domínio.

O agravamento da situação dos laboratórios de Estado, nas três vertentes referidas – degradação de meios materiais, envelhecimento do pessoal e redução do financiamento-base – não deve ser aceite como fatalidade decorrente da tão propagandeada escassez de recursos financeiros do Estado. É, sobretudo, resultado de incúria e de má gestão, por parte de sucessivos governos, de meios disponíveis ou disponibilizáveis para a salvaguarda de um património público que é um recurso estratégico do País. Este carácter estratégico das infra-estruturas públicas de ciência e tecnologia não é, de facto, reconhecido pelos detentores do poder político que não mostram ter, realmente, consciência da importância das missões que os laboratórios de Estado podem e devem desempenhar. Os sucessivos governos-limitam-se a deixar andar as coisas, preocupando-se exclusivamente com reduzir despesas. Ao mesmo tempo, os políticos que chegam às cadeiras do poder, e os seus próximos, vão dando sinais de pensar, bem lá no fundo, que a responsabilidade pela situação a que chegaram os laboratórios é em grande parte dos seus trabalhadores mais qualificados, em primeiro lugar, dos investigadores.

Com a entrada em funções do novíssimo Ministro da Ciência e da Tecnologia, e admitindo que o Governo a que pertence pudesse ser mais esclarecido do que os seus antecessores, e não tivesse dúvidas sobre a razão de ser dos laboratórios públicos, seria de esperar duas coisas: em primeiro lugar, o lançamento de um pacote de medidas de emergência para sustentar a degrada-

ção dos laboratórios; em segundo lugar, a organização de um amplo debate nacional sobre o papel dos laboratórios na sociedade portuguesa, como um dos pilares em que deve assentar o sistema científico e tecnológico nacional. As medidas de emergência incluiriam o recrutamento imediato de pessoal investigador e técnico para os sectores, grupos e infra-estruturas ameaçados de extinção a curto prazo, por carência de meios humanos; e injeções localizadas de capital destinadas a permitir o desenvolvimento de actividades, vítimas dum subfinanciamento crónico, que se arrastam, ano após ano, em penosa letargia, e também, a renovação de equipamentos e instalações em situação de ruptura. Medidas, naturalmente, a acertar com os laboratórios, passando necessariamente por um verdadeiro diálogo com os que neles trabalham. Quanto ao debate nacional, deveriam ser envolvidos todos os parceiros sociais interessados, designadamente do sector produtivo e dos serviços, e a própria Assembleia da República.

Face a estas expectativas, o que foi feito, um ano depois das eleições de Outubro de 1995? Nada. E, o que é mais grave, não é de esperar que alguma coisa venha a ser feita, que possa levar a uma melhoria significativa da situação do sector da I&DE (nos laboratórios do Estado ou fora deles). Na verdade, quaisquer medidas nesse sentido custam dinheiro. O Orçamento de Estado que se perfila no horizonte vai ser, de novo, um *orçamento de rigor*, e, para o Governo, no seu conjunto, Ciência, Tecnologia, Investigação e Desenvolvimento não são de facto domínios prioritários. Por outro lado, tudo indica que o mesmo Governo e o próprio Ministro da C&T têm fortes dúvidas acerca da capacidade dos laboratórios para desenvolver actividades úteis, e de quais poderão ser essas actividades úteis. Assim se explicará que não só não tenham sido tomadas quaisquer medidas de emergência, como ainda

que o Governo tenha decidido «proceder à reforma inadiável do sector público de investigação» (leia-se, *reestruturar*, uma vez mais), recorrendo aos serviços de alegados especialistas estrangeiros, para suprir (mal) a sua própria incapacidade. Aguarda-se então que estes digam o que haverá de bom por esses laboratórios fora e o que haverá de menos bom e ainda o que haverá de realmente mau, sem esperança de salvação. Assim se passa alegremente um atestado de menoridade a investigadores, técnicos e dirigentes dos laboratórios, e, em última análise, ao Ministro, ao Governo e ao País. O recurso a avaliadores estrangeiros só faria sentido, e mesmo assim não seria indispensável, se os laboratórios do Estado devessem ser avaliados como fonte de conhecimento fundamental de tipo universitário, e não como instrumentos de intervenção na realidade económica e social. Assim, parece forçoso reconhecer que o Ministério Gago não só não dispõe dos meios necessários para levar por diante uma política que marque a diferença (desde logo para promover o recrutamento acelerado de jovens investigadores e técnicos e acabar com bolseiros e equiparados) como se mostra incapaz de uma abordagem correcta dos problemas que importa resolver.

Sem a participação dos investigadores e técnicos, sem transparência e sem diálogo, não é possível revitalizar o sector público da investigação. Hoje e no futuro o desenvolvimento do País, a construção de uma vida melhor para os portugueses, depende da capacidade que tivermos de dominar e aplicar novos conhecimentos científicos e técnicos, e de os pôr ao serviço da comunidade. Para estimular essa capacidade, há que investir em primeiro lugar na educação e na formação profissional, mas há que investir também na consolidação e no desenvolvimento das infra-estruturas nacionais da I&DE vocacionadas para uma intervenção económica e social que são os laboratórios do Estado.

Cinquentenário do MUD Juvenil

- Comemoração no Porto

A iniciativa nasceu de outras já realizadas, em Lisboa, designadamente, para assinalar os 50 anos da fundação do MUD Juvenil e teve o objectivo de fazer incidir maior atenção no Julgamento dos 52, ocorrido precisamente no Porto, de 10 de Dezembro de 56 a 12 de Junho de 57, na sequência do qual o MUD Juvenil seria ilegalizado.

Uma Comissão constituída por antigos aderentes, incluindo alguns réus nesse julgamento, empenhou-se no contacto com esses companheiros, os advogados e os activistas que no Porto ergueram bem alto o espírito e a luta do MUD Juvenil.

No passado sábado, foi o almoço que reuniu duas centenas de pessoas num saudoso mas alegre convívio, animado pelo Coro Popular de Espinho que trouxe à memória de todos as «canções heróicas».

Uma bela serigrafia de José Rodrigues «Tarrfal» que pode ser adquirida, uma pequena mostra documental e fotográfica dos 10 anos do MUD Juvenil, patente até ao dia 14 de Fevereiro no Ateneu Comercial do Porto e a



colocação de uma lápide artística no edifício onde funcionou o Tribunal Plenário do Porto, são as outras iniciativas que o Porto tem para assinalar o cinquentenário.

No tempo das intervenções, no almoço, Pedro Ramos de Almeida que encabeçou a lista dos julgados, na qualidade de um dos membros da Comissão Central do MUD Juvenil (juntamente com Ângelo Veloso, Maria Cecília R. Almeida, Hermínio Marvão, Hernâni Silva, António Borges Coelho e Agostinho Neto) reconstituiu um pouco da história do julgamento, desde a prisão de Artur Almeida, de Coimbrões, Gaia, ajudante de motorista quando fazia inscrições «Paz em Goa».

Pedro Ramos de Almeida lembrou que a vaga repressiva fora desencadeada ainda em 1954 contra o Movimento Nacional Democrático, com a prisão dos seus mais destacados dirigentes como Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, Lobão Vital, José Morgado e Albertino Macedo, sob a acusação de «Traição à Pátria», por terem defendido, em documento largamente distribuído, negociações com a União Indiana, sobre a situação de Goa, Damão e Diu.

Evocou os partidários da Paz, a solidariedade nacional e internacional, os protestos contra o regime fascista, os telegramas de conhecidos intelectuais franceses a Craveiro Lopes, as milhares de assinaturas de juventude francesa,

reclamando a libertação dos presos, as personalidades políticas, os escritores, artistas, músicos, os lutadores anti-colonialistas envolvidos no julgamento como advogados e testemunhas.

Sublinharia ainda que «será como resistentes antifascistas, como democratas formados longe do poder e sobretudo contra ele, na luta pela liberdade e por melhores condições de produção e distribuição de riqueza, que os jovens portugueses se irão descobrindo e confirmando no combate ao colonialismo, ao imperialismo e pela paz».

«O julgamento do plenário fascista condenou o MUD Juvenil por que o MUDJ também no seu tempo ajudou a fazer avançar a revolução democrática portuguesa do 25 de Abril (...). Porque fomos a expressão viva do convívio, da cooperação e da convergência de todos os que têm a ganhar com o fim da exploração e da opressão! Porque erguemos a bandeira da Independência Nacional em todas as nossas lutas e, infelizmente, é o triunfo dessa bandeira que ainda está mais atrasado e que ameaça o nosso povo (...).»

Intervieram ainda Humberto Lima que acentuou a importância da experiência partilhada na luta do Juvenil, Alcino Soutinho que referiu a sua passagem pela prisão como uma lição e aprendizagem de solidariedade. Finalmente, Silas Cerqueira que, tendo sido um dos seis réus do movimento da Paz no julgamento dos 52 no Porto, evocou a justeza dos princípios e objectivos da luta pela Paz, e das próprias formulações então empregues para os defender – a tal ponto que na altura impediram o Tribunal plenário fascista de condenar o movimento. Sublinhou a actualidade hoje, quarenta anos depois, dos princípios da luta pela Paz «comprovada pela experiência histórica que estamos a viver», disse. «Na nova intervenção internacional, dado o fim do relativo equilíbrio mundial com o colapso da URSS e outros Estados socialistas europeus», continuou, «assistimos ao agravar das guerras e perigos de guerra, e até – a prazo – do perigo da guerra nuclear.»

“Autoridade Nacional de Segurança”

O Ministro Vitorino assume o ónus da responsabilidade

■ Carlos Gonçalves

O Ministro António Vitorino tem-se feito notar por assumir o carrego de estupores diversos, coisa que conviria ao menos fazer com um sentido de Estado bem diferente do que aconteceu com esta «prestimosa» instituição de espionagem ilegal que dá pelo nome de «Autoridade Nacional de Segurança» (ANS).



Foi em Novembro que, em nome do PCP, o deputado João Amaral confrontou o Governo PS e particularmente o Ministro da Defesa, com graves acusações relativas à ANS e formulou um conjunto de propostas para que, no âmbito da Comissão Parlamentar respectiva, se proceda ao seu cabal esclarecimento.

Mas, até agora, mau grado os elementos entretanto vindos a público confirmarem as mais graves presunções do PCP, o Ministro Vitorino limitou-se a um desmentido e umas poucas manobras de diversão e chicana política, procurando desvalorizar e fazer esquecer o assunto.

A ANS, essencialmente, devia tratar da segurança das matérias classificadas nacionais e das alianças internacionais que obri-gam o nosso país e da credenciação de quem lhes tem acesso.

Mas é hoje possível deduzir sustentadamente que a ANS se dedica também a organizar *bases de dados de muitos milhares de cidadãos*, em que se cruzam registos com as autoridades policiais e os serviços de informações.

Está empenhada em construir e administrar uma *rede de antenas de espionagem por todo o País*, em empresas e serviços do Estado, públicos e privados.

Está envolvida em actividades de formação e operativas de *natureza repressiva e mesmo provocatória*, relativamente às lutas dos trabalhadores em empresas e serviços, que vão muito para além das competências normais das autoridades de polícia e prefiguram práticas de polícia política.

Contribui para constituir nas mãos de uns quantos “especialistas”, em que pontifica o General Pedro Cardoso, mas não só, uma autêntica *“comunidade de informações”*, que excede claramente, quanto ao âmbito, natureza e objecto de actividade, o previsto por lei, e em que se articula ilegalmente a ANS, a Comissão Técnica do Conselho Superior de informações, o SIS, o embrionário SIEDN as estruturas de tratamento de Informação nas Forças de Segurança e Forças Armadas e outras instâncias do Estado, empresas privadas de segurança e sabe-se lá quem mais.

Enquanto a Comissão Parlamentar de Defesa decidiu apurar a verdade sobre a ANS, o Ministro optou por *negar tudo*, nomeadamente “qualquer tipo de competência que seja, directa ou indirectamente, confundível com as funções dos serviços de informações”, a entrega ao Governo de “qualquer tipo de informação que não resultasse exclusivamente da prossecução dos seus fins”, a “recolha de informação ... e qualquer tipo de actividade investigatória” e assumiu tratar-se dum “serviço meramente burocrático”.

É evidente a esperteza de, em certos passos deste discurso, o Ministro Vitorino se procurar distanciar e ao Governo de qualquer eventual e *obviamente* desconhecida ilegalidade.

É sintomática uma certa desorientação para, a despropósito, fazer passar a ideia que o seu Ministério nada tem a ver com aquele serviço, que até irá mudar para a tutela da Presidência do Conselho de Ministros - como se o próprio Vitorino não acumulasse responsabilidades nessa área.

É curioso que, em confronto com o costume da casa, de repente, o Ministério tenha dado notícia de desenvolvimentos tecnológicos na área da segurança informática, patrocinados pela ANS.

Mas é sobretudo inequívoco que o Ministro Vitorino, sem o sentido de Estado que o respeito institucional pela Assembleia da República e a prudência política aconselhariam, pôs-se totalmente do lado da ANS, assumiu toda a responsabilidade pelo seu passado recente, presente e futuro próximo.

É evidente o esforço para *silenciar o assunto*, para procurar impedir que surja como *um novo escândalo envolvendo o aparelho de informações* que o governo PS herdou do “cavaquismo” e onde, como em tantas outras questões essenciais, se limitou a continuar as mesmas políticas e, neste caso, com os mesmos “especialistas”.

O que o Ministro Vitorino precisa de entender é que as provas de que a ANS tem funcionado como mais um serviço de informações, ilegal e sem qualquer controlo, serão cada vez mais irrefutáveis e que, quando assumiu o carrego desta excrescência do regime democrático, assumiu também o risco de não lhe poder com o peso.

EM FOCO

De Teotihuacan

Teotihuacan! Os visitantes estrangeiros mal conseguem pronunciar a palavra. As ruínas surgem de repente como aparição fantástica, irreal. Cobrem uma área enorme, mas, no primeiro contacto, o forasteiro somente enxerga as pirâmides do Sol e da Lua, recortadas no horizonte azul do planalto.

Não revisitava Teotihuacan há quase um quarto de século. E rever a grande cidade morta foi, mais uma vez, um choque emocional e estético e a oportunidade para um monólogo com a história.

Não existe em toda a América um conjunto monumental marcado por grandeza tão serena e harmoniosa.

Aquele sítio arqueológico continua a deslumbrar os homens do final do segundo milénio. Poucos lugares do México antigo permanecem tão envolvidos em atmosfera de mistério similar.

Não se sabe exactamente como nasceu aquela gigantesca cidade e menos ainda se sabe sobre as circunstâncias que lhe provocaram a morte. Desconhece-se inclusive o seu nome original; não permaneceu na memória dos povos de Anahuac.

A cidade esteve desabitada há mais de meio milénio quando os astecas, na sua lenta migração rumo à laguna onde, no século XIV, fundaram Tenochtitlan, descobriram, fascinados, as ruínas da antiga metrópole, dominadas por duas enormes pirâmides. A palavra pela qual designaram o lugar, Teotihuacan – a Cidade dos Deuses em idioma nahuatl –, expressou a admiração reverencial provocada pela cidade sem vida.

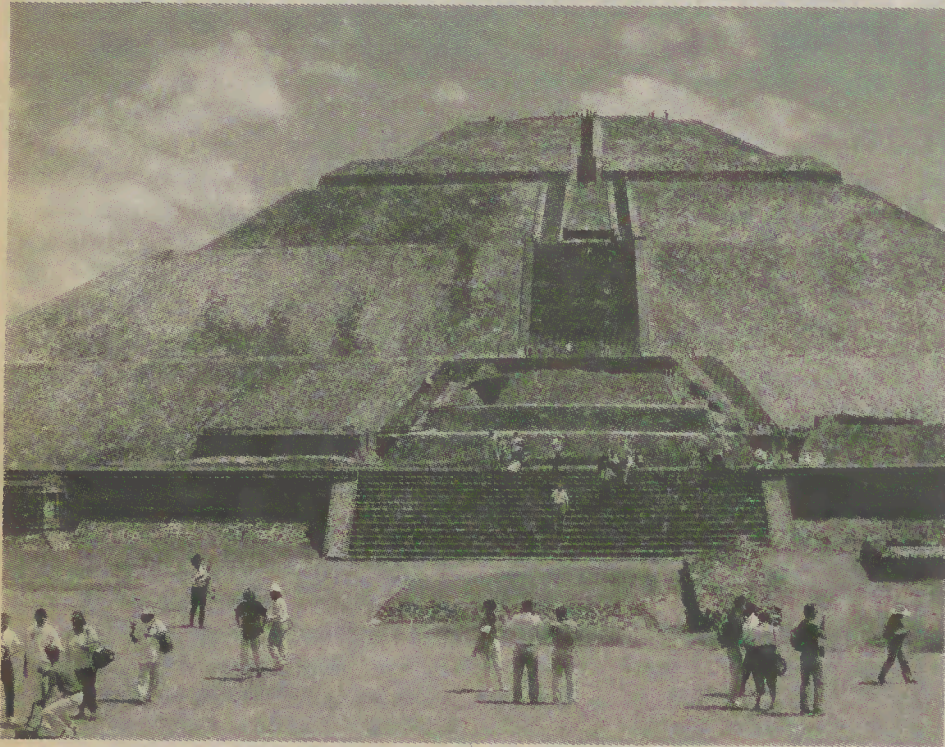
Espanto diferente, mas não menos forte, foi o dos soldados de Hernán Cortés quando ali chegaram transcorridos duzentos anos.

A moderna arqueologia ajudou a decifrar alguns enigmas e a aprofundar a história até onde a linguagem das pedras o tornou possível.

Em meados do século II da Nossa Era, numa época em que

Roma atingia o apogeu com os Antoninos, Teotihuacan já ocupava uma área de 22 quilómetros quadrados. Entre os séculos V e VII continuou a crescer. Foi a fase de maior esplendor cultural. A população aumentava e admite-se que tenha ultrapassado os 200 000 habitantes. No século VII, quando no perímetro urbano foram construídos novos palácios e conjuntos residenciais, desenvolveu-se na periferia uma cintura de bairros para estrangeiros.

O crescimento excessivo de Teotihuacan terá contribuído, porém, dialecticamente, para a sua rápida decadência. A cidade-estado não encontrou soluções para problemas inseparáveis do seu desenvolvimento. A redução da cobertura florestal, alterações climáticas e o esgotamento dos solos resultante de



uma agricultura de regadio intensiva terão provocado uma escassez progressiva de alimentos. As tensões sociais e a agressividade dos povos circundantes aumentaram.

Os teotihuacanos não tinham escrita. A arqueologia permite, contudo, fixar com alguma precisão a morte de Teotihuacan como cidade organizada na segunda metade do século VIII, após um incêndio devastador.

Na Europa, Carlos Magno lançava as bases de um império e os árabes estabeleciam-se solidamente na Península Ibérica. Teotihuacan, fundada nos primeiros anos da nossa Era, foi abandonada pelos habitantes após quase oito séculos.

*
* *

Quando contemplei pela primeira vez Teotihuacan, a emoção foi tão forte que durante minutos não consegui arrumar as ideias.

Perguntava-me como tinham podido conceber e materializar aquela cidade de prodígios tribos que não conheciam a metalurgia e utilizavam apenas instrumentos de pedra?

Para abrir espaço à infraestrutura urbana, os fundadores tiveram em primeiro lugar de empreender uma grande obra de engenharia: desviaram o curso de um rio, dividindo-o em dois caudais paralelos à traça ortogonal dos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste.

Como criaram Teotihuacan? O que fizeram ali?

A opinião sobre qualquer cidade parte sempre, mesmo

sem que disso se tome consciência, de um sistema de valores que oferece as referências.

No caso de Teotihuacan não funciona. Não existe termo de comparação. Nunca vi algo similar, sequer aparentado.

A Pirâmide da Lua situa-se na cabeceira do eixo principal, a grande avenida conhecida hoje como Calçada dos Mortos (Miccaotli em nahuatl). Desse pulmão do antigo centro cívico-cerimonial restam 2000 metros pavimentados. Com uma largura de 40 metros, a Calçada tinha uma extensão aproximada de cinco quilómetros. O outro eixo, perpendicular, de idêntica largura, e também pavimentado, era interrompido pelo bloco da chamada Cidadela e pelas estruturas do mercado.

O conjunto de ruas paralelas às duas grandes calçadas formava uma rede urbana, geométrica, de bairros orientados para os quatro pontos cardeais num espaço superior a cinco quilómetros no sentido NS e na direcção LE.

A fechar uma das amplas praças que nascem na Calçada dos Mortos ergue-se a mole imponente da Pirâmide do Sol (66 metros de altura e 200 de lado).

Para o visitante imaginário poder entrar na dimensão de grandeza de Teotihuacan é útil informar que a praça da Cidadela – nome atribuído pelos conquistadores espanhóis – ocupa um quadrilátero com 400 metros de lado. Os capitães de Cortés vindos de Tenochtitlan (a 40 quilómetros de distância) tomaram aquilo por uma antiga fortaleza. Plataformas de pedra com sete metros de altura fechavam o recinto. O «castelo» central não era, porém, uma fortaleza mas um templo consagrado a Quetzalcoatl, o deus benfazejo da renovação da vida, da arte e das florestas que os astecas integrariam no seu universo cósmogónico.

Os construtores da cidade-estado introduziram no transcorrer dos séculos reformas ininterruptas nas suas estruturas, sem lhe alterar o traçado do plano. Depois, com o vandalismo espanhol, os palácios e os templos foram tratados como reserva de pedras para conventos, igrejas e mansões de hacendados.

O que sobrou é suficiente para que o visitante caminhe durante horas pelas ruas de um mundo de encantamentos.

Não subi desta vez as íngremes escadarias da Pirâmide do Sol. Mas das plataformas da Pirâmide da Lua, seguindo com o olhar as lajes da Calçada dos Mortos até ela se perder no tapete verde que sobe pela cortina das monta-

A Pirâmide do Sol (em cima). À direita, a fabulosa ornamentação da estrutura piramidal do Templo de Quetzalcoatl, com as cabeças da serpente da água, e Cipactli, o monstro da Terra



EM FOCO

a Tenochtítlan – um passeio pela história do México



■ Miguel
Urbano
Rodrigues



Tampa de braseiro
representando
personagem morta,
ricamente ataviada
com toucado de plumas



nhas, a meditação sobre o que fora (muito antes de Portugal existir) a vida dos teotihuacanos nas praças e ruas da sua cidade, no mercado, nos templos, nas grandes mansões de pedra vulcânica – essa meditação fez-me viajar pelo tempo e pelo espaço, num vai-vém em que as acções do homem acabavam sempre por convergir para o mesmo cenário geográfico: o México de ontem e de hoje.

Teotihuacan foi parcialmente reconstruída. As opções de arquitectos e arqueólogos suscitaram polémicas que prosseguem. Não são debates bizantinos. O que está em causa na Cidade dos Deuses é o passado de um povo que na caminhada das civilizações criou uma grande cultura, mas se desagregou como comunidade nacional antes de haver atravessado o pórtico da escrita, a conquista maravilhosa que fixa e transmite a vida e o pensamento através de sinais desenhados, vencendo o tempo. O que está em causa ali é a história de uma parcela, humana e física, do México antigo e, portanto, a possibilidade de uma melhor compreensão do seu presente.

No Palácio dos Jaguares, nas salas do Quetzal Papalotl, no templo dos Caracóis Emplumados, nos conjuntos de Tepantitla, Tetelco e Yayahuala, fitando as pinturas murais que resistiram aos estragos do tempo, tentei aproximar-me, pela sensação e pelo pensamento do quotidiano, do **quefazer** dos artistas que tentaram expressar em cores fortes, na pedra e no estuque, o sentir das gentes de Teotihuacan, através da sua sofrida cosmografia, do seu amor pelos animais e pelas plantas, da mitologia criada por uma ordem terrestre na qual a vida nascia da morte.

A estatuária teotihuacana deixou marcas profundas em todas as culturas posteriores do Vale do México. Nem por isso o peso da

deslumbrante herança cultural de Teotihuacan resolve questões que permanecem sem resposta.

*

* *

Os espanhóis que chegaram com Cortéz viram Tenochtítlan, navegaram na grande laguna, caminharam pelos palácios de Axayacátil e Moctezuma, subiram as escadarias do Grande Templo da capital asteca, assistiram (de longe) a sacrifícios humanos no altar sagrado de Huitzilopóchtli, o deus da guerra. A história de Tenochtítlan, os factos ligados à fundação da cidade, a genealogia dos imperadores, as estruturas sociais, administrativas e económicas da monarquia electiva e aristocrática dos asteca-tenochca são conhecidos. Sabemos inclusive o que os habitantes da cidade sentiam durante o cerco, quando Tenochtítlan, destruída rua a rua, começava a morrer. A poesia e os **codices** astecas revelaram a voz e a dor dos vencidos, tal como os cronistas espanhóis, na sua versão dos acontecimentos, fixaram em obras-primas da literatura o fim trágico de Tenochtítlan.

Mas do povo que fez Teotihuacan sabemos muito pouco.

*

* *

Estamos informados do horror legítimo que os sacrifícios humanos provocaram nos espanhóis, tal como conhecemos a indignação e repulsa dos tenochcas-astecas diante da prática rotineira da tortura pelos invasores europeus. Para eles, os sacrifícios eram o preço da continuidade da vida na Terra. Sem esse ritual sangrento, o sol não voltaria a romper as trevas da noite. Os astecas matavam por amor e fé; e eram sinceros no ódio ao crime gratuito.

O diálogo amistoso entre os filhos da Espanha da Contra-Reforma e os filhos da Tenochtítlan que imolava os prisioneiros da «guerra florida» e as virgens educadas para morrer nos altares era impossível. Ganharam os que dispunham de canhões, espadas de aço e cavalos. O desfecho do choque foi um dos maiores genocídios que a história regista: dos 300 000 habitantes que a cidade imperial tinha quando Cortéz nela entrou pela primeira vez em 1519, somente permaneciam vivos uns 15 000 quando a guerra findou após a prisão de Cuauhtéoc, o último soberano asteca, hoje máximo herói nacional.

De Teotihuacan, morta há séculos, os espanhóis somente puderam contemplar as ruínas.

Admirando-as da Pirâmide da Lua, senti que elas me colocavam perante uma contradição que, sem ser paradoxal, choca.

A monumental Pirâmide da Lua. Em clima, a vista geral da zona arqueológica de Teotihuacan

De Tenochtítlan não há vestígios materiais significan-

tes. Tudo ali foi arrasado. Sobre os escombros daquela que era a mais bela jóia da América pré-colombiana, os castelhanos edificaram a Cidade do México, capital da Nova Espanha.

Não sobraram ruínas. E, contudo, estamos muito bem documentados a respeito da cidade assassinada e do seu povo. Não a podemos ver, mas a imaginação consegue fazê-la reviver. A grande Praça é lembrada em maquetas de minúcia e fidelidade. Sabe-se quase tudo sobre a vida dos antigos moradores.

Com Teotihuacan ocorre o contrário. Morta, a cidade existe fisicamente. Subimos às pirâmides, percorremos a Calçada dos Mortos, quase tocamos os murais dos antigos palácios. Parece ali fácil transpor as fronteiras do tempo. É uma ilusão. Ignoramos quase tudo sobre a gente que ergueu Teotihuacan e nela viveu durante muitos séculos. Não há, entretanto, indícios de que os teotihuacanos, contrariamente aos astecas de Tenochtítlan, tenham sido um povo agressivo e expansionista.

*

* *

Naquela manhã, em Teotihuacan, reflectindo na Pirâmide da Lua sobre a brevidade dos impérios e a longa duração da herança cultural das civilizações, voltei a sentir, como um quarto de século antes, o poder mágico da arte como elemento revelador da história.

As esculturas dos templos, as pinturas murais dos palácios, o traçado da Calçada dos Mortos ajudam ainda na cidade sem vida a compreender uma atitude perante a aventura da existência que os espanhóis do Renascimento e da Contra-Reforma não conseguiram entender (já que aceitá-la era impossível) na versão transformada e mais ambiciosa que foram encontrar em Tenochtítlan.

Uma nuvem branca pairava, em aparente imobilidade, sobre o terraço da Pirâmide do Sol, hoje despojado do antigo templo de pedra cujos deuses foram derrubados por ordem de um obscuro arcebispo espanhol.

Os astecas deram-lhe o nome do astro. Ficaram então muito impressionados com os conhecimentos astronómicos dos antigos teotihuacanos. Verificaram que o sol passa pela escadaria principal entre o equinócio da Primavera e a primeira aparição das Pleiadas no horizonte, a Leste.

Idêntico foi o espanto dos primeiros europeus ao perceberem que o calendário asteca, inspirado pelo de Teotihuacan, era mais rigoroso que o gregoriano.

De sínteses criadoras ininterruptas entre as culturas antagónicas do Vale do México e a vinda da Europa brotou, em dolorosos processos de fusão, a actual cultural mexicana, a mais original e importante da América Latina.

O processo está inacabado. Prossegue, lento e tempestuoso como a relação de amor-ódio que une e separa, por vezes no mesmo indivíduo, os descendentes do povo de Cuauhtemoc e dos conquistadores espanhóis.



Quem paga?!... Os do costume!

Ordeiramente, como é timbre dos costumes nacionais, 86 mil contribuintes já aproveitaram o regime excepcional para empresas e particulares de pagamento de dívidas ao Estado, criado pelo «plano Mateus», aproveitando a oportunidade (que vigora até ao final deste mês) para regularizarem as suas dívidas ao fisco e à segurança social. Este recorde foi notícia mas, sintomaticamente, dessa notícia não consta qualquer nome significativo do negro ranking das dívidas fiscais em Portugal. Percebe-se porquê: mais uma vez, quem se preocupou em cumprir a lei foi a generalidade de quem vive nos vigiados parâmetros do próprio trabalho. Quanto aos grandes devedores - a quem sucessivos governos foram consentindo o acumular de dívidas na escandalosa ordem

dos muitos milhões de contos -, nenhum, que se saiba, se mostrou sensível a esta oportunidade de regularização.

Obviamente, é porque continuam despreocupados - e o pior é que, com grande probabilidade, continuam a ter todas as razões para isso...

O futuro próximo mostrará o que, também neste aspecto, vale realmente o «plano Mateus».

A mandar tudo é que eles se entendem...

António Magalhães é, há dois mandatos, o presidente do Câmara Municipal de Guimarães eleito pelo PS, de que é militante. Como não há duas sem três, o autarca do Partido Socialista propôs candidatar-se a novo mandato, mas deixou claro ao seu partido que era ele, e só ele, que formaria as listas de

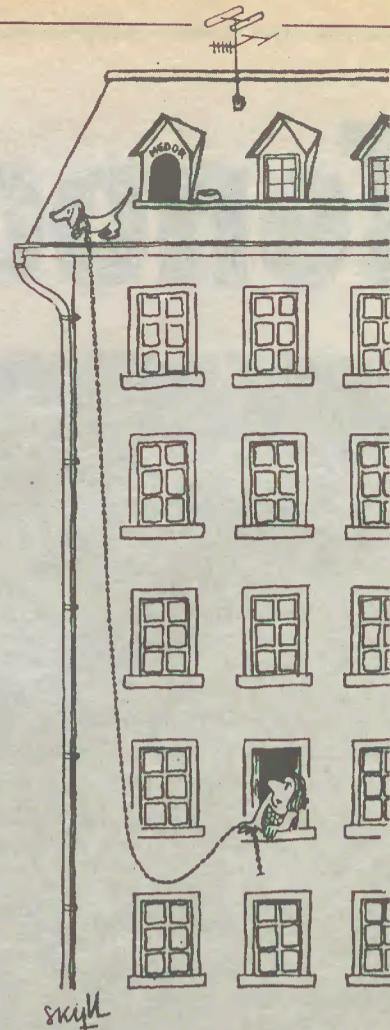
PONTOS CARDEAIS

candidatos tanto para a Câmara como para a Assembleia Municipais, impondo igualmente decidir sobre as candidaturas para as Juntas de Freguesia. Ou seja: o homem quer ter controlo total na distribuição de, digamos, «cargos» autárquicos. A sua intenção - afirma ele - é substituir alguns vereadores - seus companheiros desde o princípio da sua gestão da Câmara -, por «quadros socialistas com capacidade para assumir responsabilidades autárquicas a médio e longo prazo» (de preferência a «longo», certamente...), o mesmo sucedendo a alguns presidentes de Junta, que na sua dinâmica opinião acabaram por «decepcionar» (provavelmente porque se atreveram a lançar, sem a sua autorização, obras necessárias - mas para as quais a

Câmara não atava nem desatava -, o que lhe deve ter parecido bastante «decepcionante»). Entretanto, o PS local aceitou todas as condições impostas pelo senhor Magalhães. Pelos vistos sem se aperceber de como tudo isto é, realmente, decepcionante...

O inscrito

Foi particularmente tocante a cerimónia de inscrição de Lucas Pires no PSD, cerimónia apadrinhada nem mais nem menos que pelo presidente do partido em pessoa, Marcelo Rebelo de Sousa. Os próprios órgãos de Comunicação Social, com relevo para alguns canais televisivos, parece que viram no caso algo de transcendente, tão esmeradas e longas foram as



PONTOS NATURAIS

É proibido ser mãe

Mário Castrim

Judite de Sousa - As trabalhadoras de uma empresa chinesa da Madeira estão indignadas com os métodos de contratação.

Elas dizem que foi proposto a uma funcionária entrar na empresa desde que se compromettesse a não engravidar durante cinco anos. As trabalhadoras foram queixar-se a Alberto João Jardim mas, em vez de encontrarem o presidente do Governo Regional, encontraram a polícia.

Marina Figueiroa - Já passava das 10 e 30 quando as trabalhadoras chegaram finalmente. À entrada cruzaram-se com Alberto

João Jardim que saía para o almoço. Com a responsável do Sindicato à cabeça da manifestação as trabalhadoras procuraram entrar, mas esbarraram na polícia.

Polícia - Não podem entrar. **Guida Vieira**, dirigente sindical - Mas ainda nem nos perguntou o que nós vimos fazer.

Polícia - Eu já disse o que tinha a dizer.

Guida Vieira - A gente vem falar com alguém do governo.

M. Figueiroa - Como não havia ninguém para as receber, as trabalhadoras decidiram esperar até às

duas da tarde, sempre com o mal-estar a crescer.

Guida (para um polícia) - Não me toque!

M. Figueiroa - Alberto João Jardim chegou mais tarde e pediu para receber duas trabalhadoras, mas sem a presença da sindicalista as trabalhadoras recusaram. Passou mais um bocado. Quando quiseram entrar para entregar o documento foram impedidas. Já passava das duas e mais quando pediram para alguém as receber. O pedido foi satisfeito.

Administrador da empresa - Se querem defender os seus postos de trabalho, que não continuem com

comportamentos destes.

Trabalhadora - Uma rapariga estava acabando o contrato e ia para casa ou então ficava efectiva na empresa se assinasse um papel em como a rapariga não engravidasse nos próximos cinco anos. Ela continuava na empresa ou então nada feito.

M. Figueiroa - Tudo isto se encontra no documento entregue, bem como o fax enviado pelo administrador chinês onde informa as trabalhadoras que não voltem ao trabalho porque a fábrica vai suspender funções. Quem não aceita esta decisão são as

trabalhadoras que dizem voltar amanhã mesmo à fábrica, que não lhes paga salários desde Dezembro do ano passado. Entretanto, o Governo Regional já reagiu à manifestação. Num comunicado, Jardim declara que se propõe receber duas trabalhadoras mas sem a dirigente sindical. Declara-se ainda disponível para o diálogo mas sem politiquices pelo meio.

(In Telejornal, com os meus pedidos de desculpa a Maria Figueiro e às trabalhadoras madeirenses pelas faltas provocadas pela deficiente gravação).

reportagens feitas ao inscrito, que não se fez rogado, disrecreando sobre qualquer matéria e, sobretudo, sobre si próprio, com a simpática auto-satisfação de quem olha à volta e não vê ninguém, pelo menos que se lhe assemelhe. Aliás, será difícil encontrar alguém semelhante ao inscrito que, segundo as suas próprias palavras ditas na cerimónia, só encontra similitude com a sua inscrita pessoa no trajecto de Almeida Garrett, a quem identificou um roteiro de círculos eleitorais semelhante ao seu.

Pelo que ao nível do político Lucas Pires só mortos ilustres. Será por isso que esta inscrição do ex-líder do CDS no PSD tem um penetrante odor a ressuscitamento?

Está explicado o alvoroço. Trata-se, obviamente, de um milagre.

Os polícias do mundo

A nova administração Clinton que, segundo as palavras do seu dirigente máximo, vai «preparar a América para o século XXI», já está a mostrar claramente em que consiste essa «preparação». O republicano William Cohen, novo secretário de Estado da Defesa, declarou na tomada de posse que os EUA não devem continuar a exercer as funções de «polícia do mundo». Para tal, apresentou um plano no mínimo curioso. «Devemos assegurar-nos de que as nossas forças estão preparadas para responder às crises sempre que seja necessário», afirmou, explicando: «Para tal, temos de comprar e desenvolver o armamento necessário. E devemos comprar e desenvolver o armamento adequado para que as nossas forças estejam tecnologicamente mais desenvolvidas para podermos actuar de forma rápida e decisiva.»

Ainda bem que o homem não quer que os EUA sejam polícias do mundo. Esta espiral de militarização deve ser por causa dos marcianos.



Desenho de Renato Guttuso

AGENDA

Samora Correia**5.ª Assembleia da Organização de Freguesia**

Sexta-feira, dia 31, às 21h, no CT
com a participação de **Edgar Correia**



situação política e das próximas eleições autárquicas: dia 31, às 21h, no CT de Tercena, com a participação de **Vitor Sarmento**.

SEIXAL

Plenários para discussão da situação política e social, reforço da organização, eleições autárquicas das organizações de freguesia de **Paio Pires** (no Paio Pires Futebol Clube, dia 1, às 15h) e de **Amora** (dia 2, às 15h, no CT de Amora).

SETÚBAL

S. Simão - Plenário de militantes da freguesia para discussão do plano de trabalho organizativo e eleição da Comissão de Freguesia e discussão das eleições autárquicas: em Vila Fresca de Azeitão, casa do cam. Jorge Sousa, dia 1, às 15h30.

SINTRA

Agualva-Cacém - Plenário mensal de militantes sobre eleições autárquicas, com a presença de **António Cordeiro**: dia 31, às 21h30, no CT do Cacém.

Queluz - Plenário mensal de militantes da freguesia sobre as eleições autárquicas, com a participação de **Jorge Cordeiro**: dia 31, às 21h30, no CT local.

Algueirão-Meim Martins - Plenário mensal de militantes da freguesia com a mesma ordem de trabalhos: dia 1, às 15h30, no CT local.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenários de militantes das freguesias de **Vialonga** (dia 31, às 21h30, no CT de Vialonga) e de **Vila Franca de Xira** (dia 1, às 16h, no CT de Vila Franca).

S. João da Madeira**Debate:**

"Falar sobre o Avante!
- falar sobre o único jornal
de esquerda"

Sábado, dia 1, às 21h30, no CT do PCP

Reuniões e plenários**BARREIRO**

Alto Seixalinho - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Virgolino Rodrigo**: dia 1, às 15h30, no CT concelhio.

LISBOA

Alfama (Zona Centro da Cidade de Lisboa): plenário de militantes da célula sobre as eleições autárquicas e a situação política e social: dia 31, às 21h, na Subseção do G. S. Adicense (R. de S. Pedro).

Sector Transportes da ORL - Plenário do Organismo de Direcção sobre a situação política e questões de direcção e organização do Sector, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 4 às 19 no CT Vitória.

LOURES

Plenários de militantes preparatórios da **VII Assembleia da Organização Concelhia**, com debate do projecto de Resolução Política e eleição de delegados em:

- **Odivelas**: dia 30, às 21h30, no CT, com **Fernanda Mateus**;

- **Lousa**: dia 30, às 20h30, no Café do Jaime, com **João Narciso**;

- **Olival Basto**: dia 31, às 21h30, no Centro de Dia, com **J. M. Abrantes**;

- **S. João da Talha**: dia 31 às 21h30, no CT;

- **S. Julião do Tojal**: dia 31 às 21h, no CT de Zambujal, com **João Narciso**;

- **Póvoa de Santo Adrião**: dia 1, às 15h30, no salão da JF (antigas instalações), com **J. M. Abrantes**;

- **Unhos**: dia 1, às 15h, na Creche Pomba da Paz, no Catujal, com **João Narciso**;

- **Célula Câmara Municipal/Serv. Munic.**: dia 4 às 17h45, no Refeitório Municipal, com **Hélio Samorinha**.

OEIRAS

Barcarena - Reunião dos militantes de Tercena, para discussão da

S. Domingos de Rana
Almoço-convívio e plenário
de militantes

Domingo, dia 2, no CT de Tires
Almoço às 12h30 - Plenário a partir das 15h

Jantar-convívio da
CÉLULA DA LISNAVE DO PCP

Dia 31 no Restaurante "O Rianço", no Pragal
Inscribe-te!

Lisboa - Freguesia da Ajuda
ALMOÇO DOS CAMARADAS

Sábado, 1 de Fevereiro, às 13h
no CT da Ajuda
(Inscrições no CT Vitória - Tel. 3638512)

Lisboa - Sector de Empresas
Jantar-convívio

no CT da Av. Duque de Loulé
Dia 31 às 20h

Lisboa - Freg. Santo Condestável
Almoço-convívio

na Escola Manuel da Maia
com a participação de **João Amaral**
Dia 8 às 13h
(Inscrições até 6 de Fev. - Tel. 3971547)

Cascais**Almoço-convívio**

no CT - dia 2 às 13h
(Inscr. até dia 1 no CT de Cascais - Tel. 4866991)

Alcabideche**Almoço-convívio**

no CT - dia 9 às 13h
(Inscr. até dia 7 - Tels. 4866991- 4690223- 4692145)



Encontro regional
da JCP/Algarve

Faro - Sábado, dia, às 15h,
no CT do PCP

Debate

O movimento associativo
em Setúbal

promovido pela JCP/Setúbal
com a participação de associações juvenis
e estudantis, culturais, desportivas
e ambientais do concelho
Sexta-feira, 31, às 21h30
no Edifício Arrábida

BARXISMO

- o espaço de convívio
da JCP em Rio de Mouro

R. Vasco da Gama, 11 (junto à Est. da CP)
aberto todas as sextas e sábados
das 21.30 às 2.00 horas
Inauguração: dia 31 às 21 horas

MUD Juvenil
- cinquentenário
da fundação

**Porto**

De 27 de Janeiro a 4 de Fevereiro

Exposição alusiva,
no Ateneu Comercial do Porto

Associação de Amizade Portugal-Cuba
Núcleo de Setúbal

Dia 31 às 21h30

Conversando sobre
Música Cubana

com
Ruben de Carvalho

Auditório da Biblioteca Pública
Munic. de Setúbal (Av. Luísa Todi, 186)



CDU

PCP-PEV

**Estarreja**

Reunião-convívio de candidatos e activistas da CDU, com debate sobre a actividade dos órgãos autárquicos do concelho e o próximo acto eleitoral: dia 31 às 21h30, na residência de Aristides Sousa (Lg. Conde Ferreira, 68)

Ílhavo

A Comissão Coordenadora da CDU/Ílhavo, encabeçada pelo **Dr. João Almeida**, candidato da CDU à CM, promove uma visita à Costa Nova no próximo dia 2. O ponto de encontro é o Café Flor da Ria, às 11h.

TELEVISÃO

Quinta, 30

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.35 Seleção RTP
- 16.25 Lições do Tonecas
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.30 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Enviado Especial - "Aborto"
- 21.20 Vidas de Sal
- 22.30 Imparáveis
- 23.15 Polícias
- 00.15 24 Horas
- 00.45 RTP/Financial Times
- 01.00 Olho Vivo
- 01.30 Bom Bordo

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.50 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Acasos de Guerra
- 20.30 Absolutamente Fabulosas
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Tess
- (de Roman Polanski, Fr./Gr.Br.1979, com Nastassia Kinski, John Collin, Tony Church, Peter Firth, John Beth, Tom Chadbon. Ver Destaque)
- 01.30 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Ponto de Encontro
- 15.30 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 As Aventuras de Camilo
- 22.15 Casos de Polícia
- 23.20 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal

Sexta, 31

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Olho Clínico
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.10 O Campeão
- 16.05 Polícias
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Vidas de Sal
- 21.25 Futebol: Setúbal-Porto
- 23.40 24 Horas
- 00.10 RTP/Financial Times
- 00.25 Mesa à Portuguesa
- 00.55 Momentos Escaldantes (de Andrew Stevens, EUA/1993, com Andrew Stevens, Snannon Tweed, Tracy Tweed. «Thriller» / Erótico)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Colditz
- 20.30 A Bela Farda Azul
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 A Noite da Vingança (de Roman Polanski, EUA/1994, com Sigourney Weaver, Ben Kingsley, Stuart Wilson. Ver Destaque)
- 00.25 Falatório
- 01.20 Bicentário do Nascimento de Schubert

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Jô Soares
- 15.30 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 Malucos do Riso

Sábado, 1

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.30 Cybermaster
- 12.00 Cuidados com o Cão
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Top +
- 14.35 Amores e Rebeldia
- 15.15 2001
- 15.45 Jornal Jovem
- 16.30 O Renegado
- 17.25 Emoções
- 18.10 Super Bébés
- 18.45 Há Horas Felizes
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Contra Informação (Compacto)
- 21.25 Futebol: Braga-Benfica
- 23.30 Serviço de Urgência
- 00.20 24 Horas
- 00.50 Fronteira de Silêncio (de Michael Lessac, EUA/1993, com Kathleen Turner, Tommy Lee Jones, Asha Menina, Shiloh Strong. Drama)
- 02.40 Descida aos Infernos (de Robby Benson, EUA/1988, com Robby Benson, Tawny Kitaen, Danny Aiello. «Thriller»)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Vida por Vida
- 12.10 Oeste Selvagem
- 13.00 Spray
- 13.30 Mesa à Portuguesa
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Sinais do Tempo
- 19.05 Onda Curta: «Adeus Roma» (de Clive Donner (Co-Prod. Int./1990), com Gordon Thompson, Valentina Forte, Elsa Martinelli. Melodrama / Curta-Metragem)
- 19.35 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (IV)
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.50 O Evangelho Segundo S. Mateus (de Pier Paolo Pasolini (It./Fr.1964) com Enrique Irazoqui, Margherita Caruso, Susana Pasolini, Marcello Morante. Ver Destaque)
- 01.35 Notas de Música

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Milhões
- 14.10 Cuidado com as Aparências
- 14.50 Malhação

Um Século de Cinema prossegue esta semana com novo capítulo - este sobre o cinema britânico, com mestres como Kubrick (sábado, 20h, RTP2)

- 16.00 Raven
- 17.00 Star Trek IV - Regresso à Terra (de Leonard Nimoy, EUA/1986, com William Shatner, Leonard Nimoy, DeForest Kelley, James Doohan, George Takei. Ver Destaque)
- 19.00 Marina, Dona Revista
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Clube VIP
- 21.15 Salsa e Merengue
- 22.15 Big Show Sic
- 01.35 Último Jornal
- 01.55 Quando o Mar Galgou a Terra (de Henrique Campos, Port./1954), com Maria Vilar, Fernando Curado Ribeiro, Brunilde Júdice. Drama)

TVI

- 09.30 Animação
- 11.30 Novos Ventos
- 12.00 Notícias
- 12.20 O Mundo Natural de Mitsuaki Iwago
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.10 Cantinflas em Calças Pardas (de Juan Bustillo Oro, com Mário Moreno, "Cantinflas". Comédia)
- 17.10 Top of The Pops
- 18.10 Cybernet
- 18.40 Lar, Louco Lar
- 19.30 Futebol
- 21.20 Telejornal
- 22.00 Xica da Silva (Compacto)
- 23.20 Os Rapazes da Companhia C (de Sidney J. Furie, Hong-Kong/1977, com Stan Shaw, Michael Lembeck, James Canning. Ver Destaque)
- 01.05 Notícias
- 01.25 Salaam Bombay! (de Mira Nair, Índia/Fr./Gr.Br.1988, com Shafiq Syed, Hansa Viihal, Chanda Sharma, Nana Patekar, Anete Kanwar. Ver Destaque)

Domingo, 2

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 Repórteres da Terra
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Made in Portugal
- 14.35 Alta Voltagem
- 15.15 86-60-86
- 15.50 Magazine
- 16.25 Caixa Mágica
- 17.15 Ilusões
- 18.15 Golos
- 18.30 Casa Cheia
- 19.20 Jet 7
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Os Principais



Álvaro Cunhal convidado de Clara Ferreira Alves em "Falatório", para uma conversa em torno das questões da Estética: hoje, quinta-feira, na RTP2 cerca da 1h30

- 22.05 A Mulher do Sr. Ministro
- 22.40 Domingo Desportivo
- 00.50 24 Horas
- 01.00 Máquinas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.25 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
- 12.10 Máquinas
- 12.45 Os 100 Melhores Vídeos
- 13.15 Desporto 2
- 17.45 A Caçada do Malhadeiro (de Quirino Simões (Port./1968) com Fernando Gusmão, Carmen Mendes, Rui Mendes, Baptista Fernandes. Histórico)
- 19.35 Bom Bordo
- 20.10 Artes e Letras - «Bill T. Jones»
- 21.05 Diário Rural de Uma Senhora
- 22.10 Horizontes da Memória
- 22.35 Bailador: «Still / Here»
- 00.45 Vidas do Século: «Stalin» (III)

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Internacional SIC
- 14.00 Malhação
- 15.00 Balada de Nova Iorque
- 15.55 Os Imortais
- 17.00 Prémios de Moda VH1
- 18.10 O Espião do Sapato Vermelho (de Stan Dragoti, EUA/1985, com Tom Hanks, Dabney Coleman. Comédia/Espionagem)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Chuva de Estrelas
- 21.50 Salsa e Merengue
- 22.50 A Arma Perfeita (de Isaac Florentine (EUA/1992) com John Holmes Newton, Paul Smith. Artes Marciais)
- 00.55 Último Jornal
- 01.15 Jô Soares
- 02.15 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.30 Portugal Português
- 14.30 A Odisseia Submarina
- 15.30 Desafios
- 15.50 Os Pequenos Aventureiros (de Billy Weber, EUA/1993, com Jacob Tierney, Noah Fleiss, Martha Flimpton. Drama)
- 17.40 1 West Waikiki
- 18.30 O Detective das Mil Caras
- 19.30 Futebol
- 21.20 Telejornal
- 22.00 Sim, Senhor Ministro
- 22.45 Profiler
- 23.40 Escândalos
- 00.10 O Barão de Altamira (de Artur Smedo, Port./1985, com Artur Smedo, Rosa Lobato Faria, Nicolau Breyner, Ruy Furtado, Zita Duarte. Ver Destaque)
- 00.40 Notícias

Segunda, 3

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.40 Seleção RTP
- 16.05 Os Principais
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal



Álvaro Cunhal convidado de Clara Ferreira Alves em "Falatório", para uma conversa em torno das questões da Estética: hoje, quinta-feira, na RTP2 cerca da 1h30

- 20.45 Isto... só Vídeo
- 21.15 Vidas de Sal
- 22.15 Gala Nova Gente
- 00.20 24 Horas
- 00.55 RTP/Financial Times
- 01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 18.55 Universidades Europeias
- 19.40 O Agente Secreto
- 20.35 Murphy Brown
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 O Anjo Ébrio (de Akira Kurosawa, Jap./1948, com Takashi Shimura, Toshiro Mifune, Michiyo Kogure. Ver Destaque)
- 00.30 Falatório

SIC

- 10.15 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia



Schubert, no bicentário do seu nascimento: um pequeno documentário a encerrar a emissão da RTP2 na sexta-feira

- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Donos da Bola
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 O Rei do Gado
- 21.55 Ponto de Encontro
- 22.55 Sem Perdão Possível (de Bob Misiorowski, EUA/1995, com Rutger Hauer, Thomas Ian Griffith, John Rhys-Davies. Policial)
- 00.50 Último Jornal
- 01.10 Conversas Secretas
- 02.20 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.45 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Pontos nos ii
- 22.00 Vidas Clandestinas (de Maximilian Schell, EUA/1993, com Maximilian Schell, Alyssa Milano, Chad Lowe. Drama)
- 23.40 TVI Jornal
- 00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 4

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.35 Seleção RTP
- 16.30 Jet 7
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal



Álvaro Cunhal convidado de Clara Ferreira Alves em "Falatório", para uma conversa em torno das questões da Estética: hoje, quinta-feira, na RTP2 cerca da 1h30

- 20.45 Vidas de Sal
- 21.45 Nós, os Ricos
- 22.30 De Par em Par
- 22.45 Maria Elisa
- 00.45 24 Horas
- 01.20 RTP/Financial Times
- 01.30 Grandes Nomes

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 17.00 Infantil
- 19.00 Rotações
- 19.35 Shaka Zulu
- 20.30 Os Simpsons
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Primavera Tardia (de Yasujiro Ozu, Jap./1956, com Chisu Ryu, Setsuko Hara, Haruko Sugimura, Ryo Ikebe, Chikage Awashima. Ver Destaque)
- 00.40 Falatório

SIC

- 10.15 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Conversas Secretas
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 O Rei do Gado
- 21.55 Ai os Homens!
- 23.20 Esta Semana
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Escrita em Dia
- 02.05 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.45 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Pontos nos ii
- 22.00 Vidas Clandestinas (de Maximilian Schell, EUA/1993, com Maximilian Schell, Alyssa Milano, Chad Lowe. Drama)
- 23.40 TVI Jornal
- 00.10 A Balada de Hill Street

Quarta, 5

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.30 O Campeão
- 15.25 Seleção RTP
- 16.25 Nós, os Ricos
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 100% Natural
- 19.00 País País
- 19.40 Totobola



Álvaro Cunhal convidado de Clara Ferreira Alves em "Falatório", para uma conversa em torno das questões da Estética: hoje, quinta-feira, na RTP2 cerca da 1h30

- 20.00 Telejornal
- 20.45 Lições do Tonecas
- 21.30 Vidas de Sal
- 22.30 Crime Violento
- 00.40 24 Horas
- 01.05 RTP/Financial Times
- 01.15 Rotações

RTP 2

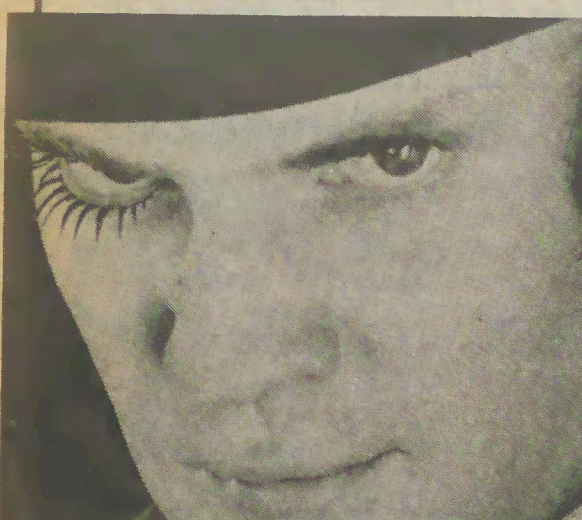
- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.35 Shaka Zulu
- 20.30 Os Simpsons
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Rua da Vergonha (de Kenji Mizoguchi, Jap./1956, com Machiko Kyo, Ayako Wakao, Michiyo Kogure, Aiko Mimasu. Ver Destaque)
- 00.15 Falatório

SIC

- 10.15 Buêrére
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Escrita em Dia
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 O Rei do Gado
- 21.55 Surprise Show
- 23.15 A Noite da Má Língua
- 00.25 Último Jornal
- 00.50 Toda a Verdade
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.45 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 O Cerco dos Heróis (de Daniel Petrie, Jr., EUA/1991, com Sean Astin, Keith Coogan, Andrew Dico, Louis Gossett, Jr. «Thriller»)
- 24.00 TVI Jornal
- 00.30 A Balada de Hill Street



- 00.55 Vida de Casal
- 01.55 Contos de Arrepiar
- 02.40 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.30 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Ave de Rapina (de Temístocles Lopez, EUA/1995, com Jennifer Tilly, Boyan Milushev, Richard Chamberlain, Robert Carradine. Drama)
- 23.45 TVI Jornal
- 00.20 A Balada de Hill Street

- 22.15 Agora ou Nunca
- 23.20 Os Donos da Bola
- 01.30 Último Jornal
- 01.50 O Ressuscitado
- 03.00 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 O Poder da Lei
- 16.30 Animação
- 18.00 Booker
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Ficheiros Secretos
- 23.45 Alto Calibre (de John Hess, EUA/1994, com Thomas Ian Griffith, Lance Henriksen, James Earl Jones, Charlotte Lewis. Artes Marciais)
- 01.30 TVI Jornal
- 02.05 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Tess

(Quinta, 22.40, RTP2)

Em Inglaterra, nos finais do século XIX, um pobre lavrador descobre que tem uma descendência de grande linhagem e envia a sua filha Tess para casa dos burgueses que tomaram esse título. Pouco tempo depois de ali chegada, Tess é engravidada pelo filho da família, Sir Alec, e volta para casa de seus pais, mas o bebé morre. Depois de se ter empregado numa vacaria, Tess provoca os amores do filho de um pastor e casa-se com ele mas, na noite de núpcias, tendo-lhe revelado o seu passado, provoca o seu desespero e a sua partida para o Brasil. Depois de uma espera de longo tempo, Tess resigna-se então a casar com Sir Alec. Mas o marido regressa e Tess acaba por assassinar Sir Alec fugindo com o marido para a província, onde vivem alguns momentos de felicidade até ambos serem presos pela polícia. Tal é o argumento de mais um filme do ciclo que a RTP2 dedica a Roman Polanski mas ao qual a crítica, com alguma justiça, aponta certas reservas, sobretudo na adaptação da obra original de Thomas Hardy e na visão de um universo com o qual Polanski nada tem a ver e visivelmente se lhe revelou de todo estranho. Além do mais, e independentemente das fabulosas imagens que o filme nos apresenta, nota-se-lhe uma surpreendente falta de sensualidade e



Nastassia Kinski, em «Tess», de Roman Polanski

pelo realizador-crítico foram sendo, de novo, cada vez mais tardias e agora... já vamos outra vez na uma e meia da manhã! O que é pena já que, desta vez, o coordenador da rubrica se debruça sobre o cinema indiano e, concretamente, sobre a longa-metragem de estreia do realizador Mira Nair, que lhe valeu a Câmara de Ouro no Festival de Cannes '88 e que nos conta o drama de uma criança indiana que se arrasta pelas ruas de Bombaim servindo-se de todos os expedientes para resolver um problema pessoal. Um retrato poderoso e realista dos gravíssimos problemas sociais de uma metrópole de milhões de habitantes.



Um fotograma de «Salaam Bombay!», um filme de Shafiq Syed, «Câmara de Ouro» no Festival de Cannes '88



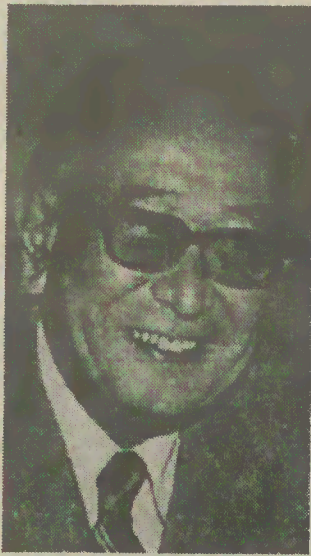
Uma sequência de «Star Trek IV – Regresso à Terra», realizado por Leonard Nimoy

lirismo que perpassam pela obra original. Com Nastassia Kinski e John Collin nos principais papéis.

A Noite da Vingança

(Sexta, 22.40, RTP2)

Passada presumivelmente no Chile, a história deste filme de Polanski debruça-se sobre o reencontro, anos passados, entre uma mulher e o seu alegado torturador e violador quando ela era prisioneira política. Um encontro casual e fortuito, provocado pelo facto de o marido daquela mulher ter trazido até casa um vizinho que a mulher reconhece pela voz (já que fora torturada de olhos vendados) e que ela, num momento de distração, consegue



Os três primeiros realizadores de um novo ciclo, dedicado ao cinema japonês: Akira Kurosawa, Yasujiro Ozu e Kenji Mizoguchi

imobilizar para lhe fazer um trágico e dramático interrogatório. Uma história dramática e intensa, com excelentes interpretações de Ben Kingsley e Sigourney Weaver mas em relação ao qual (e, em particular, à realização de Polanski) as referências apontam algumas reticências. A confirmar.

Startrek IV: Regresso à Terra

(Sábado, 17.00, SIC)

Aqui estamos num outro registo cinematográfico, em relação ao qual as exigências são mais atenuadas. Aliás, quase a chegar ao fim a saga da nave espacial Enterprise, este quarto episódio da série acabaria por resultar o melhor entre todos os cinco, precisamente por ser o que não se levava nada a sério! Realizado por Leonard Nimoy (o impenetrável Mr. Spock da conhecida tripulação), o filme, com um toque ecológico e inesperados momentos de humor, traz os heróis da Enterprise de regresso do século XXIII ao século XX para, ajudados por baleias, salvarem o futuro do planeta Terra! E as contradições entre os conhecimentos dos viajantes do espaço e os dos tecnologicamente «atrasados» cientistas do século XX dão origem a algumas cenas caricatas. Mas não muito mais.

O Evangelho Segundo São Mateus

(Sábado, 23.00, RTP2)

Já esteve previsto para Dezembro de 96 no mesmo canal, talvez por ser Natal. Terá ido para o ar? Será que agora é repetido só porque o convidado (Ricardo Pais, segundo somos informados) o terá escolhido como «o filme da sua vida»? A ser assim, não se poderia ter dilatado um pouco mais no tempo a sua transmissão? Ou nada disto aconteceu, já que o burocrático Boletim de Programação da RTP nada esclarece sobre o assunto? Seja como for, o filme é já bastante conhecido mesmo dos

espectadores de televisão e, como se sabe, debruça-se sobre a vida de Jesus Cristo. Ao contrário das convenções de um certo cinema comercial – mais ou menos bíblico e proveniente tanto de Hollywood como da Cinecittá – esta obra-prima de Pier Paolo Pasolini ficou a marcar a História do Cinema como uma surpreendente e oportuna interpretação de um texto vivido convincentemente por amadores e populares com rostos e corpos de pessoas normais – e não de plástico como nos piores exemplos provenientes daquelas paragens. Curiosa é, ainda, a circunstância de uma obra realizada por um marxista convicto ter sido premiada com o prémio do OCIC (Office Catholique International du Cinéma).

Os Rapazes da Companhia C

(Sábado, 23.20, TVI)

Trata-se de uma comédia melodramática situada durante a Guerra do Vietname e cujos principais protagonistas são um grupo de fuzileiros navais, treinados por um brutal oficial superior para integrar uma companhia de elite. Constituindo uma feroz crítica antibelicista (parcialmente conseguida), o filme é um documento importante em que a envolvimento da guerra é denunciada com ironia mordaz mas também com grande frontalidade, embora o argumento padeça de algumas fragilidades de escrita. Stan Shaw é um dos actores principais, em grande forma.

Salaam Bombay!

(Sábado, 01.25, TVI)

Lembram-se de quando a rubrica Lauro António apresenta... foi mudada dos domingos para os sábados e os cinéfilos se agradaram com o facto de uma rubrica geralmente sujeita a escolha criteriosa ter passado das altas madrugadas para horas decentes? Pois bem! A coisa já lá vai! A pouco e pouco, as horas de transmissão dos filmes escolhidos

O Barão de Altamira

(Domingo, 00.10, TVI)

História contada cinematograficamente no habitual tom sarcástico do seu realizador – Artur Smedo – O Barão de Altamira conta-nos as aventuras de um marialva que organiza duas forças para reconquistar Olivença para a soberania portuguesa e cujos projectos falham completamente porque o golpe foi preparado para o dia em que o filho do barão vai casar com a filha do alcaide de Olivença...

O Anjo Ébrio

(Segunda, 22.40, RTP2)

«O Anjo Ébrio» é o primeiro filme que eu dirigi liberto de qualquer constrangimento exterior – afirmou Akira Kurosawa sobre esta obra que inaugura um ciclo dedicado pela RTP 2 ao cinema japonês. Mas O Anjo Ébrio é também o primeiro filme em que é abordado, no cinema, o mundo dos gangsters japoneses e representa ainda um forte testemunho da desmoralização do Japão no pós-guerra. A não perder.

Primavera Tardia

(Terça, 22.40, RTP2)

Oito anos após o seu casamento, um jovem empregado de escritório está cansado do trabalho e da vida conjugal e tem uma pequeno devaneio com uma colega do trabalho. A mulher, ao tomar conhecimento da aventura, abandona o lar; e os colegas do marido, preocupados com o rompimento, fazem os possíveis para que a amante do colega acabe com a aventura. Finalmente, o marido rompe com o romance e aceita ser transferido para a província, até que a mulher se junta de novo a ele e recomeçam uma nova experiência em comum. Mais do que da «primavera tardia», de que fala o título traduzido em português, estamos perante a «primavera precoce» que às vezes constitui uma ligação familiar estabelecida quando os cônjuges são demasiado jovens. É pelo menos isto que o realizador Yasujiro Ozu parece querer afirmar, ao mesmo tempo que adianta ter querido «evitar todo e qualquer elemento dramático, antes recolher os momentos comuns da vida de todos os dias».

Rua da Vergonha

(Quarta, 22.40, RTP2)

Estudo notável sobre uma série de personagens – mulheres prostitutas no bairro de Yoshiwara, em Tóquio – e dos dramas e misérias que as levaram à sua situação, este filme de Kenji Mizoguchi é ao mesmo tempo um retrato brutal da sociedade japonesa e da evolução dos seus costumes. Admiravelmente interpretado por um punhado de excelentes actrizes, dele se destaca (como mensagem infinitamente mais eficaz e poderosa do que tantos e tantos filmes sobre a condição humana) a célebre e curta sequência final na qual uma jovem prostituta é iniciada e atirada para a rua pela patroa e ensaia, ainda desajeitadamente, a melhor forma de actuar para abordar o seu primeiro cliente. Indispensável.

■ Francisco Costa

A arte do documentário

«**N**essa altura, as pessoas, quando não compreendessem um filme, não acusavam o filme de hermético ou mal feito ou difícil. Aceitavam que elas não teriam capacidade bastante para o compreender. Era um público, de certa maneira (ou nesse sentido), simples: não era um público orgulhoso.»

Ao assim se referir a este público «simples» que, nos tempos da sua juventude de cinéfilo, ia aos cinemas do Porto e os enchia, o cineasta **Manoel de Oliveira** não deixava de produzir uma curiosa opinião que, no preciso contexto em que era proferida, parecia afinal querer significar, da sua parte (por interposta e explícita menção à recepção de outras obras-primas da arte cinematográfica desse tempo), uma espécie de remoção quanto ao que ele pelos vistos pensa ser o estado de espírito dos espectadores acerca do seu próprio cinema. Mais ainda, e apesar de querer parecer ser dirigida de forma não intencional a essa entidade difusa que é «o público», tal expressão surgia como que uma estudada e indirecta resposta àqueles que, no campo da crítica cinematográfica, não se extasiavam incondicionalmente perante toda e qualquer obra saída da sua inesgotável capacidade de criar.

Vem isto a propósito de um documentário - «**Oliveira, O Arquitecto**» - encomendado a **Paulo Rocha** por **Janine Bazin** e **André S. Labarthe**, responsáveis pelo programa «**Cinéma, de notre temps**», e que foi transmitido no canal ARTE na passada quarta-feira 22 e em Portugal visto através da TV Cabo. Porque é de dois documentários ultimamente transmitidos por aquele canal franco-alemão que hoje me vou aqui ocupar.

Uma certa sensação de insatisfação

A primeira sensação com que se fica ao ver este documentário (já datado, aliás, de 1993) é a de insatisfação perante a oportunidade eventualmente perdida de poder tentar perceber, de uma vez por todas, o que pensa **Oliveira** sobre o Cinema e o acto de o criar - ou de tentar ouvi-lo discorrer com sensibilidade, inteligência, engenho e argúcia pelo menos correspondentes ao estatuto das suas melhores obras e, em geral, aos entusiasmos que quase toda a filmografia do destacado realizador português despertam em sectores não negligenciáveis de profissionais, estudiosos e ensaístas nacionais e estrangeiros neste domínio.

O problema é que, para imenso azar deste modesto escriba, até hoje ainda não lhe foi possível agarrar verdadeiramente qualquer ideia particularmente interessante, nesta matéria, saída da mente de um criador cinematográfico tão justamente exaltado. Lembro, até, a surpresa desagradável que constituiu assistir há tempos, numa das emissões do notável programa conduzido por **Maria João Seixas** na RTP 2, a uma outra entrevista com o autor de «**Os Canibais**» cujos resultados não foram também entusiasmantes, a ponto de ser indistigável o relativo incómodo que a sensaboria de algumas respostas do cineasta despertaram na própria entrevistadora. Para já não falar dos constantes entusiasmos, «descobertas» e referências elogiosas a determinados momentos de obras de **Oliveira** por parte de **Bénard da Costa** na sequência da troca de impressões entre os dois na sequência da **Cinemateca Nacional**, filmada para este documentário, e a que o cineasta responde com desarmantes banalidades.

Pois também neste trabalho de **Paulo Rocha** «insatisfação» é, mais uma vez, a primeira palavra que vem à mente para caracterizar o estudo que este pretendeu fazer sobre a personalidade de **Oliveira**. Porventura porque foi incapaz de se distanciar não tanto da obra como do seu criador - já que, quanto à primeira, teve o bom gosto e a oportunidade de nos dar, na montagem do documentário, excertos de alguns dos melhores

momentos de cinema jamais pensados e concretizados pelo Mestre, como foi o caso de algumas das sequências de «**Aniki Bóbo**» ou «**Douro, Faina Fluvial**» que se seguiram, aliás, àquelas declarações acima citadas ou dos excertos de «**Caça**» ou de «**Acto da Primavera**». Mas, quanto a mim, foi a própria

concepção do documentário que veio a revelar-se definitivamente problemática, sobretudo no que toca a «encenação» das movimentações dos dois interlocutores principais - absolutamente fracassada (pela sua previsibilidade) na sequência de perguntas e repostas filmadas na ponte, no Porto, ou mesmo no interior da casa - e verdadeiramente desastrosa na pretensa casualidade e coincidência da chegada em visita ao casal da actriz **Leonor Silveira** e do artificial diálogo na circunstância por esta travado com a **Isabel Oliveira** (mulher do cineasta). É que, nesses como noutros momentos, tanto a colocação da câmara e sua movimentação, como a postura face ao «objecto a filmar» pertenceram, invariavelmente, ao domínio do cinema de ficção e não do documentarismo. O que é dramático.

Nada na manga...

Inteira e diversa foi a postura de um outro cineasta - **Henri-Georges Clouzot** - num outro projecto que teve como «personagem central» um outro Mestre e criador, o pintor **Pablo Picasso**. Refiro-me, agora, a um célebre documentário - «**O Mistério Picasso**» - realizado em 1955 e também recentemente transmitido pelo ARTE (sexta-feira, 17) e justamen-

sobre a mesma superfície, à partida vazia, que o criador também tinha perante si. Era como se o desafio de imaginar e criar passasse a ser partilhado em comum pelo pintor e pelo espectador!

E o resultado desta experiência veio a verificar-se verdadeiramente surpreendente e exaltante. Como o próprio **Clouzot** diz em *off* no início do documentário, «para saber o que se passa na cabeça de um pintor, basta seguir a sua mão». E é no próprio acto de criar em tempo real um determinado quadro que o espectador é levado a confrontar-se com o próprio processo de criação do pintor. Por onde começa ele os primeiros traços? Quais são os caminhos que segue de início? Que desvios lhe provoca a sua imaginação perante a casualidade de um traço ou de uma mancha não prevista? Onde ensaia os primeiros esboços para que esses traços deixem já adivinhar a perspectiva da totalidade derradeira? E estará esta sempre pré-determinada ou, pelo contrário, vai sendo transformada à medida dos desvios de percurso? Que prioridades estabelece o criador à partida? Como modifica a perspectiva da luz e com que consequências? Em que medida a introdução da cor contribui para uma nova «qualidade»? Como desfaz ele a concepção inicial e desemboca num outro resultado completamente diferente?

É a estas perguntas que o documentário pedagogicamente vai respondendo ao longo de uma hora e dezoito minutos. Nuns casos, naturalmente poucos, cumprindo integralmente o desafio assumido à partida, em conjunto, pelos dois criadores - pintor e cineasta - em obras pintadas e filmadas em «tempo real». O exemplo mais fabuloso é o daquele quadro cujos primeiros esboços a preto e branco nos mostram o que parece serem as hastes e pétalas de umas flores que depois se trans-

formam nos contornos de uma menina que afinal é a configuração de um peixe que depois resulta na forma de um galo! À partida, **Clouzot** dispunha de 150 metros de filme - o correspondente a 5 minutos de filmagem - e, passados 3 minutos, diz a **Picasso** em que tempo ele já vai. Resolvem então parar a filmagem para que o pintor prepare as tintas para a fase da cor, a fim de terminar o quadro iniciado. Quando a câmara volta a arrancar, faltam dois minutos apenas e as manchas de cor vão surgindo, provocando novas leituras do traço inicial, até que tudo se transforma no rosto de um qualquer diabo com cornos, nos últimos cinco segundos, num súbito golpe e desvio de imaginação!

Mas outras surpreendentes revelações nos estariam ainda reservadas por **Clouzot** na sua cúmplice participação no acto de ir criando, ao mesmo tempo, outra

forma de arte no seu específico campo de expressão. É quando, na montagem final, passa a optar pelo abandono da reprodução sequencial do processo criativo de **Picasso** para nos dar, em subtis cortes sucessivos (mantendo o mesmo enquadramento e sem qualquer movimento da câmara ou da objectiva) a justaposição das várias fases que esse processo vai conhecendo, não apenas se servindo do cinema como suprema arte da síntese mas sobretudo demonstrando à evidência um postulado decisivo: ao condensar em poucos minutos a evolução da imaginação criativa do pintor e os vários momentos da sua concretização na tela, o cineasta demonstra como, num ápice, se passa do tempo de criação pictórica para o tempo da criação cinematográfica, como o cinema é capaz de inventar uma duração-outro do acto de criar, o que é verdadeiramente esmagador e definitivo no acompanhamento do tortuoso processo de criação e destruição (!) do último quadro do documentário - a **Praia de la Garoupe** - de que nos são dadas, em catadupa, inúmeras e sempre diferentes versões.

Enfim, um documentário fascinante que nos mostra dois actos de criação em estado puro!



te considerado, nas palavras de **Truffaut**, como ultrapassando tudo o que o cinema jamais tinha feito até então pela pintura.

Demonstrando perfeita segurança na situação que maduramente idealizou, **Clouzot** começa por desvendar ao espectador os próprios mecanismos e condicionalismos da filmagem. Tratava-se de captar o processo de criação do grande pintor e de nos devolver, passo a passo, a gradual construção de alguns dos seus quadros. Para tal, **Clouzot** colocou a câmara principal em frente de um painel translúcido para que, através dele, se pudesse ver a evolução dos traços de **Picasso**, a criação das manchas de cor, a composição final das suas obras. Mas isto, que à primeira vista parece ser o «ovo de Colombo», apresentava os seus problemas muito concretos. Tendo as bobinas de filme determinados minutos de duração, para observar em tempo real a criação dos seus quadros **Picasso** teria de se confrontar com esta nova situação: lutar contra o tempo. Mas um outro aspecto essencial não foi descurado pelo realizador: fez coincidir os limites captados pela «quadro» da objectiva com os limites físicos do painel sobre o qual o pintor fazia evoluir a sua imaginação, o que impedia o desviar do olhar por parte do espectador e provocava a concentração das suas atenções

ESCAPARATE

CLASSICA

Da grande Música
Coral-Sinfónica
ao Piano-Solo

Em continuação da Temporada de Música 1996/1997 da Fundação Calouste Gulbenkian, realizar-se-ão nos próximos dias dois concertos e um recital que merecem especial destaque. Em primeiro lugar, já hoje à noite (21.30) e amanhã ao fim da tarde (19.00), a Orquestra e o Coro Gulbenkian, dirigidos pelo Maestro Franz Brüggen, interpretarão duas obras-maiores de Ludwig van Beethoven: a Missa em Dó Maior, Op. 86 e a Sinfonia nº 6 em Fá Maior, Op. 68 («Pastoral»). Os solistas na primeira obra serão: Lynne Dawson (soprano), Liliane Bizineche-Eisinger (contralto), Zeger Vandersteene (tenor) e Hanno Müller-Brachmann (baixo).

Dias mais tarde, na terça-feira, pelas 19 horas (também no Grande Auditório), será a vez de o pianista Pedro Burmester dar um recital totalmente preenchido com Prelúdios de Galina Ustovska, Alexander Scriabine e Frederic Chopin.



Pedro Burmester



Regressa a grande Ópera

É já no próximo sábado que se estreia no Teatro Nacional de São Carlos a ópera «La Traviata», de Giuseppe Verdi, uma das obras mais marcantes do repertório lírico, cujo libreto de Francesco Maria Piave é inspirado em «A Dama das Camélias», de Alexandre Dumas. As récitas terão lugar às 20.30 nas noites de 1, 4, 6, 13 e 15 de Fevereiro e na *matinée* de dia 9 (16 horas). Com direcção musical de Richard Buckley (1, 4, 6 e 9) e Samuel Cristler (13 e 15), a encenação, os cenários e os figurinos serão da autoria de Pier Luigi Pizzi, a coreografia de Luca Veggetti e a iluminação de Fabio Baretin. Consoante os dias de récita, alternarão os intérpretes para as seguintes personagens: *Violetta*, Giusy Devinu ou Virginia Grasso; *Alfredo*, Marco Berti ou Hugh Smith; *Germont*, Alain Vernhes ou Jorge Vaz de Carvalho; *Flora*, Helena Vieira; *Gastone*, Paulo da Silva; *Anniina*, Luísa Brandão; *Barão Douphol*, José Manuel Coelho; *Giuseppe*, Diocleciano Pereira; *Domestico / Commissionario*, David Ruella. O Coro do Teatro Nacional de São Carlos será dirigido pelo seu maestro titular João Paulo Santos e no fosso estará a Orquestra Sinfónica Portuguesa. Esta produção de «La Traviata» é uma produção original do Gran Teatro La Fenice, de Veneza, e da Ópera de Montecarlo.

TEATRO



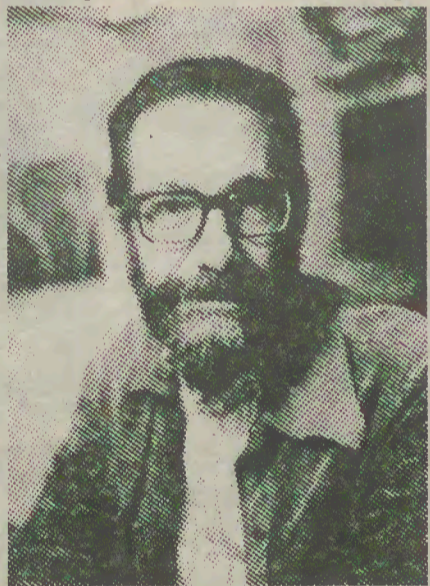
Nova estreia na na Malaposta

Teve lugar ontem, na sala de teatro do Centro Cultural Malaposta (Olival Basto), a estreia de mais um espectáculo teatral que permanecerá em cartaz até 2 de Março, com sessões de quarta-feira a sábado às 21.30 e aos domingos às 16.00. Desta vez, trata-se de uma co-produção com o Teatro Meridional (uma companhia itinerante que realiza espectáculos no nosso país, em Espanha e também no Norte de África) intitulada «Magalhães, Nobre Tragédia Histórico-Cômico-Marítima», peça bilingue de Julio Salvatierra com interpretação de dois actores portugueses e dois actores espanhóis que se desdobram na interpretação de variadíssimas personagens: António Carvalho, João Didelet, Oscar Sanchez e Alvaro Lavín. Esta peça, que tem encenação deste último, teve a sua estreia portuguesa em Portalegre, em Dezembro de 96, e utiliza diversas linguagens teatrais para contar as aventuras e desventuras do navegador Fernão Magalhães.

EXPOSIÇÕES

Almada homenageia Rogério Amaral

É inaugurada hoje à noite, pelas 21.30, na Galeria Municipal de Arte da Câmara Municipal de Almada, a exposição «Imagem 1996» na qual estarão patentes trabalhos de Alberto Oliveira, Ana Prates, Aníbal Sequeira, António Júlio, Aurora Bargado, Carlos Ganhão, Carlos Moais, Cecília Guimarães, Céu Vigário, Custódia Bota, Edda Machado, Emília Gomes, Emília Moraes, João Simões Raposo, Jorge Norvick, José de Azevedo, José Luís Amaro, Louro Artur, Luís Miranda, Maria Dâmaso, Nelson Coruche, Salvador Neto e Vasco Santos. Esta exposição será ocasião para ser realizada uma homenagem ao grande artista plástico que é Rogério Amaral, e estará patente ao público de terça a domingo das 14.00 às 18.00, com excepção das segundas e feriados em que estará encerrada.



Rogério Amaral

CINEMA

Filme português
candidato a prémio

O filme português «Mortinho por chegar a casa» é um dos candidatos ao «Méliès d'Argent» no Festival Internacional de Cinema do Porto «Fantasporto», que decorre entre 3 e 18 de Fevereiro.

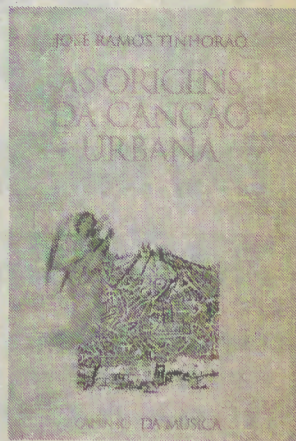
O galardão destina-se a premiar o melhor filme fantástico europeu que será exibido no festival, sendo o vencedor apurado para a final do «Méliès d'Or», que distingue o melhor filme europeu daquele género.

Segundo a «Lusa», terão

acesso ao prémio os vencedores desta categoria nos festivais de cinema que se realizam no Porto, Bruxelas, Roma e Sitges, os quatro certames europeus que instituíram este prémio, apoiado pela Comissão Europeia.

O júri especial desta competição é composto pelo jornalista José Miguel Gaspar, pelo distribuidor Mário Pimentel, pelo produtor Tino Navarro e por Beatriz Pacheco Pereira, da direcção do «Fantasporto».

LIVROS

As Origens
da Canção Urbana

Eis como, de repente, o fenómeno tão actual da música de massas remonta ao século dezasseis...

Esta poderá ser uma das teses que José Ramos Tinhorão desenvolve no livro recentemente lançado pela Caminho - As Origens da Canção Urbana.

Nesta obra, o autor coloca a pergunta - *Afinal, quando surgiu tal tipo de música capaz de universalizar-se e provocar tanta discussão?*

José Ramos Tinhorão, autor de vasta obra sobre música popular - nomeadamente sobre o Fado, de que há dois anos saiu um livro publicado pela Caminho (Fado. Dança do Brasil), «vai buscar à formação dos primeiros centros urbanos a resposta a essa pergunta, dentro do princípio - por ele mesmo formulado - de que a novos conteúdos sociais devem corresponder, necessariamente, novas formas culturais».

REVISTAS

O escritor

A revista *O escritor*, de que saiu agora o nº 8, correspondente a Dezembro, lê-se como se de um aperitivo se tratasse - um aperitivo literário, entenda-se, a chamar o gosto para mais vastas obras dos autores ali representados.

A revista, semestral, editada pela Associação Portuguesa de Escritores e dirigida pelo seu Presidente, José Manuel Mendes, constitui como que um mosteiro de inéditos de autores - uns mais conhecidos que outros - que aqui expõem (e se expõem) textos que vão da crónica à poesia, do teatro à ficção, ao ensaio.

Para os autores, uma oportunidade de anunciarem os trabalhos em que se encontram envolvidos. Para os leitores, a ocasião de prepararem as suas eventuais escolhas. De qualquer modo, um interessante resultado da atenção que a APE presta aos escritores portugueses.



XADREZ

DXCVI - 30 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X05
Por: FRANK HEALEY
Deutsch Schachzeitung, 1864

Pr.: [5]: Ps. e5, g5 - C61 - Bf4 - R64
Br.: [6]: Ps. a5, g4 - C66 - Bb6 - Da3 - R64



Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÕES DO Nº DXCVI

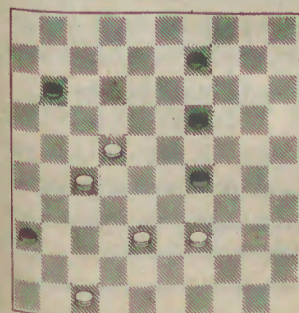
Nº 1997X05 [F. H.]: 1. Ca7l, Bd2; 2. Df8, Bf4; 3. Da8#

A. de M. M.

DAMAS

DXCVI - 30 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D05
Por: PAUL DEGUÉE - Bélgica
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [5]: 9-11-19-29-36
Br.: [5]: 22-27-38-39-47



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXCVI

Nº 1997D05 [P. D.]: 1. 47-41 l, (36X47-D); 2. 39-34l, (47X17); 3. 34X3-D, 47X17+

A. de M. M.

JAZZ

Um mestre do sax-tenor



O saxofonista Charles Lloyd

Será já amanhã (em Lisboa, na Aula Magna da Reitoria da Universidade) e no domingo (em Matosinhos, no Auditório Exponor), sempre às 22 horas, que actuará em Portugal o quarteto de um dos mais originais saxofonistas norte-americanos do Jazz moderno: Charles Lloyd. O músico trará até nós um trio de acompanhamento de grande qualidade, constituído por um valor confirmado das novas gerações (o pianista Stephen Scott) e por dois músicos mais veteranos e num ou outro período ligados à carreira de Charles Lloyd: o contrabaixista Cecil McBee e o baterista Billy Hart. Dois bons concertos em perspectiva.

A TALHE DE FOICE

Um caudilho no bananal

Alberto João Jardim atacou de novo. Bamboleando-se frente aos microfones com o seu ar de caudilho tropical, mais uma vez não esteve com meias medidas: classificou de «bandalheira» o regime democrático saído da Revolução de Abril e ameaçou a República com uma «luta sem regresso» a caminho do separatismo. Como lhe é habitual, a valentia do presidente do Governo Regional da Madeira durou o tempo de retorno das reacções às suas palavras.

Mal se viu apertado pelas primeiras interpelações, mudou o registo de valente para valença.

E desmentiu-se por atacado, jurando a pés juntos que não tinha dito nada daquilo que toda a gente lhe ouvira. Tal comportamento não mereceria uma linha de comentário se o decorrente se confinasse à personagem João Jardim, uma figura política cuja característica mais relevante é a de não respeitar nada ao abrigo da falta de respeito que tem por si próprio, como de novo mostrou ao retirar de circulação os dislates proferidos na véspera, fazendo-os tranquilamente desaparecer por deglutição.

Desenvolvendo um estilo manhoso de «bate e foge» em ritmo de circo, João Jardim obteve do País a condescendência com que é uso beneficiar o excesso dos cómicos.

É o preço da diversão, cuja subjectiva tabela o presidente do Governo Regional da Madeira se habituou a inflacionar muito para além do razoável.

Nada disto teria importância se a actividade de João Jardim se circunscrevesse à área do entretenimento. Pelo que se vê nesta matéria, até nem teria dificuldade em lançar os seus bailinhos em pas de deux com os pinotes do João Baião, com proveito para ambos em particular e as audiências gímnicas em geral.

É verdade que ameaças à unidade nacional ou regougos contra o regime democrático perdem sentido e não têm peso, se proferidos por inimputáveis, caso de todos os cidadãos com óbvias manifestações de idiotia.

Acobertar-se nesta impunidade para agir como Jardim o faz, apenas demonstra que a imbecilidade também pode ser esperta.

Mas acontece que João Jardim - e apesar dele - é presidente dum Governo Regional, sendo nessa qualidade que faz evoluir o seu trapézio de graçolas. Não sendo caso inédito no PSD, onde igualmente militam deputados-cantores, esta miscelânea de política e espectáculo atinge o paroxismal, e portanto o intolerável, quando o bobo se faz ouvir a coberto da sua qualidade de presidente e se desresponsabiliza ao abrigo da sua reputação de bobo.

Que João Jardim viva satisfeito na pele deste género de protagonismo, é evidência a que não há nada a fazer. Apesar de confrangedor, o direito individual ao ridículo não deixa de ser um direito.

Quem não tem o direito de ignorar os desbocamentos de Jardim é o partido a que pertence e de que é alto responsável. E não o tem, pelo simples facto de tais desbocamentos se transformarem em delitos políticos graves quando proferidos a coberto e em nome da presidência de um Governo Regional tutelado pelo PSD. Quem tem a obrigação de pôr cobro a tais desmandos são as autoridades do País, que não devem continuar a consentir que as instituições da República sejam usadas como instrumento privado de afrontamento público, ainda que a coberto da inconstância.

A irresponsabilidade deixa de ter graça quando agride coisas sérias.

■ HC

ÚLTIMAS

Trabalhadores em luta por todo o país

Pelo direito ao trabalho, direitos e regalias, contra o aumento de custo de vida - realiza-se hoje, no Barreiro, no Parque Catarina Eufémia, uma concentração dos trabalhadores e população do Barreiro.

Em causa está o prosseguimento de uma "política de direita" - como se sublinha em comunicado da União dos Sindicatos de Setúbal - que, não apenas não resolve os problemas da população, como "levará certamente ao seu agravamento".

Problemas que passam pelo aumento do desemprego no concelho, que se manifesta nos mais diversos sectores.

É o caso do sector químico, onde continua o encerramento de instalações fabris, a redução de efectivos, o aumento de contratos de trabalho precário, retirada de regalias e imposição da contenção salarial, enquanto se privatizam empresas "depois de serem preparadas para tal", como a Quimigal Adubos e a Fisipe.

No sector ferroviário os trabalhadores confrontam-se com graves problemas, tal como na Função Pública (administração

central e local), no sector corticeiro e financeiro.

Uma realidade em que se inserem outros problemas que igualmente afectam a população em geral, como no ensino, na saúde, na paralisação de obras importantes ou na recusa de apoio ao Movimento Associativo.

Trabalhadores precários da Função Pública

Os trabalhadores precários da Administração Central vão estar em greve amanhã, com o objectivo de exigirem a sua integração nos quadros e "demonstrarem publicamente o quanto é necessário o seu trabalho para o normal funcionamento dos Serviços", como se afirma em comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP).

Mais de um ano decorrido após a celebração de um acordo entre Governo e Sindicatos para regularização da situação laboral dos trabalhadores precários, o governo continua sem respostas.

Actualmente, como se sublinha no comunicado da Federação Sindical, "muitos serviços essenciais do Estado, nomeadamente escolas e hospitais, apenas funcionam regularmente através das funções exercidas por trabalhadores em situação precária".

Face aos índices de adesão previstos, a greve deverá levar ao encerramento de muitas escolas e serviços de saúde.

Prevê-se ainda a adesão de muitos trabalhadores do quadro ao movimento de protesto e acções de rua em todas as capitais de Distrito - envolvendo

deslocações para os Governos Civis, para os Ministérios e Secretarias de Estado e concentrações à porta de locais de trabalho.

Ferrovíarios em greve

A Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses anunciou a convocação de uma paralisação de 24 horas para amanhã.

Os trabalhadores estão em luta contra a continuação do desmembramento da CP, por garantias claras de manutenção dos direitos dos trabalhadores e dos postos de trabalho, e pela resolução dos graves problemas laborais.

MARD Assembleia em Portalegre

A terceira Assembleia do MARD - Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, vai realizar-se em 15 de Fevereiro, em Portalegre. Uma decisão da Comissão Promotora, que reuniu a semana passada em Évora.

Esta Assembleia terá como objectivos concretos analisar a evolução da situação no Alentejo e as perspectivas que se perfilam até ao ano 2000, assim como apontar as medidas e acções necessárias para o desenvolvimento e a regionalização.

Da reunião de Évora saiu ainda um apelo a todas as autarquias e sindicatos da região, ao sector empresarial (agrícola, indústria, comércio e turismo), ao sector associativo e cooperativo, às organizações da juventude, das mulheres e dos reformados para que "enviem os seus representantes à 3ª Assembleia do MARD, com as mensagens e propostas que entendam mais adequadas com vista ao desenvolvimento do Alentejo".

Ponte de Lima Campo de golfe em caminho público

A Comissão Concelhia de Ponte de Lima da CDU pronunciou-se antontem contra a «tentativa ilegal» de acabar com um caminho público, no âmbito do projecto de construção de um campo de golfe naquele concelho.

«A CDU protesta veementemente contra este acto lesivo do interesse das populações e manifesta a sua estranheza pelo comportamento da Câmara de Ponte de Lima», refere um comunicado divulgado pela organização.

Em causa está a «tentativa ilegal de corte e abolição de um caminho público» na freguesia de Arca, concelho de Ponte de Lima. Segundo a CDU, «verifica-se que o empreendimento do golfe, sempre apresentado como factor de desenvolvimento das populações locais, está a servir para, de forma encapotada, suprimir direitos ancestrais e lesar o povo do concelho».

O uso do caminho público que liga o lugar de Gaia, na freguesia de Arca, à estrada nacional Braga/Ponte de Lima «é um direito conquistado ao longo de gerações que não pode agora ser espoliado a pretexto de um falso conceito de desenvolvimento», acrescenta o documento, sublinhando que «pretender construir um loteamento privado e um condomínio fechado em cima de um caminho público centenário é um atentado aos direitos adquiridos dos cidadãos que não poderá ficar impune».

A CDU critica a posição da Câmara de Ponte de Lima, que acusa de «manter nesta questão uma passividade e omissão que não se compreendem».



Carlos Carvalhas recebe APAVT

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado por Carlos Luís Figueira, da Comissão Política, recebeu terça-feira, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma delegação da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo.



Carlos Carvalhas na Amadora

Carlos Carvalhas participou, na passada terça-feira, na Fábrica da Cultura, na Amadora, num programa de animação cultural e desportivo realizado no âmbito do Dia Nacional de Reflexão sobre a Prevenção da Toxicodpendência.

O secretário-geral do PCP foi acompanhado por uma delegação do Partido que integrava Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, António Filipe, do Comité Central e Presidente da Comissão Parlamentar para o Acompanhamento da Toxicodpendência, e Carlos Gonçalves, do Comité Central e do Grupo de Trabalho do PCP para a Toxicodpendência.

